



Turismo de Base Comunitária em Unidades de Conservação federais:

Caderno de
Experiências





Turismo de Base Comunitária em Unidades de Conservação federais: Caderno de Experiências

Realização:



MINISTÉRIO DO
MEIO AMBIENTE



Apoio financeiro:



Créditos institucionais

República Federativa do Brasil
Jair Messias Bolsonaro - Presidente

Ministério do Meio Ambiente
Ricardo Salles - Ministro

Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio
Homero de Giurge Cerqueira - Presidente

Diretoria de Ações Socioambientais e Consolidação Territorial e
m Unidades de Conservação – DISAT
Marcos José Pereira - Diretor

Diretoria de Criação e Manejo de Unidades de Conservação – DIMAN
Marcos de Castro Simanovic - Diretor

Coordenação Geral de Populações Tradicionais – CGPT/DISAT
Bruna De Vita Silva Santos - Coordenadora Geral

Coordenação Geral de Uso Público e Negócios - CGEUP/DIMAN
Larissa Moura Diehl - Coordenadora Geral

Centro Nacional de Pesquisa e Conservação da Sociobiodiversidade
Associada a Povos e Comunidades Tradicionais – CNPT/DISAT
Louziane Gabrielle Souza Soeiro - Coordenadora

B823t

Brasil. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
Turismo de base comunitária em unidades de conservação
Federais [recurso eletrônico] : caderno de experiências /
organizadores: Marília Falcone Guerra, Carolina Mattosinho de
Carvalho Alvite, Bruna De Vita Silva Santos ; autores: Ana
Gabriela da Cruz Fontoura...[et al.] ; ilustrador: Daniel Dias
Moreira. - Dados eletrônicos. - 1. ed. - Brasília, DF : ICMBio-
MMA, 2019.
2 v. : il.

Inclui bibliografia
E-book (PDF)
ISBN 978-65-5024-013-4

1. Turismo. 2. Áreas de conservação de recursos
naturais. I. Guerra, Marilia Falcone. II. Alvite, Carolina
Mattosinho de Carvalho. III. Santos, Bruna De Vita Silva.
IV. Fontoura, Ana Gabriela da Cruz. V. Moreira, Daniel
Dias. VI. Ministério do Meio Ambiente. VII. Título.

CDU: 338.48(1-751)

Elaborado por Jonathas Troglia - CRB 14/1093

Turismo de base comunitária em unidades de conservação federais: caderno de experiências

Coordenação Geral de Populações Tradicionais – CGPT/DISAT/ICMBio
Centro Nacional de Pesquisa e Conservação da Sociobiodiversidade
Associada a Povos e Comunidades Tradicionais – CNPT/DISAT/ICMBio
Coordenação Geral de Uso Público e Negócios – CGEUP/DIMAN/ICMBio

Organizadores:

Marília Falcone Guerra
Carolina Mattosinho de Carvalho Alvite
Bruna De Vita Silva Santos

Autores:

Ana Gabriela da Cruz Fontoura
Marília Falcone Guerra
Carolina Mattosinho de Carvalho Alvite
Bruna De Vita Silva Santos
Thiago do Val Simardi Beraldo Souza
Juciara Pelles

Ilustrador:

Daniel Dias Moreira

Diagramação:

Anelise Stumpf

1ª Edição

Realização

ICMBio (www.icmbio.gov.br)

O Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) é uma autarquia em regime especial. Criado dia 28 de agosto de 2007, pela Lei 11.516, é vinculado ao Ministério do Meio Ambiente e integra o Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA). Cabe ao ICMBio executar as ações do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), tendo por missão proteger o patrimônio natural e promover o desenvolvimento socioambiental. Isso se dá por meio da gestão de Unidades de Conservação (UC) federais, envolvendo ações de fiscalização e proteção, de uso público e educação ambiental, de pesquisa e gestão do conhecimento, além da promoção do desenvolvimento socioambiental das comunidades tradicionais.

Autores:

Ana Gabriela da Cruz Fontoura

Natural de Belém, Pará, é Bacharel em Turismo pela Universidade Federal do Pará (UFPA) e especialista em Estudos Ambientais pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-Minas). Diretora da Estação Gabiraba - operadora de ecoturismo de base comunitária fundada em 2007, e colaboradora eventual do ICMBio, atua há 15 anos com Turismo de Base Comunitária em Áreas Protegidas e facilitação de processos participativos na Amazônia.

Bruna De Vita Silva Santos

Brasiliense, engenheira agrônoma pela Universidade Federal de Viçosa, com especialização em produção de plantas medicinais e fitoterápicos pela Universidade Federal de Lavras (UFLA). Analista Ambiental do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), de 2002 a 2007, e do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), de 2007 até o presente. Desde 2016 atua como Coordenadora Geral de Populações Tradicionais (CGPT) do ICMBio, em Brasília/DF.

Carolina Mattosinho de Carvalho Alvite

Graduada em Ciências Biológicas pela Universidade Estadual Paulista (UNESP), com mestrado em Sustentabilidade de Ecossistemas pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Analista Ambiental do IBAMA, entre 2005 e 2007, e do ICMBio, de 2007 até o presente. Atua no Centro Nacional de Pesquisa e Conservação da Sociobiodiversidade Associação à Povos e Comunidades Tradicionais (CNPT/SC). Foi uma das organizadoras do I Seminário de Ecoturismo de Base Comunitária realizado pelo ICMBio. Integrou o I e II Grupo de Trabalho de Turismo de Base Comunitária do ICMBio.

Juciara Pelles

Natural de Goiânia/GO, bióloga, servidora do ICMBio desde sua criação. Atuou em diversas áreas, entre elas: conservação de fauna em cativeiro, interpretação ambiental e planejamento e estruturação da visitação em Unidades de Conservação. Colaborou com o Turismo de Base Comunitária (TBC) na função de membro do II Grupo de Trabalho de TBC do ICMBio.

Marília Falcone Guerra

Graduada em Engenharia Florestal pela Universidade de São Paulo (USP), com mestrado no Programa de Pós-Graduação Interunidades em Museologia da USP e especialização em Ecoturismo pela Universidade Federal de Lavras (UFLA). Analista Ambiental do IBAMA, de 2005 a 2007, e do ICMBio, de 2007 até o presente. Atualmente está lotada na CGPT, em Brasília/DF. Integrou o I e do II Grupo de Trabalho de Turismo de Base Comunitária do ICMBio.

Thiago do Val Simardi Beraldo Souza

Paulistano, desde 2002 trabalha no IBAMA e posteriormente no ICMBio. Já foi gestor do Parque Nacional de Pacas Novos em Rondônia e agora trabalha na Coordenação Geral de Uso Público e Negócios. Bacharel em Comunicação Social, com especializações em Ecoturismo, Interpretação Ambiental e Conservação dos Trópicos. Em 2016 obteve o título de Doutor em Ecologia Interdisciplinar pela Universidade da Flórida, EUA. Também é membro da IUCN e Coordenador de Capacitação do Grupo de Trabalho de Especialistas em Turismo e Áreas Protegidas da Comissão Mundial de Áreas Protegidas (WCPA).

Organização:

Marília Falcone Guerra, Carolina Mattosinho de Carvalho Alvite, Bruna De Vita Silva Santos

Mapas ilustrativos:

Angélica Martínez Alfonso (angelik.m16@gmail.com)
Ícones feitos com ajuda de Freepik desde www.flaticon.com.

Colaboração:

Alaildo Malafaia, Almir Tá, Ana Cristina Alves Penante, Andrea Von Der Heyde Lamberts, Beatriz Gomes, Bruno de Brito Gueiros Souza, Carlos Felipe de Andrade Abirached, Carolina Cesetti, Cleiton Signor, Cristiane

Ramscheid Figueiredo, Dayani Guero, Dayanne Batista Sampaio, Débora Gutierrez, Edilaine Moraes, Ellen Monique Barbosa Nascimento, estagiários e voluntários da FLONA do Tapajós, Eurimar do Espírito Santo, Fatima Aires, Fernando P.M. Repinaldo Filho, Flávio Bocarde, João da Mata Nunes Rocha, José Risonei Assis da Silva, Juliana Cristina Fukuda, Laci Santin, Lilian Letícia Mitiko Hangae, Lilian Lindoso, Lillian Estrela, Luciana Yukari Uehara, Marcela de Marins, Marcelo Derzi Vidal, Maria Jociléia Soares da Silva, Maria Odila Duarte Godinho, Marta de Azevedo Irving, Maurício Marcon Rebelo da Silva, Olivar José Salles Bendelak, Priscila Franco Steier, Renan Araújo e Silva, Representantes da comunidade Acaratinga, Representantes da comunidade Jaguarari, Representantes da comunidade Jamaraquá, Representantes da comunidade Maguari, Representantes da comunidade Piquiatuba, Representantes da comunidade São Domingos, Representantes da comunidade Tapera, Representantes da Rede Nhandereko, Rosival Dias de Sousa, Sérgio Fernandes Freitas, Talitha Monfort Pires, Tatiana Rehder, Tiago Passos

Revisão do texto:

Bruna De Vita, Carolina Mattosinho de Carvalho Alvite e Marília Falcone Guerra

fotografias:

Açony Santos, Alessandro Carbone, Ana Gabriela Fontoura, Ana Karolina Martins, Andrei Langeloh Roos, Carlos Pontalti, Chico Rasta, Eduardo Napoli, Enrico Marcovaldi, Enrico Marone, Flávio Bocarde, Flora Neves, Heberto Veltem, Leonardo Milano, Kátia Torres, Laci Santin, Lais Correard, Lilia Tandaya, Luciana Carvalho Crema, Marcos Amend, Priscila Franco Steier, Sophia Ázara, Thalita Pires, Tatiana Rehder, Tainara Sarmento, Tiago Zenero, Túlio Saraiva, Arquivo da APA de Guapimirim e ESEC da Guanabara, Arquivo da RESEX Marinha da Baía do Iguape/BA, Arquivo da RESEX Marinha do Pirajubaé/SC, Arquivo da RESEX Tapajós-Arapiuns/PA, Arquivo da FLONA do Tapajós/PA, Arquivo da APA de Petrópolis.

Programação visual e diagramação:

Anelise Stumpf (www.finotraco.com.br)

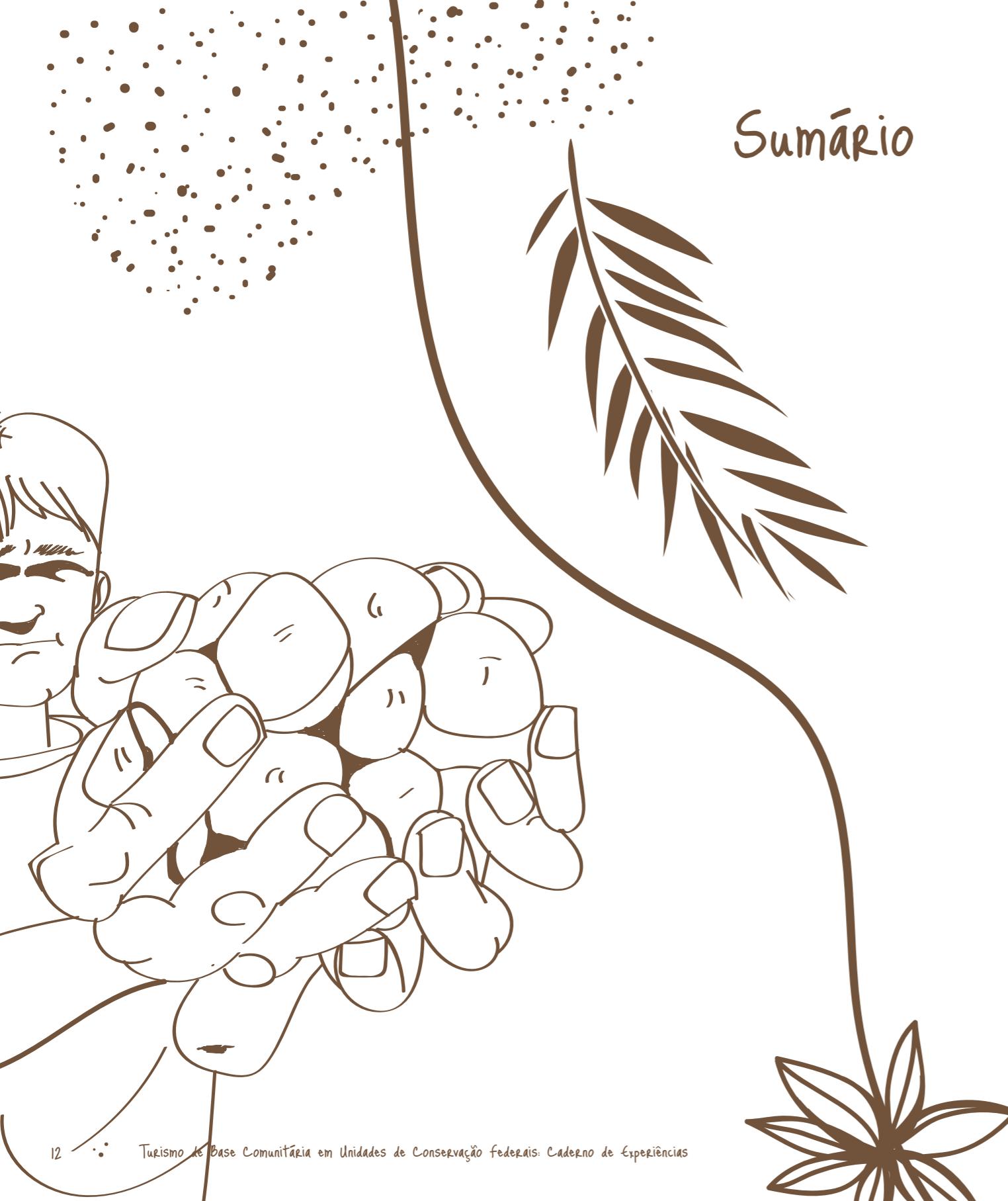
Ilustrações:

Daniel Dias Moreira e freepik.com



Lista de abreviaturas e siglas

APA	Área de Proteção Ambiental	ITERJ	Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Rio de Janeiro
AMYK	Associação Das Mulheres Yanomami Kumirayoma	MTur	Ministério do Turismo
AYRCA	Associação Yanomami do Rio Cauaburis e Afluentes	MPF	Ministério Público Federal
CGPT/DISAT	Coordenação Geral de Populações Tradicionais/Diretoria de Ações Socioambientais e Consolidação Territorial em Unidades de Conservação	NGI	Núcleo de Gestão Integrada
CGEUP/DIMAN	Coordenação Geral de Uso Público e Negócios/Diretoria de Criação e Manejo de Unidades de Conservação	OIT	Organização Internacional do Trabalho
CNPT	Centro Nacional de Pesquisa e Conservação da Sociobiodiversidade Associada a Povos e Comunidades Tradicionais	ONG	Organização Não-Governamental
COOMFLONA	Cooperativa Mista da Floresta Nacional do Tapajós	PARNA	Parque Nacional
EMATER-PARÁ	Empresa de Assistência Técnica e Rural do Estado do Pará	PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
EMBRATUR	Empresa Brasileira de Turismo	PRONATEC	Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
FCFT	Federação das Organizações e Comunidades Tradicionais da Floresta Nacional do Tapajós	PSA	Projeto Saúde e Alegria
FCT	Fórum de Comunidades Tradicionais Angra/Paraty/Ubatuba	REBIO	Reserva Biológica
FLONA	Floresta Nacional	RDS	Reserva de Desenvolvimento Sustentável
FNMA	Fundo Nacional do Meio Ambiente	RESEX	Reserva Extrativista
FNRH	Ficha Nacional de Registro de Hóspedes	SAMGe	Sistema de Análise e Monitoramento de Gestão
FUNAI	Fundação Nacional do Índio	SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
GAMBÁ	Grupo Ambientalista da Bahia	SEDUC/PI	Secretaria de Educação do Piauí
GT	Grupo de Trabalho	SESC	Serviço Social do Comércio
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis	SISNAMA	Sistema Nacional do Meio Ambiente
ICMBio	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade	SNRHos	Sistema Nacional de Registro de Hóspedes
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano	SNUC	Sistema Nacional de Unidades de Conservação
IFSC	Instituto Federal de Santa Catarina	TAC	Termo de Ajuste de Conduta
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária	TBC	Turismo de Base Comunitária
INPA	Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia	TI	Terra Indígena
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional	TURIARTE	Cooperativa de Turismo e Artesanato da Floresta
		UC	Unidade de Conservação
		UFOPA	Universidade Federal do Oeste do Pará



Sumário

APRESENTAÇÃO	14
RETOMANDO IDEIAS CHAVE: O CONCEITO, OS PRINCÍPIOS E AS DIRETRIZES DO TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO FEDERAIS	20
INTRODUÇÃO	21
ENCARTE 1. EXPERIÊNCIAS DE TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO FEDERAIS: REFERENCIAL METODOLÓGICO	35
1. Protagonismo e organização comunitária	36
1.1. O caminho da história: o despertar das comunidades e das Unidades de Conservação para o Turismo de Base Comunitária	38
1.2. Protagonismo e organização comunitária para o Turismo de Base Comunitária	42
1.3. Acordos, divisão de papéis e transparência	46
1.4. Repartição de benefícios	51
2. A qualificação da experiência	54
2.1. O Turismo de Base Comunitária na valorização e salvaguarda do patrimônio cultural	56
2.2. A vivência entre diferentes culturas	63
2.3. O conhecimento e a seleção das referências culturais que serão comunicadas nos roteiros	66
2.4. Os processos formativos em experiências de Turismo de Base Comunitária	72
2.5. Monitoramento das experiências	77
3. Gestão da Unidade de Conservação	82
3.1. Contribuições do Turismo de Base Comunitária aos objetivos de criação e gestão das Unidades de Conservação	84
3.2. Sobreposições e interfaces territoriais com outras Áreas Protegidas	90
3.2.1. Terras Indígenas	90
3.2.2. Territórios Quilombolas	92
3.2.3. Assentamentos rurais e Unidades de Conservação de diferentes categorias e/ou esferas de gestão	93
3.3. A integração do Turismo de Base Comunitária com políticas públicas	95
4. Comercialização: canais e parceiras para a oferta e divulgação dos roteiros	98
5. Considerações Finais	108
6. Referências bibliográficas e sugestões de leitura	112
ENCARTE 2. UNIDADES DE CONSERVAÇÃO: DESCUBRA O QUE CONHECER	120



Apresentação

MARCOS AMEND

Comunidade Yanomami de Maturacá, localizada no sopé das serras que dão acesso ao Pico da Neblina

O turismo representa um fenômeno contemporâneo, complexo e multifacetado, que envolve inúmeras dimensões, não apenas econômica, mas também socioambiental, ética e política. A importância desse fenômeno pode ser ilustrada pelas estatísticas turísticas, ao apontarem as tendências globais de expansão em praticamente todas as regiões do mundo, nos próximos anos.

No caso da América Latina, em particular, esse movimento se materializa a partir do reconhecimento, cada vez maior, do potencial turístico representado pela diversidade do patrimônio natural e cultural dos países latino-americanos, mas, também, do passivo de desigualdades que, historicamente, vem excluindo diversos grupos sociais vulneráveis das estratégias de planejamento turístico e de proteção da natureza.

Este contexto é ainda mais evidente com relação às Unidades de Conservação (UC), criadas em todos os países da região, com a função de preservação e/ou conservação da biodiversidade. Em planejamento turístico, essas UC podem ainda representar núcleos estratégicos para o *religare* entre sociedade e natureza e, por consequência, entre natureza e cultura.

Assim, um dos principais desafios a serem enfrentados pelos países latino-americanos, nos próximos anos, é construir caminhos inovadores em políticas públicas, para o planejamento e desenvolvimento turístico, em articulação às Unidades de Conservação. Caminhos esses capazes de harmonizar o compromisso de conservação da biodiversidade, com a afirmação do direito de povos e populações tradicionais e, com aquele dirigido à inclusão, em sentido amplo, no



plano da redistribuição de renda e oportunidades e, também, do reconhecimento e aceitação social.

Nesse sentido, considerando o atual contexto de expansão internacional do turismo, desde a década de 1990, o Brasil e demais países da América Latina, vêm se constituindo em “laboratórios” pulsantes de diálogo entre os diversos atores sociais envolvidos para a construção de práticas sustentáveis, em contraposição às tendências convencionais do mercado turístico convencional. Essa tendência vem se consolidando claramente, nos últimos anos, em resposta ao pacto global expresso pela *Agenda 2030* (ONU, 2015).

Nesse movimento, a proposta de *Turismo de Base Comunitária* (TBC), em articulação às UC, vem adquirindo cada vez mais visibilidade como uma alternativa de turismo, em bases sustentáveis e segundo o compromisso ético de justiça e resistência social. Isso porque o TBC emerge, em planejamento turístico, como uma via possível para a inclusão econômica e social de grupos vulneráveis e, também, para a conservação da biodiversidade e para a valorização dos modos de vida de povos e comunidades tradicionais. Por essa perspectiva, as iniciativas de TBC reafirmam a importância das alternativas endógenas e do protagonismo social local nos processos de planejamento e desenvolvimento turístico, em articulação à gestão de Unidades de Conservação. Parte-se, assim, do pressuposto que as populações locais são essenciais ao processo de conservação da biodiversidade como parceiras da gestão pública.

Da mesma maneira, inspira-se na premissa de que o desenvolvimento turístico, em bases sustentáveis, em Unidades de Conservação, segundo os limites do arcabouço legal vigente, pode representar uma importante via, para a inclusão social e para a afirmação dos direitos

de povos e populações tradicionais, em conexão com as políticas públicas de proteção da natureza.

Este debate temático tem sido construído e ressignificado em espaços formais e informais de diálogo e de articulação em rede, tanto no plano das políticas públicas como no da reflexão acadêmica. Segundo uma abordagem acadêmica interdisciplinar, o TBC tem sido, recorrentemente, objeto de inúmeras pesquisas, que tem gerado publicações especializadas, materiais didáticos e vídeos sobre o tema, em um esforço de tradução de contextos complexos e, por vezes, controversos. Da mesma maneira, embora sejam inúmeras as tentativas de conceituação do TBC e alguns princípios sejam recorrentes, na literatura especializada, esse é ainda um conceito em construção e, portanto, está sujeito a debate e a inúmeras versões.

Na tentativa de se buscar contribuir para a construção de bases orientadoras sobre o TBC, no âmbito da gestão pública brasileira, é importante enfatizar a importância do movimento que foi realizado pelo *Grupo de Trabalho do Turismo de Base Comunitária* (GT-TBC), do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), que, quando vigente, empreendeu esforços com o objetivo de fortalecimento dessa prática em UC.

Como desdobramento das ações do ICMBio com esse enfoque, em 2018 foi elaborado o documento intitulado *Turismo de Base Comunitária em Unidades de Conservação Federais: princípios e diretrizes*, com o objetivo de estabelecer um marco referencial para o TBC em Unidades de Conservação, capaz de mobilizar e sensibilizar os gestores públicos sobre a importância socioeconômica e o potencial dessa prática no plano das políticas públicas de proteção da natureza. Esse documento teve, também, o objetivo de reconhecer a histó-

ria e a cultura das comunidades envolvidas e o seu protagonismo no desenvolvimento turístico associado às UC.

Em articulação com o documento mencionado, foi publicado, na mesma época e também pelo ICMBio, a *Chamada de Propostas para Fortalecimento de Iniciativas de Turismo de Base Comunitária* (PNUD BRA 08/023), que selecionou nove projetos direcionados à promoção e ao fortalecimento do TBC, em associação às UC, em todo o país.

Em continuidade ao esforço iniciado em 2018, a presente publicação *Turismo de Base Comunitária em Unidades de Conservação Federais: caderno de experiências* busca compartilhar algumas dessas experiências inovadoras em construção, no plano de políticas públicas e, também, dar visibilidade a essas ações coletivas, engajadas e criativas, na direção de novos caminhos para o turismo, em bases sustentáveis, no contexto das Unidades de Conservação. Com esse objetivo, o Caderno, construído com base em encartes temáticos, parte de uma discussão conceitual inicial, por meio de princípios e diretrizes que orientam o TBC em UCs para, em seguida, situar as experiências dos projetos selecionados e apoiados pelo ICMBio, revelando o “estado da arte”, tendências, caminhos possíveis e desafios coletivos para a valorização e conservação da sociobiodiversidade brasileira.

Assim, este é um convite inicial à leitura, à reflexão e à aventura de construção permanente de um novo paradigma de turismo em Unidades de Conservação no Brasil.

Marta de Azevedo Irving

Professora Titular do Programa
Eicos/IP e PPED/IE/UFRJ e Pesquisadora Senior do INCT-PPED/CNPq

Edilaine Albertino de Moraes

Professora e Pesquisadora do Curso de Turismo do Instituto de Ciências Humanas da Universidade Federal de Juiz de Fora, Minas Gerais



Floresta Nacional dos Tapajós

Retomando ideias chave:

O conceito, os princípios e as diretrizes¹ do Turismo de Base Comunitária em unidades de conservação federais

O CONCEITO DE TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA



Turismo de Base Comunitária é um modelo de gestão da visitação protagonizado pela comunidade, gerando benefícios coletivos, promovendo a vivência intercultural, a qualidade de vida, a valorização da história e da cultura dessas populações, bem como a utilização sustentável, para fins recreativos e educativos, dos recursos da Unidade de Conservação (ICMBio, 2018).

Essa é a definição de TBC atualmente adotada pelo ICMBio. Ela foi elaborada pelo Grupo de Trabalho de Turismo de Base Comunitária do ICMBio, tendo como referência:

- As discussões que ocorreram no I Seminário de Ecoturismo de Base Comunitária em Reservas Extrativistas, que aconteceu em São Luís, Maranhão, no ano de 2011;
- As definições de TBC encontradas em literatura nacional e internacional.

¹ Os princípios e as diretrizes do TBC foram apresentados pelo Instituto Chico Mendes na publicação *Turismo de Base Comunitária em Unidades de Conservação: princípios e diretrizes* (ICMBio, 2018). O conteúdo aqui disposto contém ajustes em relação à publicação original, considerando os aprendizados do Instituto a partir das experiências apoiadas pela Chamada de Propostas para Fortalecimento de Iniciativas de TBC.



Os princípios do Turismo de Base Comunitária



1. Conservação da sociobiodiversidade

A conservação da natureza e a salvaguarda do patrimônio cultural local devem nortear as propostas de TBC.

2. Valorização da história e da cultura

O TBC deve ser capaz de desencadear um processo de reconhecimento, divulgação e valorização da cultura dos povos e comunidades locais e, quando necessário, envolver e estimular esses atores a compartilhar e a aprofundar o conhecimento sobre aspectos de sua história e memória coletiva.

3. Protagonismo comunitário

O TBC deve ser um modo de desenvolvimento turístico com protagonismo comunitário no desenvolvimento das atividades e na tomada de decisões em todas as etapas do processo.

4. Equidade social

A partilha dos benefícios deverá ser feita de forma justa entre os atores envolvidos com a atividade, beneficiando, sempre que possível, a comunidade como um todo.

5. Bem comum

A solidariedade e a cooperação devem se sobrepor aos interesses pessoais.

6. Transparência

As informações ambientais, sociais e financeiras relacionadas ao TBC devem estar à disposição dos diferentes atores envolvidos com a atividade.

7. Partilha cultural

O TBC deve proporcionar oportunidades de trocas de experiências, saberes e conhecimentos entre diferentes culturas e modos de vida.

8. Atividade complementar

O TBC deve ser complementar às demais atividades desenvolvidas pelas comunidades, de forma a contribuir para a geração de renda e para o fortalecimento e valorização dos ofícios e modos de vida local.

9. Educação

O TBC deve ser concebido enquanto processo educativo para todos os envolvidos. As atividades oferecidas devem buscar proporcionar, tanto para o visitante quanto para as comunidades, experiências que estimulem os sentidos e a reflexão, contribuindo para o aprendizado e para o conhecimento do patrimônio das UC e influenciando positivamente experiências futuras.

10. Dinamismo cultural

Os projetos de TBC devem buscar valorizar as culturas em sua dinâmica própria.

II. Continuidade

O TBC deve ser entendido como um processo contínuo que se adapte à transformação da realidade das comunidades, das UC e do mercado.

As diretrizes do Turismo de Base Comunitária

Diretrizes para garantir o protagonismo comunitário e a participação social

1. Considerar a manifestação de interesse das comunidades como fator precedente para a construção das iniciativas de TBC.
2. Avaliar o nível de organização social, formal ou informal, das comunidades para definir a estratégia para o estabelecimento das iniciativas de TBC.
3. Garantir condições apropriadas para que as comunidades sejam protagonistas na gestão do TBC, participando efetivamente da concepção, implementação, monitoramento e avaliação da atividade.
4. Considerar como será a gestão comunitária da iniciativa, a repartição dos benefícios, o tipo e a intensidade de interação que se deseja com os visitantes e os possíveis impactos, positivos e negativos, da atividade aos seus modos de vida.
5. Garantir espaços e condições adequadas para a participação do conselho gestor da UC durante o processo de concepção, implementação, monitoramento e avaliação da iniciativa de TBC.
6. Incentivar o serviço voluntário nas UC, visando a contribuição e participação da sociedade nas atividades de TBC.
7. Buscar parcerias com instituições públicas, privadas, da sociedade civil organizada, e de ensino e pesquisa para promover a implementação e manutenção das iniciativas de TBC.



Diretrizes para qualificar a experiência das comunidades e dos visitantes

1. Integrar as ações propostas para a iniciativa de TBC com as demais atividades econômicas, modos de vida, saberes e cultura dos povos e comunidades locais envolvidos, bem como com a realidade socioeconômica do entorno.
2. Incentivar programas de formação e educação continuada voltados para os povos e comunidades locais, servidores do Instituto Chico Mendes, parceiros e demais atores envolvidos com a iniciativa de TBC.
3. Integrar as ações educativas e de formação previstas no TBC com os conteúdos dos Programas de Educação Ambiental e de Pesquisa da UC.
4. Privilegiar a aprendizagem vivencial na construção da iniciativa de TBC, valorizando o aprender-fazendo.
5. Adotar mecanismos para o monitoramento de impactos da visitação, incluindo ferramentas que permitam avaliar a gestão socioambiental da iniciativa de TBC, a satisfação do visitante e das comunidades receptoras, buscando o compartilhamento dos resultados com todos os atores envolvidos.
6. Buscar metodologias que tenham por objetivo a diversificação de espaços, paisagens e propostas interpretativas, no intuito de enriquecer a experiência do visitante e das comunidades locais.

Diretrizes para contribuir com a gestão e os objetivos de criação das UC

1. Planejar e gerir a iniciativa de TBC em consonância com os objetivos de criação das UCs, com os instrumentos de gestão previstos para cada categoria e programas de manejo existentes, bem como com as demais normatizações vigentes.
2. Respeitar o zoneamento da UC e considerar os diagnósticos, as pesquisas científicas e os saberes locais para a identificação das potencialidades e fragilidades para a implementação das iniciativas de TBC, bem como para a definição de normas para a visitação.
3. As iniciativas de TBC nas áreas em sobreposição com terras indígenas e territórios tradicionais de povos remanescentes de quilombos e outras comunidades tradicionais deverão reconhecer e considerar os instrumentos de gestão territorial e ambiental próprios dessas áreas protegidas, garantindo a consulta prévia, livre e informada a esses povos.
4. As iniciativas de TBC devem favorecer o estabelecimento de um compromisso com a conservação socioambiental e proteção da UC como um todo e não apenas das áreas diretamente visitadas, buscando, sempre que possível, envolver as comunidades locais na gestão das áreas protegidas.



Introdução



Foto aérea da RESEX
Marinha da Baía do Iguape/BA

ACERVO RESEX MARINHA DA BAÍA DO IGUAPE/BA

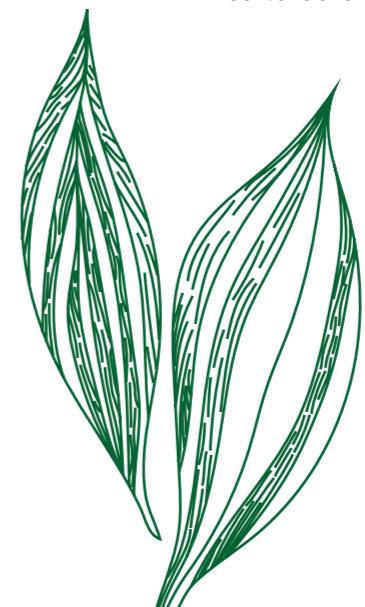
As Unidades de Conservação (UC) brasileiras são formadas por paisagens das mais diversas. Muitos desses territórios abarcam, além de uma riqueza natural expressiva, um conjunto de saberes, conhecimentos, objetos, práticas, ritos e celebrações dos diferentes povos e comunidades habitantes de seu interior ou entorno.

A proteção de todo esse patrimônio envolve uma série de ações por parte do poder público: pesquisa, fiscalização ambiental, regularização fundiária, educação, apoio à produção sustentável e articulação de políticas públicas que levem qualidade de vida às populações beneficiárias desses territórios são algumas delas. Ao mesmo tempo, é imprescindível abrir canais de comunicação com a sociedade, como forma de envolvimento nas ações de gestão dos territórios protegidos. Afinal, sabemos que a conservação desses territórios carece não apenas de ações por parte do governo e das comunidades habitantes do interior ou entorno das UC, mas também do apoio de toda a sociedade.

Assim, como fazer com que a população em geral conheça essas áreas e apoiem a conservação desses territórios? Ao mesmo tempo, como potencializar o apoio das comunidades locais à gestão das UC, valorizando os seus saberes, tirando-as da invisibilidade e ampliando os canais para a promoção do bem-estar desses grupos sociais?

São diversas as possibilidades e ações conjuntas que podem atuar efetivamente nesse sentido. O Turismo de Base Comunitária (TBC) pode ser um colaborador nesse processo, ou seja, **uma estratégia a mais para comunicar à sociedade os valores ambientais, sociais e culturais das UC**.

No TBC, questões como o protagonismo das comunidades locais na gestão da atividade, a oportunidade de vivência entre diferentes culturas e a partilha dos benefícios advindos da visitação entre os membros da comunidade são proeminentes. A atividade pode contribuir para diversificar e enriquecer os programas de uso público oferecidos aos visitantes, além de incrementar a renda



e a **qualidade de vida das comunidades**, aproximando-as positivamente da gestão das Unidades de Conservação e aumentando o apoio local às áreas protegidas.

O protagonismo comunitário é o princípio fundamental do TBC; os demais princípios e diretrizes devem, no entanto, pautar a atividade, ou seja, são pontos a serem buscados constantemente para que as experiências atinjam todo o seu potencial. Convém destacar que o TBC, como muitas outras atividades, pode trazer, simultaneamente, impactos positivos e negativos às comunidades e aos ambientes. Os princípios e diretrizes do TBC demandam, para serem alcançados, um amplo e belo aprendizado por parte das comunidades, do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), das operadoras de turismo e dos demais atores direta ou indiretamente envolvidos. Há ainda que se considerar que determinadas atitudes e comportamentos de visitantes e de outros agentes externos podem impactar negativamente a vida das comunidades, demandando, por parte desses grupos sociais, maturidade e organização para evitar ou reparar possíveis danos e caminhar na direção de potencializar os processos de aprendizado.

Quando falamos da colaboração do TBC para a melhoria da **qualidade de vida das comunidades** nas UC, não estamos nos limitando ao potencial da atividade em complementar a renda das famílias. Abrir caminhos efetivos para a comercialização dos roteiros é essencial, mas a atividade pode promover a qualidade de vida ao dar voz às comunidades para contarem a sua própria história, ao ajudar a fortalecer a organização social, ao incentivar a partilha de saberes e histórias dentro da própria comunidade, ao permitir a vivência entre diferentes gerações, culturas e realidades. Trabalhar com o TBC de forma a transformar efetivamente realidades é, portanto, atrelar o potencial econômico da atividade à dimensão da educação, da política, da cultura e da conservação da natureza.



Extrativistas coletando o molusco berbigão (*Anomalocardia brasiliiana*) nos bancos de areia, conhecidos localmente como baixios, da RESEX Marinha do Pirajubaé/SC

Marcos da discussão de TBC no ICMBio e principais ações realizadas

Em dezembro de 2011, em um contexto crescente de interesse pela agenda de TBC, o ICMBio organizou o *I Seminário de Ecoturismo de Base Comunitária em Reservas Extrativistas*. O Seminá-

rio foi planejado inicialmente para discutir apenas o TBC na Reserva Extrativista (RESEX) de Cururu, como parte de um projeto de pesquisa coordenado pelo Centro Nacional de Pesquisa e Conservação da Sociobiodiversidade Associada a Povos e Comunidades Tradicionais (CNPT/DISAT) e com apoio financeiro do Projeto PNUD BRA/08/023 - Conservação da Biodiversidade e Promoção do Desenvolvimento Socioambiental. Contudo, em função da enorme

procura de outras UC manifestando o interesse em participar de uma discussão sobre o tema no âmbito do ICMBio, o CNPT e a Coordenação Geral de Uso Público e Negócios (CGEUP/DIMAN) ampliaram o escopo do Seminário, que passou a ter abrangência nacional. O objetivo daquele encontro passou a ser, assim, produzir conhecimento sobre as experiências existentes, definir diretrizes e princípios para a atividade, bem como iniciar um debate sobre um referencial metodológico para o TBC. Para avançar e consolidar as propostas discutidas no encontro, definiu-se no Seminário um conjunto de servidores e representantes comunitários para constituir um grupo de trabalho sobre TBC no âmbito do ICMBio.

Desde o I Seminário de Ecoturismo de Base Comunitária em Reservas Extrativistas até os dias de hoje, uma série de avanços foram conquistados institucionalmente no sentido de promover discussões sobre princípios, diretrizes e estratégias para implementação do TBC nas UCs. De lá para cá, o ICMBio criou dois grupos de trabalho (GT) para discutir o TBC: o primeiro por meio da Portaria nº119, de 22.03.2013, e como resultados do I Seminário, e o segundo pela Portaria nº 232, de 11 de maio de 2016.

Diversas atividades foram desenvolvidas pelos GT, incluindo: o levantamento de uma rede de servidores interessados na temática

e a publicação, em 2018, do caderno *Turismo de Base Comunitária em Unidades de Conservação Federais: Princípios e Diretrizes*, com a elaboração de um conceito para a atividade.

No entanto, ao longo desse percurso ficou claro que havia muito ainda a ser realizado, inclusive tendo em vista a expressividade que a agenda ganhou nos últimos anos. De acordo com informações de 2018 do Sistema de Análise e Monitoramento de Gestão (SAMGe) do ICMBio, iniciativas de TBC estão presentes em 72 UC federais. Por sua vez, no Plano Anual de Capacitação do Instituto (PAC) de 2019, o TBC surge como o 15º colocado nas demandas de capacitação dos servidores.

Nesse sentido, um material nos moldes de um *Caderno de Experiências*, que sistematizasse as experiências e os aprendizados a partir do que já vem sendo feito nas UC, além de trazer aportes conceituais e metodológicos, passou a compor uma das estratégias para o aperfeiçoamento do TBC em UC federais.

Em 2018, a **Chamada de Propostas para Fortalecimento de Iniciativas de TBC**, ação coordenada pela Coordenação Geral de Populações Tradicionais (CGPT/DISAT), com auxílio da CGEUP/DIMAN e com recursos provenientes do Projeto BRA 08/023, selecionou nove projetos para apoio direto. As propostas foram apoiadas por meio de capacitações,

intercâmbios, visitas técnicas, oficinas, encontros, reuniões e mutirões comunitários, bem como confecção de materiais didáticos, gráficos e audiovisuais destinados ao apoio ou disseminação das ações vinculadas a projetos apresentados pelas UC. A ideia seria compor o caderno de experiências a partir do aporte, fortalecimento e posterior sistematização de experiências concretas de TBC em diferentes estágios de desenvolvimento.

Assim, esta publicação, denominada *Turismo de Base Comunitária em Unidades de Conservação Federais: Caderno de Experiências*, traz, de forma sintética, aquilo que acreditamos ser a principal contribuição de cada uma das iniciativas apoiadas, além de inserir a experiência de mais quatro UC que não foram atendidas com recursos do Edital, mas que possuem aprendizados significativos ao objetivo aqui proposto.

As iniciativas de TBC contempladas e a estrutura do material

Este caderno traz a experiência de gestores e comunitários de 13 iniciativas de TBC em UC federais, sendo cinco delas na Região Nordeste, quatro na Região Norte, três na Região Sudeste e uma na Região Sul. Convém ressaltar que este material, além de ser composto pelas vivências de comunitários e gestores das UC com o TBC, sistematizadas através da contratação de consultoria técnica especializada, também contou com o aporte da experiência da CGPT, da CGEUP e do CNPT com o tema.

A publicação é composta por dois encartes.

O primeiro encarte é dividido em quatro capítulos: 1- Protagonismo e Organização comunitária, 2- Qualificação da Experiência,

Experiências de Turismo de Base Comunitária Sistematizadas

1. Área de Proteção Ambiental (APA) de Petrópolis
2. Área de Proteção Ambiental (APA) de Guapi-Mirim
3. Área de Proteção Ambiental (APA) de Cairuçu
4. Parque Nacional (PARNA) da Chapada Diamantina
5. Parque Nacional (PARNA) do Pico da Neblina
6. Floresta Nacional (FLONA) do Tapajós
7. Reserva Extrativista (RESEX) Tapajós-Arapiuns
8. Reserva Extrativista (RESEX) Marinha de Soure
9. Reserva Extrativista (RESEX) Marinha do Delta do Parnaíba
10. Reserva Extrativista (RESEX) Marinha da Baía do Iguape
- II. Parque Nacional (PARNA) Marinho dos Abrolhos e Reserva Extrativista (RESEX) de Cassurubá
12. Reserva Extrativista (RESEX) Marinha do Pirajubaé



3- Gestão da Unidade de Conservação e 4- Commercialização, sendo que cada um deles dialoga com as diretrizes e os princípios do TBC.

No capítulo *Protagonismo e Organização Comunitária* abordamos, em linhas gerais, o protagonismo e a organização das comunidades como elementos centrais das iniciativas de TBC. A repartição justa dos benefícios, a definição de acordos e divisão de papéis entre os membros das comunidades, e entre as comunidades e os demais atores externos, são alguns dos parâmetros que trazemos para a discussão. As reflexões desse capítulo dialogam, sobretudo, com os seguintes princípios do TBC elencados neste material: **protagonismo comunitário, equidade social, bem comum e transparência**.

No capítulo *Qualificação da Experiência* trazemos para reflexão o papel do TBC para a salvaguarda do patrimônio cultural dos territórios das UC e comunidades, evidenciando a atividade como um importante canal de comunicação com a sociedade. O conteúdo do capítulo dialoga, principalmente, com os princípios: **valorização da história e da cultura, educação, protagonismo comunitário, dinamismo cultural, partilha cultural e atividade complementar**.

No capítulo *Gestão da Unidade de Conservação* abordamos parâmetros para que o TBC esteja em compatibilidade e fortaleça os objetivos de criação e manejo das diferen-

tes categorias de UC, bem como promova a participação social na gestão dos territórios. O conteúdo do capítulo dialoga, sobretudo, com os princípios da **conservação da socio-biodiversidade, educação e continuidade**.

No capítulo *Commercialização*, trazemos alguns pontos que, dadas as especificidades do TBC, julgamos importantes quando vamos pensar na comercialização dos roteiros. Trazemos, assim, uma abordagem sobre os canais possíveis para a sua divulgação e comercialização, além de evidenciarmos aspectos importantes quando a opção da comunidade é estabelecer parcerias e diálogo com agências e/ou operadoras de turismo. O conteúdo do capítulo dialoga, sobretudo, com o princípio da **transparência**, do **protagonismo comunitário** e da **equidade social**.

Por fim, o segundo encarte do caderno traz os mapas das UC contempladas neste material, com os atrativos/patrimônios distribuídos no território e com uma breve descrição das áreas. Este encarte tem por finalidade mostrar o que é possível conhecer em cada uma das iniciativas de TBC, demonstrando parte da riqueza ambiental, histórica e cultural das nossas áreas protegidas.

Esperamos que este material possa contribuir com novas ideias e reflexões, dando subsídios para aprimorar as experiências de TBC nas UC federais. A todos uma boa leitura!

As iniciativas de TBC contempladas no material

Área de Proteção Ambiental de Cairuçu

Criada em 1983 e localizada em Paraty/Rio de Janeiro, a UC protege o ambiente natural e as paisagens da Mata Atlântica e da Serra do Mar, além dos sistemas hidrológicos e das comunidades caiçaras, indígenas e quilombolas. Está inserida em um contexto de grande especulação imobiliária e pressão turística. Com forte protagonismo, as comunidades criaram uma rede de TBC para difundir e salvaguardar o seu patrimônio cultural.

Área de Proteção Ambiental de Guapi-Mirim

Protege, desde 1984, os mangues da Baixada Fluminense, no recôncavo da Baía de Guanabara/Rio de Janeiro, assegurando a sobrevivência das comunidades que vivem de seus recursos naturais. Inserida em um contexto de grande pressão pela instalação de empreendimentos industriais e imobiliários, a UC aposta no TBC, e em capacitações voltadas à atividade, como uma forma de gerar renda e apoiar as comunidades em situação de vulnerabilidade social.

Área de Proteção Ambiental de Petrópolis

Criada em 1982, em Petrópolis/Rio de Janeiro, para a conservação da Mata Atlântica e do conjunto paisagístico-cultural da região serrana do Rio. O TBC veio como uma aposta para incrementar a renda dos moradores do Quilombo da Tapera e dar possibilidades de trabalho no próprio território. O projeto tem um olhar para a construção e socialização do acervo de conhecimentos e memórias da comunidade: uma oportunidade para as lideranças jovens conhecerem uma história que lhes foi muitas vezes negada em virtude do preconceito.

Parque Nacional da Chapada Diamantina

Mistura de Cerrado, Caatinga e Mata Atlântica. Criado em 1985, resguarda a Serra do Sincorá na Bahia. Considerado pelo Ministério do Turismo (MTur), em 2010, como o principal roteiro de ecoturismo do Brasil. O TBC surge como uma forma de viabilizar produtos turísticos que integrem os atrativos naturais do Parque Nacional da Chapada Diamantina e do Parque Natural Municipal de Andaraí com os atrativos histórico-culturais de comunidades de assentados de reforma agrária de Itaetê, contribuindo para a qualidade de vida e autoestima dessas comunidades.

Parque Nacional do Pico da Neblina

Criado em 1979 e localizado no Estado do Amazonas. O parque tem sobreposição com outras áreas protegidas, incluindo quatro terras indígenas. O TBC aparece como um aliado na transformação de conflitos históricos em oportunidades cooperativas de atuação conjunta entre a UC e a comunidade indígena. A atividade é uma alternativa para melhorar a qualidade de vida dos Yanomami da região; e também para mostrar ao mundo que o Pico da Neblina é um lugar sagrado para esse povo.

Reserva Extrativista Marinha do Delta do Parnaíba

Criada em 2000, nos estados do Maranhão e Piauí. A comunidade enxerga o TBC como uma forma de apropriação do patrimônio regional, seja num viés de afirmação da biodiversidade e da cultura local, seja no que diz respeito ao aproveitamento econômico e sustentável do território e dos seus recursos. A experiência de TBC da UC se destaca no componente capacitação, incluindo uma articulação para acesso ao Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC).

Reserva Extrativista Marinha da Baía do Iguape

Criada no ano 2000 no estado da Bahia, a UC possui um legado histórico, cultural, religioso e paisagístico que confere grande potencial ao TBC como estratégia de geração de renda e valorização cultural e ambiental. O projeto de TBC, protagonizado pela comunidade Quilombola da Salamina, aparece como um meio de planejamento e ordenamento do turismo que já ocorre de forma precária e com pouco retorno às comunidades da Reserva.

Criada em 2001, no município de Soure/PA, a UC compatibiliza o desenvolvimento comunitário e a conservação ambiental. As atividades de TBC na Reserva são variadas e podem ser vivenciadas em três comunidades. Atualmente há dois projetos previstos na UC: um para a formação de uma rede de TBC entre as comunidades da UC, para que possam divulgar e vender seus produtos; outro projeto voltado ao ordenamento da atividade turística.

Reserva Extrativista Tapajós-Arapiuns

Localizada nos municípios de Santarém e Aveiro/Pará, foi criada em 1998. A comunidade de Anã é a protagonista do TBC na Reserva, que apresenta um histórico muito interessante de organização comunitária desde o início do processo de criação da UC. A Cooperativa de Turismo e Artesanato da Floresta (Turiarte), da qual Anã faz parte, é uma referência nacional na gestão do TBC, possuindo ampla experiência em realização de roteiros para grupos de visitantes brasileiros e estrangeiros com motivações diversas, como: viagens educativas, científicas, motivacionais, de lazer e de intercâmbio de conhecimentos.

Parque Nacional Marinho dos Abrolhos e Reserva Extrativista de Cassurubá.

Abrolhos foi o primeiro parque nacional marinho brasileiro e foi criado em 1983, já a RESEX de Cassurubá foi criada em 2009. Ambas as UC se encontram localizadas no sul do litoral do estado da Bahia. O TBC nasce como uma oportunidade de reunir capacidades de desenvolvimento de roteiros alternativos que gerem a distribuição de renda de forma mais igualitária e sustentável, criando novas formas de negócios ambientalmente amigáveis e empoderamento comunitário.

Reserva Extrativista Marinha do Pirajubaé

Primeira reserva extrativista marinha, criada em 1992, pela demanda dos pescadores artesanais, busca proteger o território de pesca e ordenar a cata do berbigão, além de salvaguardar a cultura do pescador. A UC, localizada em Florianópolis/Santa Catarina, sofre toda a pressão do ambiente urbano. O TBC tem o potencial de evidenciar à sociedade o significado de uma Reserva Extrativista incrustada na capital do estado de Santa Catarina, ou seja, a realidade de uma UC imersa em um contexto urbano, trazendo à tona "o que existe de beleza, de história e de pesca tradicional entre o Aeroporto Hercílio Luz e o centro da cidade de Florianópolis".

Floresta Nacional do Tapajós

Criada em 1974, nos municípios de Aveiro, Belterra, Placas e Rurópolis, no Oeste do Estado do Pará, a UC recebe um número expressivo de visitantes. Referência em organização comunitária, as comunidades da UC protagonizam uma série de atividades, entre elas o TBC. Atualmente, um dos principais focos de trabalho voltados a essa agenda é o ordenamento das atividades turísticas da UC, envolvendo o mapeamento das trilhas, a revisão do regimento interno dos condutores, a elaboração de portaria com critérios e normas para a condução na UC e a construção do Plano de Uso Público.

ENCARTE 1

Experiências de Turismo de Base Comunitária em Unidades de Conservação federais: Referencial Metodológico





LUCIANA CARVALHO CREMA

I. Protagonismo e organização comunitária

O protagonismo comunitário é um dos elementos centrais na concepção e desenvolvimento das iniciativas de TBC. Envolve o processo de organização interna das comunidades e de articulação externa para atuar nas experiências. Estamos falando da atuação crítica e autônoma das comunidades locais, capazes de se articular e participar ativamente dos espaços de tomada de decisão, apontando caminhos e soluções para melhoria e transformação da realidade social. O protagonismo contribui para estabelecer um diálogo equânime entre a comunidade e parceiros, proporcionando mecanismos de controle social e engajamento nas iniciativas de TBC.

As discussões que apresentamos nesse capítulo dialogam, sobretudo, com os seguintes princípios do TBC: **protagonismo comunitário, equidade social, bem comum e transparência**. Traremos elementos de reflexão sobre quatro questões centrais:

- a. Como o processo de concepção das iniciativas de TBC tem sido protagonizado pelas comunidades locais? Como a articulação com atores externos pode contribuir para o protagonismo das comunidades no desenvolvimento de uma iniciativa de TBC?
- b. O protagonismo, organização e engajamento comunitário nas diferentes etapas de gestão da iniciativa de TBC podem contribuir para a manutenção em longo prazo da atividade, bem como para a valorização do modo de vida e permanência das comunidades tradicionais em seus territórios?
- c. Quais aspectos da divisão de papéis devem ser observados pelas comunidades para o aprimoramento das iniciativas e para a garantia de transparência entre os atores envolvidos?
- d. Quais as estratégias de repartição dos benefícios podem ser implementadas, oportunizando uma distribuição justa e equitativa entre os membros das comunidades locais?



Atividade da Rede Nhandereko no Quilombo do Campinho, APA Caiuru/RJ



I.I. O caminho da história: o despertar das comunidades e das Unidades de Conservação para o Turismo de Base Comunitária

A opção pelo desenvolvimento de iniciativas de TBC deve, prioritariamente, partir das comunidades locais. Trata-se do momento inicial de decisão e escolha da comunidade pelo desenvolvimento de uma experiência de turismo.

Os fatores que motivam essa decisão podem ser os mais diversos, afinal, desenvolver uma atividade de turismo pode representar aos habitantes locais:

- Uma fonte complementar de renda;
- Uma oportunidade de contar a sua própria história e de mostrar o que as comunidades e seus territórios possuem de mais significativo e especial;
- Uma maneira prazerosa de aprimorar o conhecimento sobre a história e os saberes da comunidade, de receber e interagir com pessoas de diferentes lugares;



- Uma oportunidade de mostrar à sociedade outros modos de viver e se relacionar com os recursos naturais, além dos desafios de habitar regiões, em muitos casos, remotas e sujeitas a diferentes pressões e ameaças;
- Uma forma de se contrapor a um turismo de massa, muitas vezes já instalado em seus territórios de vida;
- Um meio de evidenciar histórias de luta, de resistência e de permanência das comunidades locais em seus territórios.

Vejamos, como exemplo, os fatores que motivaram as comunidades tradicionais² do território protegido pela Área de Proteção Ambiental (APA) de Cairuçu, no município de Paraty, no Rio de Janeiro, pelo desenvolvimento de iniciativas de TBC:

"O Turismo de Base Comunitária é resultado de outras ações das comunidades tradicionais pelo protagonismo e permanência em seus territórios, iniciado em 2003 e potencializado a partir de capacitações específicas. O TBC, assim como a educação diferenciada, a agroecologia e diversas ações das comuni-

dades tradicionais, tornou-se mais uma ferramenta para fomentar a salvaguarda dos saberes, manifestações culturais e de todo o modo de vida tradicional que resiste em uma região explorada intensamente pelo turismo de massa. A partir de 2003, as comunidades entram em contato com iniciativas diferenciadas de turismo e passam a desenhar experiências com base em sua própria cultura e realidade". (Fórum de Comunidades Tradicionais Angra-Paraty-Ubatuba, APA de Cairuçu)

O relato evidencia que as comunidades organizadas no Fórum de Comunidades Tradicionais Angra-Paraty-Ubatuba (FCT) não veem o TBC apenas como uma fonte de renda. Aliás, enxergam o TBC como uma ferramenta de luta em defesa de seus direitos, resultado de um processo protagonizado pelas comunidades pela permanência em seus territórios, capaz de fomentar a **salvaguarda de seus patrimônios culturais**. Observamos que quando há de fato o protagonismo da comunidade na concepção e desenvolvimento das iniciativas, os resultados contribuem para a organização das comunidades, fortalecendo seus arranjos internos de tomada de decisão, e possibilitam a concepção de propostas mais consistentes e potencialmente mais transformadoras.

Na Terra Indígena (TI) Yanomami, em área de sobreposição ao Parque Nacional (PARNA)

² Povos e Comunidades tradicionais, segundo o Decreto nº 6.040, de 07 de fevereiro de 2007, são grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição (BRASIL, 2007).

do Pico da Neblina, no Amazonas, a demanda pela abertura do ecoturismo também foi apresentada ao ICMBio pelos indígenas, o


O termo salvaguarda pode ser entendido como medidas adotadas para viabilizar a conservação e/ou as condições de produção e reprodução dos bens culturais de natureza material ou imaterial. De acordo com as características de cada bem ou referência patrimonial, a salvaguarda pode envolver desde medidas para a proteção da integridade física de determinado bem a, no caso de referências culturais de natureza imaterial ou intangível, ações que envolvam: a documentação, com vistas a preservar sua memória; a transmissão de conhecimentos e competências; o acesso às matérias primas e demais insumos necessários à sua produção; o apoio e fomento à produção e ao consumo; a sua valorização e difusão junto à sociedade; e, principalmente, esforços no sentido de que os detentores desses bens assumam a posição de protagonistas na preservação de seu patrimônio cultural (adaptado do IPHAN, 2010).

Depois do pedido em assembleia, forma-se o grupo de trabalho ampliado e iniciam-se as atividades de planejamento do ecoturismo através da primeira oficina de sonhos, onde projetou a visão de futuro do povo yanomami para o turismo de base comunitária



que ocorreu durante Assembleia da Associação Yanomami do Rio Cauaburis e Afluentes (AYRCA). A proposta tinha como objetivos construir alternativas para geração de renda aos indígenas em contraposição ao garimpo ilegal e às expedições turísticas realizadas por agências externas e sem protagonismo indígena.

O protagonismo comunitário na concepção da iniciativa de TBC não anula, contudo, a participação de outros atores sociais, que muitas vezes atuam de forma positiva e decisiva na instrumentalização da atividade, em colaboração às comunidades locais. A participação de outros atores nesse momento inicial de reflexão da comunidade deve se pautar numa aproximação respeitosa e qualificada junto às lideranças e demais membros das comunidades locais, contribuindo para o protagonismo e organização comunitária, para uma condução contextualizada do processo e para um diálogo equânime entre a comunidade local e os demais atores sociais.

Observamos, muitas vezes, que os próprios gestores do ICMBio podem ser os primeiros a motivar as comunidades pelo desenvolvimento do TBC. Essa ação, muitas vezes decorre de uma busca da UC em diversificar as atividades de uso público oferecidas no território protegido e agregar valor à experiência dos visitantes. Em outros casos, o TBC aponta como estratégia de aproximação e construção de condições de diálogo com as comunidades, visando superar conflitos e criar soluções cooperativas e integradas de gestão.

O motivo é claro: quando as dimensões naturais, históricas, políticas e culturais do território passam a ser trabalhadas conjuntamente, as experiências se tornam muito mais ricas e há a possibilidade de atingirmos com mais êxito uma das nossas missões institucionais para o uso público, que é fazer com que a sociedade crie uma relação de afeto com as áreas naturais protegidas e passe a defender a existência desses territórios.

Vejamos, a partir das experiências das UC relatadas nesse caderno, como foi a atuação de diferentes setores do governo e da sociedade civil na motivação das comunidades locais a optar pelo desenvolvimento de atividades de TBC:

- **O próprio órgão gestor da UC.** Na APA de Petrópolis, no Rio de Janeiro, a equipe do ICMBio propôs a aplicação de recursos oriundos de um Termo de Ajuste de Conduta (TAC) em um projeto de implementação de sistemas agroflorestais na comunidade Quilombo da Tapera. Ao longo do processo de discussão do projeto, a comunidade optou pela construção de uma cozinha multifuncional seguida de formação em TBC.
- **O Conselho Gestor da UC.** Na APA de Guapi-Mirim, no Rio de Janeiro, foi o Conselho Gestor da UC que levou, ao conhecimento do ICMBio, a demanda e interesse das comunidades locais da região pelo desenvolvimento de atividades de TBC. No PARNA do Pico da Neblina, a pedido do povo Yanomami, as primeiras ações para concepção e ordenamento da visitação ao Yaripo (Pico da Neblina) se deu a partir da Câmara Temática de Ecoturismo, vinculada ao Conselho Consultivo da UC.
- **Organizações não-governamentais (ONG).** Na Floresta Nacional (FLONA) do Tapajós, no Pará, o Projeto Saúde e Alegria, ONG parceira das comunidades locais e

do ICMBio em outras ações no território, atuou inicialmente no diálogo sobre TBC com as comunidades.

- **Outros órgãos públicos.** No PARNA da Chapada Diamantina, na Bahia, a atuação do INCRA, por meio da captação de recursos do Programa Terra Sol, foi fundamental para permitir o desenvolvimento de ações e projetos que culminaram no despertar das comunidades dos assentamentos rurais do entorno da UC para a atuação em atividades de TBC. Essa ação teve continuidade posteriormente pelo ICMBio, que buscou dialogar com as organizações sociais, prefeituras e trade turístico, visando integrar e consolidar a iniciativa de TBC no entorno do Parque.
- **Agências de viagens e turismo.** Na comunidade Maripá, na RESEX Tapajós-Arapius, no Pará, localizada próximo a Alter do Chão, Santarém, um destino já bem visitado e conhecido pelo público em geral, observamos que a aproximação com as lideranças da comunidade local para o desenvolvimento de uma iniciativa de TBC foi promovida por uma agência, tendo como objetivo inicial diversificar seu portfólio de produtos.
- **Universidades e outras instituições de ensino.** Na RESEX Marinha do Pirajubaé, localizada na zona urbana de Florianópo-

lis, o Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC) desenvolveu um estudo etnobiológico junto aos extrativistas da comunidade da Costeira do Pirajubaé que resultou na publicação de um livro, retratando o modo de vida e os saberes locais. Esse trabalho qualificou a demanda local para a atuação dos extrativistas na condução ambiental, subsidiando a oferta de um curso de condutores ambientais para os beneficiários da UC. O estudo etnobiológico e a valorização do patrimônio cultural da comunidade vêm inspirando a experiência de TBC que é desenvolvida na RESEX.

Gestores do ICMBio, pesquisadores, representantes de ONG e agências de turismo, entre outros atores sociais, podem ser mobilizadores das comunidades para o desenvolvimento de atividades de TBC. Mas **cabe à comunidade a decisão sobre a concepção e desenvolvimento das iniciativas de TBC**, sempre refletindo sobre os potenciais impactos positivos e negativos do turismo em sua comunidade! É muito importante que os gestores das Unidades de Conservação incentivem espaços de discussão para uma decisão consciente da comunidade!

1.2. Protagonismo e organização comunitária para o Turismo de Base Comunitária

O protagonismo comunitário na tomada de decisão em todas as etapas do processo é imprescindível para o desenvolvimento das iniciativas de TBC. É a partir da decisão das comunidades locais que as atividades devem ser planejadas, implementadas, monitoradas e avaliadas. Esse princípio tem se mostrado fundamental para a manutenção em longo prazo e continuidade das iniciativas de TBC.

Vejamos o depoimento do gestor do PARNA Marinho dos Abrolhos, na Bahia:

*"Apesar de toda a riqueza e potencial, a região [de Caravelas, Bahia] configura-se como um dos Índices de Desenvolvimento Humano (IDH) mais baixos do Brasil, e os benefícios esperados do turismo concentram-se em poucos produtos, com benefícios quase restritos ao empresariado local. Todo esse contexto já gerou no passado iniciativas para desenvolver o TBC, que **fracassaram por motivos complexos, e entre esses, destaca-se o baixo protagonismo das comunidades no processo de planejamento e execução das atividades**".*

(Fernando Repinaldo Filho, chefe do PARNA Marinho dos Abrolhos)

Observamos que o gestor destaca o baixo envolvimento e protagonismo das comunidades na concepção e execução das atividades de turismo iniciadas no passado como os principais fatores limitantes à continuidade e ao êxito das iniciativas de TBC na região de Caravelas. O projeto apoiado pela Chamada de Propostas para Fortalecimento de Iniciativas de TBC, desenvolvido conjuntamente pelo PARNA Marinho dos Abrolhos e pela RESEX de Cassurubá, teve como premissa despertar e valorizar o protagonismo das comunidades na gestão das atividades de TBC, considerando-o como um negócio coletivo. A iniciativa trouxe como desafios a busca pelo engajamento das lideranças e demais representantes das comunidades na concepção do projeto. A baixa organização formal das comunidades aponta como um desafio a ser superado, exigindo a formulação de estratégias de articulação e mobilização comunitárias criativas e inovadoras, capazes de desencadear processos coletivos cooperativos.

O processo de discussão e organização do ecoturismo ao Yaripo, no PARNA do Pico da Neblina, protagonizado pelos indígenas da TI Yanomami, oportunizou a criação da Associação das Mulheres Yanomami Kumirayoma (AMYK), fundamental para

inserir a participação da mulher na iniciativa de TBC. A Associação de Mulheres vem participando ativamente da Câmara Temática de Ecoturismo no Conselho Gestor do PARNA, representando as mulheres nesse fórum de discussão e tomada de decisão do projeto de ecoturismo ao Yaripo.

A equipe da RESEX Marinha do Delta do Parnaíba, a partir da experiência desenvolvida na UC, destaca a importância de investir em processos que de fato favoreçam o crescente protagonismo das comunidades em seus processos de organização internos e nas demais esferas da gestão da UC.



Planejamento participativo das atividades de TBC na RESEX Marinha do Delta do Parnaíba

É bom ficar atento à frágil mobilização e organização social para a gestão das iniciativas de TBC por parte das comunidades locais, que pode, muitas vezes, constituir um desafio a ser superado. O ICMBio e/ou parceiros externos, podem contribuir no processo de organização das comunidades, fortalecendo seu protagonismo no planejamento e execução das atividades. A formação de organizações locais pode contribuir na equidade de participação dos membros das comunidades nas iniciativas de TBC.

É fundamental termos em mente, porém, que as comunidades precisam de tempo para amadurecimento e consolidação das iniciativas de TBC desenvolvidas em seus territórios.

³ Territórios tradicionais, segundo o Decreto nº 6.040, de 07 de fevereiro de 2007, são definidos como os espaços necessários a reprodução cultural, social e econômica dos povos e comunidades tradicionais, sejam eles utilizados de forma permanente ou temporária, observado, no que diz respeito aos povos indígenas e quilombolas, respectivamente, o que dispõem os artigos 231 da Constituição e 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e demais regulamentações (BRASIL, 2007).

"A maioria dos projetos de apoio ao TBC no Brasil é de curto prazo, o que dificulta a construção participativa pelas comunidades – que geralmente precisam de um tempo maior para amadurecimento, pactuação de acordos, organização interna, etc., sua consolidação e continuidade". (Marcela de Marins, analista ambiental do Parna da Chapada Diamantina)

Outro elemento central do protagonismo é o controle comunitário sobre as iniciativas de turismo, em especial quando realizadas em territórios tradicionais³. O depoimento do gestor da RESEX Marinha da Baía do Iguape, evidencia esse aspecto:

"Sabemos que o controle comunitário sobre os processos que ocorrem nos territórios tradicionais representa o maior fator de protagonismo dos seus envolvidos, entre esses, as experiências com turismo, que representam para muitas dessas comunidades experiências negativas que envolvem perda de território, da identidade cul-

tural, exploração sexual e do trabalho humano". (Sérgio Freitas, chefe da RESEX Marinha da Baía do Iguape).

Notamos que as experiências de turismo implementadas nos territórios tradicionais sem protagonismo e controle social pelas comunidades podem, em muitos casos, acarretar diversos impactos negativos, incluindo a própria perda de seus territórios e consequências adversas aos seus modos de vida, identidade cultural, entre outros. Esse aspecto evidencia a importância da condução dos processos de forma contextualizada e integrada às perspectivas, aos interesses e ao tempo de cada comunidade.

Durante as diversas etapas para elaboração do projeto de ecoturismo Yaripo, no Parna do Pico da Neblina, os indígenas definiram limites de acesso dos visitantes às comunidades como forma de evitar impactos negativos do turismo à cultura Yanomami e resguardar a comunidade da entrada de bebidas alcoólicas, drogas e da prostituição, situação vivida em expedições organizadas no passado por agências externas, que ocorreram sem protagonismo e sem um arranjo de repartição de benefícios coletivos. O foco da iniciativa atual é a expedição de longo curso ao Yaripo, onde o visitante tem contato com o modo de vida desse povo ao longo da caminhada, mas a experiência de TBC não inclui a vivência dos turistas nas tarefas cotidianas das comunidades.

Dica: realizar uma "Oficina de Sonhos", na qual é feita a pergunta "o que cada um deseja para o futuro?". As pessoas voltarão para suas casas, terão tempo para pensar no assunto e retornarão no momento seguinte com respostas. As ideias trazidas pelos participantes são registradas em tarjetas ou cartazes, subsidiando o planejamento das atividades de TBC. Isso foi muito importante para alcançar maior envolvimento no início dos trabalhos no Parna do Pico da Neblina, para respeitar a vontade das comunidades e legitimar as propostas da UC perante o povo Yanomami.

A experiência das comunidades tradicionais organizadas no âmbito do FCT, no território protegido pela APA de Cairuçu, nos traz outra inspiração de organização de diferentes comunidades para atuação em uma rede regional de TBC. Entre 2015 e 2017, essas comunidades passaram a se encontrar e partilhar suas vivências e experiências de TBC com a finalidade de consolidar um espaço de articulação específico. O intenso trabalho de comunitários, analistas ambientais do ICMBio e parceiros possibilitou o desenvolvimento e a qualifica-

ção dos serviços oferecidos pelos moradores e resultou na criação da Rede Nhandereko, a rede de TBC do FCT. Com o avanço dos debates, um novo desafio despontou: a criação de uma Central de Comercialização, cujo objetivo é facilitar o acesso de visitantes e agências de viagem aos produtos dessa região e promover roteiros integrados entre as comunidades. De acordo com as características de cada lugar, o engajamento na iniciativa parte de grupos mobilizados e, gradativamente, vem ganhando maior abrangência dentro das comunidades.

A experiência das comunidades do FCT nos mostra um caminho inovador de organização social e atuação em rede, contribuindo para a qualificação da experiência de TBC e para o fortalecimento da organização social. Um fator substancial de êxito nesse iniciativa foi a consolidação do trabalho em rede por meio do movimento do Fórum, que aproximou boa parte das iniciativas espalhadas no território e estimulou o intercâmbio de experiências entre elas. Além disso, foi marcante ter contato com segmentos diferenciados de turismo (étnico, educacional, sustentável) e criar experiências com base na própria história, cultura e realidade dos povos e comunidades tradicionais da região.

Na RESEX Marinha do Pirajubaé a experiência busca estabelecer uma rede colaborativa para o desenvolvimento das atividades de TBC, envolvendo uma diversidade de beneficiários da UC, de acordo com suas aptidões,

entre os quais destaca-se: culinária, condução ambiental, condução de embarcações, produção de artesanato e demonstração das artes tradicionais de pesca tradicionais. Apesar dos desafios de mobilização e envolvimento de novos extrativistas e beneficiários, a proposta de formação da rede colaborativa está ampliando a participação e engajamento da comunidade nas ações em curso.

Ter lideranças engajadas e comprometidas no grupo é indispensável para o desenvolvimento das iniciativas de TBC.

1.3. Acordos, divisão de papéis e transparência

A definição dos arranjos coletivos de tomada de decisão em todas as etapas de desenvolvimento das iniciativas de TBC é fundamental e estratégica para a consolidação das experiências ao longo do tempo. Aqui estamos falando, sobretudo, do princípio do **bem comum**, onde a solidariedade e a cooperação devem se sobrepor aos interesses pessoais, e do princípio da **transparência**.

Como bem observa a Sra. Maria Odila Godinho, primeira presidente da Cooperativa de



Primeiro Encontro de TBC realizado na RESEX Marinha do Pirajubaé, como parte das atividades de formação de uma rede colaborativa para o desenvolvimento das atividades na UC



Turismo e Artesanato da Floresta (Turiarte) e moradora da RESEX Tapajós-Arapiuns:

"Pra trabalhar com TBC é preciso primeiro estar organizado, ter o pensamento de querer trabalhar juntos e ter disposição, principalmente para começar".

Para o planejamento e desenvolvimento das iniciativas de TBC, vamos nos inspirar em alguns exemplos das experiências retratadas nesse Caderno, que evidenciam diferentes formas de se estabelecer acordos e divisões de papéis entre os próprios membros das comunidades, e entre a comunidade e os demais atores envolvidos na atividade turística.

A criação e consolidação de comissões ou grupos de trabalho específicos para tratar da agenda de TBC foram estratégias que contribuíram para deixar mais claras as atribuições e respon-

sabilidades entre os membros de comunidades da RESEX Marinha da Baía do Iguape e da RESEX Marinha de Soure.

Na RESEX Marinha da Baía do Iguape foram criadas duas comissões para tratar da atividade de TBC, sendo uma com foco na organização interna da comunidade e outra com foco na relação com atores externos. A comissão interna ficou responsável por administrar as atividades de mobilização da comunidade e organização de espaços para a realização das atividades de TBC, e a comissão externa ficou encarregada de cuidar das relações com terceiros, como contratações, representação e contatos. Essa iniciativa demonstra a importância de ter bem claro qual o papel de cada comissão formada, e como ela deve se relacionar com os desafios para a gestão da experiência de TBC, de acordo com a realidade local.

Na RESEX Marinha de Soure duas comunidades principais integram as experiências de TBC. A comunidade de Pesqueiro, que participa da iniciativa há mais tempo, optou por criar grupos de trabalho temáticos, nas seguintes áreas: gastronomia, passeios, condução turística e hospedagem. A indicação dos membros das comunidades para participar de cada grupo foi definida com base na aptidão e/ou habilidade dos moradores ou moradoras interessados (as) em se engajar na atividade. Posteriormente, cada grupo definiu coletivamente as regras que os integrantes deveriam seguir para melhorar o desempenho na função exercida, tendo como objetivo manter a qualidade dos serviços oferecidos aos visitantes ao longo do tempo.

É na perspectiva do aprender-fazendo que entendemos que as experiências de TBC devem ser conduzidas, possibilitando um aprendizado coletivo e contribuindo para o fortalecimento da organização comunitária na gestão das iniciativas empreendidas e para a articulação externa com outros atores.

A experiência da RESEX Marinha de Soure também nos traz aprendizados valiosos sobre a importância de fortalecer a gestão compartilhada e a transparência entre os moradores das comunidades. Uma das estratégias para manter a mobilização e engajamento na iniciativa de TBC, adotada pela Associação de Moradores,

foram ações de planejamento coletivo e formação comunitária realizadas entre curtos intervalos de tempos. Essa forma de atuação proporcionou um melhor fluxo de informações entre os membros das comunidades envolvidos nas atividades de TBC e ampliou a compreensão pela maioria dos moradores, contribuindo para o princípio da transparência e favorecendo a tomada de decisão no âmbito comunitário.



Manter a boa comunicação em todas as esferas do trabalho no TBC é uma ótima prática que deve ser vivenciada constantemente e que contribui para o engajamento das comunidades nas iniciativas.

Recomenda-se realizar reuniões e rodas de conversa regulares, fazer convites amplos e prestações de contas sempre que uma ação aconteça, utilizar mídias sociais para divulgar encontros e incentivar o diálogo entre os participantes.

Na FLONA do Tapajós, as comunidades de Jamaraquá, Maguary e São Domingos se organizaram em um Grupo de Turismo de Base Comunitária, formado por representantes das associações comunitárias, coordenadores de turismo, condutores, catraieiros e proprie-

tários das pousadas e redários familiares. O grupo de TBC tem como objetivo “integrar suas ações e promover o turismo de base comunitária na FLONA do Tapajós de forma racional e sustentável, garantindo a valorização da história e cultura local, a utilização sustentável dos recursos naturais da UC, a qualidade de vida das famílias e a otimização do atendimento aos visitantes”. O Grupo elaborou um regimento interno, definindo as normas gerais, competências dos membros, penalidades, a estrutura de gestão e as formas de tomada de decisão relativas ao TBC, entre outros aspectos.

Na RESEX Marinha do Pirajubaé foi criado um grupo de trabalho, o GT Turismo, no âmbito do Conselho Deliberativo da UC, composto por extrativistas e representantes de instituições conselheiras, como da sociedade civil, órgãos governamentais, institutos de pesquisas e associações de moradores do entorno, com os objetivos de definir critérios de participação dos extrativistas na atividade de TBC e de ampliar o engajamento da comunidade. O grupo de trabalho vem debatendo modos de impulsionar o roteiro de TBC de forma integrada às demais atividades produtivas dos extrativistas locais, levando em conta as características da população, os aspectos legais envolvidos e o potencial turístico da região. O coletivo elaborou uma proposta de critérios para participação dos extrativistas na prestação de serviços embarcados na RESEX,



Guias comunitários da FLONA do Tapajós na oficina para revisão do regimento interno dos grupos de turismo das comunidades de São Domingos, Maguary e Jamaraqua



submetendo à aprovação do Conselho Deliberativo da UC. Os critérios aprovados foram: a) ser beneficiário da UC; b) possuir carteira de pescador ou de marinheiro; c) possuir embarcação em nome próprio (ou no nome de algum dos integrantes da família) com documentação de propriedade; e d) ter a embarcação cadastrada para pesca de até 8 metros.

No PARNA do Pico da Neblina o processo de formação do Conselho Gestor da UC possibilitou a aproximação e construção de canal de diálogo com as comunidades, contribuindo para a gestão do conflito socioambiental

existente no território em sobreposição à TI Yanomami. A partir de 2014, com a criação da Câmara Temática de Ecoturismo no âmbito do Conselho do PARNA, iniciaram-se as oficinas participativas com os indígenas para construir a proposta de turismo no território sobreposto, contando com a participação decisiva do ICMBio e da Fundação Nacional do Índio (FUNAI). Todo o trabalho das oficinas, resultou na elaboração do Plano de Visitação Yaripo – Ecoturismo Yanomami (AYRCA & AMYK, 2017), seguindo as disposições previstas na Instrução Normativa FUNAI nº 03/2015 (Brasil, 2015) que regulamenta a atividade de turismo em Terras Indígenas. Foram pactuados acordos entre os indígenas na forma de Manual de Conduta para os visitantes e orientações para os Yanomami envolvidos nas atividades de turismo. Essas determinações, assim como as competências, habilidades, remuneração, funções e respectivos responsáveis, foram decididas pelos indígenas, com aprovação em Assembleia da AYRCA. Os acordos preveem a inclusão geracional, com envolvimento de anciões, mulheres e jovens. Ao mesmo tempo, elaborou-se um Acordo de Respeito às Mulheres (indígenas e não indígenas), abrangendo não apenas a iniciativa de TBC, mas todo o âmbito de convivência e trabalho nas comunidades.

Observamos a instituição de grupos de trabalhos ou comissões, em diversos arranjos institucionais, como estratégia para definição dos

papéis entre os membros da comunidade, e entre a comunidade e os demais atores. A organização dos diferentes membros da comunidade em colegiados, envolvendo ou não atores externos, favorece a transparência, o processo de tomada de decisão coletivo, além de deixar mais claras as atribuições e responsabilidades de todos os envolvidos nas iniciativas.

Notamos que a maneira como os acordos são estabelecidos difere entre as iniciativas, pois devem ser elaborados conforme a vontade e realidade dos envolvidos, em sintonia com o que faz sentido para cada comunidade local. Podemos pensar em recomendações gerais que podem contribuir na elaboração de estratégias de atuação coletivas e definição clara das atribuições e responsabilidades:

- Constituir grupos de trabalho ou comissões, em diferentes arranjos institucionais (Conselho Gestor, Conselho Comunitário) é uma boa prática de governança nas diferentes etapas de planejamento e implementação das iniciativas de TBC;
- Estipular prazo de vigência e objetivos claros dos grupos de trabalho favorece o engajamento dos membros da comunidade e amplia a transparência do processo de construção dos acordos comunitários para o desenvolvimento da iniciativa de TBC;
- Estimular a candidatura voluntária dos comunitários para integrar os grupos de



A transparência, um dos pontos críticos para as iniciativas empreendidas de forma coletiva, é vital no desenvolvimento de atividades de TBC!



KÁTIA TORRES

O protagonismo das mulheres durante as etapas de reconhecimento dos atrativos em campo no PARNA do Pico da Neblina evidenciou o grande conhecimento que detêm sobre os alimentos que podem ser obtidos da floresta e ofertados aos visitantes

trabalho possibilita o livre engajamento na iniciativa;

- Definir acordos de convivência e pactuar coletivamente regras de funcionamento e tomada de decisão entre os membros dos grupos de trabalho contribui para a transparência do processo. Uma forma de registrar esses acordos e regras é a partir da elaboração de um regimento interno, pactuado entre os participantes;
- Considerar a necessidade de revisão periódica dos acordos estabelecidos contribui para o dinamismo na organização e divisão de papéis entre os atores envolvidos na iniciativa.

1.4. Repartição de benefícios

Nas iniciativas de TBC, e em acordo com os princípios do **bem comum e da equidade social**, é relevante que se considere um arranjo de repartição de benefícios que possa favorecer a comunidade como um todo e que seja, ao mesmo tempo, justo com quem se dedica mais.

No caso da Rede Nhandereko, no contexto da APA de Caiuru, todas as ações são orientadas pela Carta de Princípios da Rede. Embora o documento não defina o modelo exato de repartição de benefícios, apoia os acordos

firmados segundo as formas próprias de organização de cada comunidade, garantindo a remuneração equânime entre os agentes envolvidos nas diferentes esferas do TBC. No Quilombo do Campinho e na TI Parati Mirim, do povo Guarani Mbya, existem acordos que preveem o pagamento individual para aqueles que trabalharam diretamente no TBC naquele dia e o pagamento coletivo de uma taxa de visitação direcionada à comunidade como um todo e suas organizações representativas.



Na RESEX Marinha de Soure, atualmente existem duas propostas diferentes de distribuição de benefícios nas comunidades atuantes no TBC:

a. Na comunidade de Pesqueiro, cada pessoa que desempenha o serviço faz a cobrança ao turista e recebe o pagamento integral referente ao seu trabalho. A associação de moradores local está em fase de reorganização para, junto ao grupo de

moradores envolvidos nas atividades de TBC, definir um valor para pagamento de uma taxa comunitária, que irá beneficiar a comunidade como um todo. No passado, havia esse repasse quando a associação participava ativamente da gestão.

b. Na comunidade Céu, o pagamento pela hospedagem e alimentação é dividido igualmente entre os comunitários que prestam os serviços e a Associação de Moradores.

Na RESEX Marinha da Baía de Iguape, os arranjos para repartição dos benefícios estão em fase de discussão. Pretende-se que parte dos recursos gerados pelas famílias envolvidas na atividade de TBC sejam destinados à Associação Quilombola da Comunidade Salamina, visando à garantia das ações de cunho coletivo e o fortalecimento da organização comunitária.

No PARNA do Pico da Neblina foi elaborado um plano de negócios, no âmbito do Plano de Visitação Yaripo, que considera a defasagem de custos previstos, desgaste do material e capital de giro para implementar o projeto. O plano de negócios prevê um fundo comunitário (com % do valor do pacote que cada turista paga destinado às Associações dos Indígenas), que terá sua utilização definida anualmente pela Assembleia Yanomami, visando a melhoria coletiva da comunidade.

Essa taxa para a formação de um fundo comunitário gerido pelas organizações repre-

sentativas das comunidades, permite que mesmo aquelas pessoas que não trabalham diretamente no TBC sejam beneficiadas por ele. Significa também um recurso extra que pode ser utilizado para atender demandas da própria comunidade, não necessariamente somente para reinvestimento no turismo.

É importante que os arranjos para repartição dos benefícios não favoreçam apenas uma família, como por exemplo, sendo a única a receber visitantes e prestar todos os serviços oferecidos pela atividade de visitação na comunidade. Isso seria estimular o empreendedorismo individual, que é um arranjo válido e presente em várias comunidades, mas que não atende aos princípios e diretrizes do TBC, além de poder acentuar conflitos entre os membros das comunidades, em determinados contextos.

Na RESEX Marinha do Pirajubaé, apesar da primeira iniciativa prática ter nascido do espírito empreendedor de uma família de extrativistas, é empenho da UC e do grupo de trabalho de Turismo do Conselho Deliberativo ampliar a participação de outros membros da comunidade na atividade, diversificando os serviços e os roteiros turísticos potenciais. Com a proposta apoiada pela Chamada de Projetos para Fortalecimento de Iniciativas de TBC, formou-se a base de uma rede colaborativa, integrada por condutores ambientais, barqueiros, cozinheiros(os), artesãs(ões) e demonstradores de artes de pesca. Essa rede poderá evoluir, no seu

tempo, para uma organização coletiva do turismo local, ampliando os benefícios coletivos e envolvendo um maior número de famílias beneficiárias da RESEX.

Para possibilitar a circulação equilibrada de recursos entre os moradores e a participação proporcional, uma alternativa é promover rodízio entre os envolvidos dentro das diferentes atividades e serviços oferecidos pela comunidade. Por exemplo, a cada visita uma família desempenha um papel na atividade oferecida aos visitantes, e os moradores cuidam dessa dinâmica de quem está na vez. Há comunidades onde a lista dos participantes com a ordem de atuação fica exposta na parede do centro comunitário, onde todos tem chance de ver e acompanhar.

É bom ficar atento:

- Aos conflitos de interesses internos da comunidade, buscando soluções que promovam a equidade de participação entre gênero e entre gerações, e que visem a superação de interesses individuais em nome da coletividade;
- Aos desenhos de partilha de benefícios, de forma a abranger maior número de moradores das comunidades.



O rio e as canoas: importantes elementos da paisagem da RESEX Tapajós-Arapiuns/PA

2. A qualificação da experiência

ACERVO RESEX TAPAJÓS APIUNS/PA

Experiência de qualidade, para John Dew (ver Cury, 2005), pode ser entendida como aquela que estimula os sentidos, promove a reflexão, o questionamento e influência de forma positiva experiências futuras. Em iniciativas de TBC, estamos falando da interação, ou da vivência, entre visitantes e comunidades locais. A experiência de qualidade deve ser, portanto, aquela que promove o diálogo e o aprendizado de ambos os grupos, ou seja, aquela que é capaz de gerar mudanças benéficas para visitantes e comunidades e que fica guardada na memória.

O ponto central deste capítulo é pensar o TBC enquanto processo educativo e enquanto ferramenta para a valorização, salvaguarda e difusão do patrimônio das comunidades das UC junto à sociedade. As reflexões aqui dispostas dialogam, sobretudo, com os seguintes princípios do TBC: **valorização da história e da cultura, educação, protagonismo comunitário, dinamismo cultural, partilha cultural e atividade complementar**.

Basicamente, traremos para este capítulo uma reflexão sobre duas questões centrais:

- O TBC pode contribuir para a valorização e a salvaguarda do patrimônio cultural das comunidades locais?
- Quais aspectos devem ser considerados na seleção das referências culturais para agregarmos valor à experiência das comunidades e dos visitantes?

É importante destacarmos que a interpretação ambiental, compreendida como "[...] um conjunto de estratégias de comunicação destinadas a revelar os significados dos recursos ambientais, históricos e culturais a fim de provocar conexões pessoais entre o público e o patrimônio protegido" (ICMBio, 2019, p. 71), é uma ferramenta poderosa para "[...] melhorar a qualidade da experiência do visitante e qualificar a visitação com fins educacionais" (p. 71). Neste caderno optamos por não adentrar no tema da interpretação ambiental, uma vez que o ICMBio publicou recentemente o material *Interpretação Ambiental nas Unidades de Conservação Federais* (ICMBio, 2019), que deve ser lido no sentido de complementar a abordagem deste capítulo.

2.1. O Turismo de Base Comunitária na valorização e salvaguarda do patrimônio cultural

Para começarmos a nossa reflexão sobre as contribuições e implicações do TBC na valorização e na salvaguarda do patrimônio cultural das comunidades, é bom termos em mente o que a nossa Constituição Federal, de 1988, entende por patrimônio cultural brasileiro.

Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

- I – as formas de expressão;*
- II – os modos de criar, fazer e viver;*
- III – as criações científicas, artísticas e tecnológicas;*
- IV – as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;*
- V – os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico,*

arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

Parágrafo 1. O poder público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação (BRASIL, 1988).

Notemos: a Constituição reconhece que a nação brasileira é formada por uma multiplicidade de povos e culturas e que o patrimônio cultural brasileiro envolve os bens de natureza material e imaterial dos diversos grupos sociais que compõem a nação, além de paisagens, sítios e territórios.

Na década de 1980, esse reconhecimento significou uma grande conquista, pois, até então, o que predominava era o entendimento de que o patrimônio cultural nacional era composto pelos monumentos, edificações e obras de arte que possuíam características de grandeza e excepcionalidade (ver Sant'Anna, 2009), além dos testemunhos da "história oficial" da nação. Quem definia o que era patrimônio era, basicamente, o olhar de uma elite intelectual e econômica.

A Constituição trouxe, portanto, um conceito de patrimônio muito mais amplo do que aquele que vigorava anteriormente, além de

afirmar que a proteção de todos esses bens materiais e imateriais seria dever do Estado, com a colaboração da sociedade.

No contexto desse caderno, vale então nos questionarmos se o TBC em unidades de conservação pode ser uma maneira de contribuir com a proteção do patrimônio cultural brasileiro.

Independentemente da ocorrência de iniciativas de TBC, as UC, sobretudo aquelas de uso sustentável, podem atuar de forma efetiva nesse sentido. Afinal, em uma UC com um bom grau de implementação temos ações de proteção, pesquisa (inclusive pesquisas que podem estar voltadas ao conhecimento do patrimônio histórico-cultural) e educação.

Algumas categorias como as RESEX, Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) e FLO-NA ainda garantem o território de vida desses povos, talvez uma das ações mais importantes para proteger o patrimônio cultural de um povo tradicional.

Mas, se somarmos isso à possibilidade que o TBC abre para difundir esse patrimônio junto à sociedade, podemos alcançar uma ação ainda mais efetiva em termos do conhecimento e da valorização dos modos de vida e das referências culturais das comunidades. Sem falar que para a comunidade comunicar algo ao público é preciso, antes de tudo, conhecer a sua história e seus patrimônios. Esse é um ponto que estimula os comunitários a partilham e aprofundarem saberes e conhecimen-



Conhecimento tradicional das marisqueiras da RESEX Marinha do Delta do Parnaíba/PI-MA

tos. É o que nos mostra os dois relatos abaixo: o primeiro de Nei Mandira, morador da RESEX do Mandira/SP, e o segundo de Priscila Steier, analista ambiental que está acompanhando o projeto de TBC na APA de Petrópolis:

"Teve um levantamento que foi feito da história em função da questão quilombola, mas de conhecer assim o básico, de levantar as tradições, como era antigamente, o que é ruína, a Casa de Pedra, o jeito de fazer farinha ou como eram as orações antigamente quando não tinha igreja, como se fazia o terço, onde se fazia e tal... isso aí foi por conta da atividade de turismo. Quando a gente viu que a parte da cultura da Comunidade era interessante, então vamos fazer o levantamento. Quem sabe? Acho que aquela pessoa que canta o terço vai saber, vai saber daquela história, então vamos lá. [...] A atividade de turismo é que despertou para isso" (Nei Mandira, 32 anos, Comunidade do Mandira, 2015) - depoimento registrado em GUERRA (2016, p. 199).

"A comunidade está reconhecendo que sua história, suas vivências e saberes, antes relegados a vergonha em face ao preconceito sofrido, são um bem a ser estimado e celebrado.

As oficinas realizadas evidenciaram o amor e o vínculo que cada um tem com os lugares, as pessoas e o tempo. Como uma pedra na beira do rio é berço de tantas histórias, tantas alegrias compartilhadas e sentido de coesão social. Como a infância de adultos e adolescentes guardou tanta similaridade, narrando um tempo que correu em ritmo próprio." (Priscila Steier, analista ambiental da APA de Petrópolis)

A interação dos visitantes com as comunidades também tem apoiado a transmissão de valores sobre o território, a história e a cultura nas comunidades da FLONA do Tapajós. Nessa UC, o TBC abriu as portas para a realização de atividades da academia, criando um espaço de diálogo muito interessante entre universidades (alunos e professores) e comunidades. Para só citar um exemplo, imaginem o quanto é significativo aos alunos das universidades conhecer a prática do manejo florestal madeireiro comunitário da FLONA, sem falar na gama de outros produtos que as comunidades de lá produzem de forma sustentável.

No Parna da Chapada Diamantina, as comunidades rurais dos assentamentos de Itaetê, Bahia, de forma geral já compreendem bem o conceito de conservação e o valor cênico dos atributos naturais, como das cachoeiras, embora isso tenha sido potencializado por



LEONARDO MILANO

Conhecimento no preparo e manuseio do couro vegetal, preparado a partir do látex da seringueira, para a confecção de artesanato, FLONA do Tapajós/PA

É importante que o TBC esteja em diálogo com as demais atividades e ofícios comunitários, fortalecendo-os a partir da difusão dessas práticas junto à sociedade, como previsto no princípio da **atividade complementar**. Alguns comunitários podem optar por deixar de realizar outras atividades para atuar exclusivamente no TBC, isso é um direito deles. No entanto, devem estar cientes do que isso envolve. Trabalhar com um leque maior de atividades e produtos dá maiores garantias de uma renda certa (monetária e não monetária) durante

o decorrer do ano, sem falar que muitos dos produtos de origem do extrativismo e da agricultura podem agregar valor nutricional à alimentação das famílias. Trabalhar exclusivamente com o TBC também pode ser arriscado porque há a possibilidade do estabelecimento de um destino concorrente nas proximidades. Em outras palavras, se outra comunidade tradicional da região, e com acesso muito mais facilitado a aeroportos e estradas, resolve desenvolver o TBC com uma proposta similar, alguns turistas podem dar preferência a essa outra localidade.

um processo de capacitação e observação da atividade turística existente na região e na constatação do valor que pessoas de outros lugares dão aos recursos naturais. Essas comunidades reconhecem o valor da sua história, dos seus saberes e fazeres, no entanto, ainda há uma desconfiança por parte delas de que os atributos culturais possam despertar o interesse dos visitantes, que em geral procuram a região para práticas de ecoturismo. Ainda é preciso avançar nesse sentido. De certa forma, o fato dessas comunidades não serem reconhecidas como "tradicionais" as coloca em um local pouco visível e depreciado da ruralidade "de antigamente". Acredita-se que ao longo da caminhada com o projeto de TBC, especialmente quando começarem a receber visitantes dentro dessa abordagem, a transmissão dos valores culturais irá se fortalecer.

As comunidades da RESEX Marinha do Delta do Parnaíba possuem mais de 212 anos de história. A riqueza cultural, a identidade e o pertencimento dos moradores das ilhas são pontos fortes que passaram a ser trabalhados no TBC, especialmente com os jovens, segmento que representa 46% da população da RESEX. Para além de fortalecer esta reconexão da juventude com sua identidade cultural, uma das maiores contribuições do projeto foi demonstrar que o TBC é uma excelente oportunidade de trabalho e renda para os jovens na UC e de inserção deles em temas direta-

mente relacionados à gestão, resultando num ambiente de **formação de novas lideranças**.

"A atuação na RESEX Marinha do Delta do Parnaíba partiu da necessidade de abordar a relação entre identidade e cultura em UC, entendendo que a identidade cultural é resultado do processo de construção pessoal, social e ambiental. Portanto, todos os atores sociais precisam ser alcançados nas suas experiências com o ambiente a fim de (re)construir essa relação com o espaço, tendo em vista que este adquire caráter de lugar à medida que é significado e desperta sentimentos de cuidado. Partindo dessa perspectiva, o enfoque na afetividade como impulso do fazer orientou todas as ações construídas em conjunto com os jovens, o maior público dos cursos de Condutor de Turismo em UC. O processo educativo indicou novas possibilidades de atuação socioambiental dos jovens a partir do fortalecimento das reflexões sobre o lugar deles na UC. Para tanto, as atividades futuras devem se direcionar ao próprio caminho que os sujeitos desejarem trilhar, sempre valorizando as dimensões afetiva, poética, criadora e imaginativa." (Dayanne Batista Sampaio, professora de psicologia ambiental na Universidade Federal

do Piauí e apoiadora do TBC na RESEX Marinha do Delta do Parnaíba)

Por outro lado, no TBC é muito importante que nos atentemos para uma questão que está relacionada ao princípio da **dinâmica cultural**, para evitar que as comunidades caiam em um processo de encenação de seus modos de vida, simplesmente porque imaginam que só assim serão "atraentes" na arena do turismo. O que queremos dizer, é que as experiências "devem valorizar as culturas em sua dinâmica própria".

Isso fica claro quando observamos o exemplo da APA de Petrópolis. A comunidade da Tapera recebe esporadicamente grupos de estudantes que querem conhecer a história da comunidade, no contexto da presença negra em Petrópolis e da história do próprio município. A comunidade, porém, muitas vezes se sente estimulada a adotar um estereótipo de cultura quilombola, já que muitas vezes são compelidos a dialogarem ou "resgatarem" práticas culturais que não ocorrem e nem se tem notícia que já ocorreu na comunidade, especialmente jongo e capoeira. Nessa UC, o projeto de TBC busca fortalecer canais de transmissão de valores, história e saberes no

próprio tecido social da comunidade - para que o grupo se reconheça em seus próprios fazeres e práticas, em sua própria história, sem que se sinta coagido a reproduzir um estereótipo quilombola que não fala dele⁴.

Pensar em uma experiência de TBC de qualidade e pautada no conhecimento e no respeito às culturas locais é, inclusive, contrapor-se a uma visão distorcida, ou até mesmo "romantizada", que o público possa vir a ter sobre a ideia de tradição e de comunidades tradicionais - aquela ideia de culturas puras, com pouca ou nenhuma influência externa, além de congeladas no tempo e na história. É muito importante que as comunidades estejam preparadas para desconstruírem a imagem que determinados turistas possam fazer desses povos, bem como que se sintam à vontade para contarem as transformações ocorridas no seu território, na sua história e na sua cultura. Afinal, essas mudanças são próprias de qualquer sociedade ou grupo.

As políticas de proteção do patrimônio cultural de povos e comunidades estão, inclusive, ancoradas na compreensão dessa dinâmica. Aliás, quando a Constituição reconheceu que



⁴ Informação disponível no projeto de TBC da APA de Petrópolis, aprovado por meio da Chamada de Propostas para Fortalecimento de Iniciativas de TBC



O ofício de pescador,
RESEX Marinha de
Soure/PA



o patrimônio brasileiro era composto de manifestações culturais diversas, como festas, rituais, saberes, ofícios e modos de fazer, músicas, modos de expressão, modos de construir e linguagens, um tremendo desafio foi pensar, justamente, em como protegê-las sem interferir em sua natureza dinâmica. Afinal, até então as práticas relacionadas à conservação de bens culturais estavam centradas em manter a integridade física do bem, principalmente por meio do tombamento ou da preservação de peças em museus. Os bens de natureza imaterial exigiam, contudo, novas práticas de proteção.



Os instrumentos legais do Estado que vieram como resposta a esse novo desafio (como o Decreto nº 3.551, que instituiu o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial e cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial) nasceram com o entendimento de que ações de proteção do patrimônio cultural imaterial estariam relacionadas a práticas de **salvaguarda**, que poderiam envolver “[...] a documentação de determinada referência cultural, com vistas a preservar sua memória; o apoio à transmissão de conhecimentos e competências; a promoção do acesso às matérias

primas e demais insumos necessários à sua produção; o apoio e fomento à produção e ao consumo; a valorização e difusão do bem ou referência cultural junto à sociedade; e, principalmente, esforços no sentido de que os detentores desses bens assumissem a posição de protagonistas na preservação de seu patrimônio cultural” (IPHAN, 2010).

O TBC pode atuar na valorização e na difusão da cultura de comunidades locais, com resultados diretos à salvaguarda desses bens. Mas, para caminharmos nesse sentido, é necessário nos atentarmos a alguns pontos, pois toda a atividade é passível de gerar impactos negativos. A importância de respeitar a dinâmica cultural é um desses aspectos que optamos por trazer neste material. Outro aspecto que gostaríamos de chamar a atenção é sobre algumas posturas que podem comprometer o aprendizado durante as vivências entre comunidades e visitantes, conforme será abordado no próximo tópico.

2.2. A vivência entre diferentes culturas

“Os visitantes que recebemos no TBC são pessoas interessadas em aprender as vivências e isso colabora para a di-

vulgação das áreas protegidas. Ajudam a divulgar a importância dos povos tradicionais, desmistifica conhecimentos vagos sobre as regiões, além de contribuir para que um número maior de pessoas continuem vivendo nas comunidades e ajudem na conservação do meio ambiente”. (Cris Penante, moradora da comunidade de Pesqueiro, na RESEX Marinha de Soure)

O relato de Cris Penante, moradora da RESEX Marinha de Soure, evidencia que o TBC pode significar um importante canal de comunicação das comunidades com a sociedade. Por meio do TBC, as comunidades podem contar a sua própria história, além de mostrarem a riqueza e a diversidade do patrimônio natural e cultural existente no interior e entorno das UC. O TBC, de acordo com Cris, é uma oportunidade para a vivência cultural e para desmistificar conhecimentos vagos sobre regiões e territórios.

Especialmente nas UC de Uso Sustentável, o TBC também abre caminhos para que as comunidades mostrem o seu papel na conservação da biodiversidade, além, claro, de ser uma maneira delas difundirem à sociedade o potencial que possuem para suprir o mercado com produtos de origem sustentável, provenientes de matérias primas como óleos e resinas vegetais, sementes, pescado, madeira, ar-



FLÁVIO BOCARDE

Visão do Yaripo, no PARNA do Pico da Neblina, nos raros momentos em que permanece sem sua tradicional neblina, mirada do curso superior do Rio Cauaburis

tesanato, entre muitos outros. O TBC é, assim, como afirma Cris Penante, um potencial canal para valorizar e divulgar a importância dos povos tradicionais.

A vivência cultural é, sem dúvida, um dos grandes potenciais do TBC, não é à toa que há um princípio, o da **partilha cultural**, dedicado exclusivamente a essa questão. É nessa vivência que pode ocorrer o encontro entre diferentes culturas em termos de aprendizado. É nessa interação, igualmente, que se potencializa o conhecimento, a aceitação e a valorização da diversidade cultural. Tal entendimento está, inclusive, no cerne do objetivo da iniciativa

de TBC do PARNA do Pico da Neblina. Nessa UC, espera-se que a experiência proporcionada aos visitantes seja uma oportunidade para superar preconceitos e ampliar a aliança em defesa dos direitos indígenas e do meio ambiente, além de ter a intenção de mostrar ao mundo que o Pico da Neblina é um lugar sagrado para os Yanomami.

No entanto, é muito importante que a comunidade reflita que grau de interação deseja com os turistas, uma vez que nem todos podem desejar participar da atividade. Para alguns, a presença de estranhos pode, inclusive, tirar a liberdade, atrapalhar a rotina e o cotidiano. Assim, podem ser estabelecidos acordos e regras na comunidade para evitar interferir no bem-estar das famílias. As visitas, por exemplo, podem ser agendadas e a comunidade como um todo ser avisada previamente da chegada dos grupos. O estabelecimento de algumas regras de conduta para os visitantes também pode ajudar. Esse é o caso do estabelecimento de normas que proíbam o uso de bebidas e drogas, de normas para tirar fotografias do território e das pessoas, entre outras que a comunidade entenda como ne-

"O etnocentrismo é uma visão de mundo onde o nosso próprio grupo é tomado como o centro de tudo e todos os outros são pensados e sentidos através dos nossos valores, nossos modelos, nossas definições do que é a existência. No plano intelectual, pode ser visto como a dificuldade de pensarmos a diferença; no plano afetivo, como sentimentos de estranheza, medo, hostilidade, etc" (ROCHA, 1988, p.5).

cessárias. É fundamental que se estabeleçam formas para evitar comportamentos impróprios dos visitantes, tais como tirar fotos com animais silvestres ou de determinados rituais tradicionais, com a posterior divulgação em redes sociais, que não fazem a distinção entre interações controladas e autorizadas, e interações desrespeitosas ou não autorizadas. Os visitantes devem ser informados sobre essas regras no momento da chegada ou, se possível, antes mesmo da viagem.

Outro aspecto relevante: para esse encontro entre diferentes culturas ocorrer na perspectiva do diálogo e do aprendizado, tanto os visitantes como as comunidades devem estar conscientes do valor da sua própria cultura,

quanto da cultura do outro, evitando aquilo que chamamos de posturas etnocêntricas.

Uma posição que se contrapõem ao **etnocentrismo** é a ideia de **relativização**, que deveria permear tanto o TBC, quanto vários outros aspectos e práticas da vida humana em sociedade.

"Quando vemos que as verdades da vida são menos uma questão de essência das coisas e mais uma questão de posição: estamos relativizando.

Quando o significado de um ato é visto não na sua dimensão absoluta, mas no contexto em que acontece: estamos relativizando. Quando compreendemos o outro nos seus próprios valores e não nos nossos: estamos relativizando. Enfim, relativizar é ver as coisas do mundo como uma relação capaz de ter tido um nascimento, capaz de ter um fim ou uma transformação. [...]

Ver que a verdade está mais no olhar que naquilo que é olhado. **Relativizar é não transformar a diferença em hierarquia, em superiores e inferiores ou em bem e mal, mas vê-la na sua dimensão de riqueza por ser diferença**" (ROCHA, 1988 - grifo nosso).

O desejável seria que todos os visitantes viessem imbuídos da ideia do relativismo cultural. Em geral, os visitantes que procuram experiências de TBC já chegam com um propósito de aprender e vivenciar outra cultura e realidade. No entanto, isso não é garantido e posições etnocêntricas podem ocorrer. Para que isso não afete a autoestima da comunidade e, inclusive, para que os comunitários possam se contrapor e saibam como se posicionar diante de determinadas atitudes e visões não positivas é muito importante que a comunidade tenha consciência do valor do seu território e das suas referências culturais.

2.3. O conhecimento e a seleção das referências culturais que serão comunicadas nos roteiros

Em um projeto de TBC, o patrimônio a ser comunicado aos visitantes são as **referências culturais** dos povos e comunidades locais.

Assim, é muito importante que a decisão do que deva ser comunicado parte das comunidades, reforçando o **protagonismo** comunitário na escolha da mensagem que será oportunizada na experiência. Caso contrário, corremos o risco, como afirma Vasconcellos et al. (2010), das comunidades se sentirem turistas em seu próprio território de vida.

De acordo com IPHAN (2010), o conceito de **referência cultural** envolve as edificações e as paisagens naturais, além das artes, dos ofícios, das formas de expressão e dos modos de fazer. Referências culturais também englobam as festas e os lugares a que a memória e a vida social atribuem sentido diferenciado: são as consideradas mais belas, são as mais lembradas, as mais queridas. São fatos, atividades e objetos que mobilizam a gente mais próxima e que reaproximam os que estão distantes, para que se reviva o sentimento de participar e de pertencer a um grupo, de possuir um lugar. Em suma, referências são objetos, práticas e lugares apropriados pela cultura na construção de sentidos de identidades.

É bom destacarmos que os conceitos de *patrimônio cultural* e *referências culturais* rompem com a divisão entre natureza e cultura: mesmo as paisagens ditas “naturais”, ao possuírem significado e valor a determinado grupo social, são consideradas elementos de uma



Visitantes abraçam a Samaúma -
FLONA do Tapajós/PA

cultura. Os dois conceitos envolvem, ainda, os bens de natureza material e imaterial.

A identificação e a seleção dos patrimônios a serem comunicados nos projetos turísticos, comumente chamados de **atrativos turísticos**, na maior parte das vezes, começam com um levantamento ou inventário. O levantamento das referências culturais é, além de uma etapa importante para a montagem dos roteiros, um momento fundamental para a comunidade de compartilhar conhecimentos e reconhecer

O termo **atrativo turístico** pode ser entendido como os objetos, práticas, conhecimentos, paisagens e edificações que, dentro de um universo amplo de bens e referências culturais, são selecionados para serem comunicados no projeto turístico. Caso as comunidades não queiram adotar o termo “atrativo”, podem considerar outras denominações como, por exemplo, “atributos”, “patrimônios”, “referências culturais”, etc.

a riqueza do seu lugar. Esse inventário pode, ainda, despertar a reflexão sobre as mudanças culturais ocorridas naquele território e próprias da dinâmica de qualquer sociedade: o que permaneceu, o que deixou de existir ou, ainda, aquilo que persiste, mas com a incorporação de novos elementos e técnicas.

O inventário das referências culturais é, portanto, um processo valioso de aprendizado e pode ser muito prazeroso para todos, sobretudo aos mais velhos da comunidade, que se sentem valorizados, e aos mais jovens, que podem descobrir histórias, saberes, lugares e práticas.

Há diversas formas e metodologias de inventário, o importante é que a comunidade aproveite essa oportunidade para realmente conhecer mais sobre a sua história e as suas referências culturais. A atividade pode ser conduzida por um grupo de jovens, por exemplo, a partir de um processo em que eles se tornam os “investigadores” da história e da cultura da comunidade, buscando os mais velhos ou as pessoas que detêm mais conhecimento sobre deter-

minado bem ou prática (importante registrar esse processo para depois compartilhar com todo o grupo). O inventário pode ser realizado, ainda, a partir de uma série de oficinas ou rodas de história, seguidas de saídas de campo para o reconhecimento dos patrimônios. Observe: ações para a salvaguarda do patrimônio cultural já começam no próprio processo de inventário!

Que tal fazer do inventário turístico uma oportunidade para os jovens conhecerem mais sobre a história do seu lugar? Conhecer a história e refletir sobre a realidade atual e as transformações do território são ferramentas de transformação social, sendo, inclusive instrumentos poderosos de luta e resistência em seus territórios de vida.

Na comunidade da Tapera, na APA de Petrópolis, foram realizadas oficinas de Memória Viva para compor o futuro acervo da comunidade e subsidiar a roteirização do TBC na Tapera. Os objetivos do ciclo de oficinas Memória Viva foram:

- restituir canais de transmissão oral entre gerações e o compartilhamento



Um dos atrativos da APA de Guapi-Mirim: explicação sobre o curral de pesca e demonstração de como os peixes são retirados

de memórias, de maneira artística e prazerosa;

- mobilizar a comunidade para estruturação do TBC;
- identificar, por meio de dinâmicas e rodas de conversas, os acervos culturais, históricos e as memórias que poderiam enriquecer a experiência do visitante e das comunidades locais.

Na RESEX Marinha do Delta do Parnaíba, por sua vez, as comunidades compartilharam conhecimentos sobre o território na elaboração

de um mapa dos patrimônios da UC, que foi resultado do processo de um curso em comunicação e pensamento criativo. Conforme nos esclarece Tatiana Rehder, gestora da RESEX:

O Mapa é fruto de um intenso processo formativo de concepção que incluiu reflexões sobre as potencialidades e os riscos do turismo e do Turismo de Base Comunitária, as identidades, o autoreconhecimento e as relações das Comunidades da



Oficina de Técnica Viva, na APA de Petrópolis/RJ



Mapa dos patrimônios da RESEX Marinha do Delta do Parnaíba/PI-MA, elaborado como resultado de processos formativos na UC

RESEX com seu patrimônio histórico-cultural e ambiental. Elaborado gradativamente durante o processo de construção do TBC da RESEX Delta, na fase final os jovens da comunidade que participaram de um curso de comunicação e pensamento criativo se uniram às lideranças da Associação Mãe da Reserva Extrativista Marinha - Amar Delta na concepção final do Mapa. Essa união dos jovens com as experientes lideranças resultou na

concretização de uma visão coletiva das riquezas e potencialidades dessas comunidades e seu território.

Mas, diante de todo o acervo do patrimônio comunitário que é identificado, ou por meio de inventários ou de metodologias afins, como decidir o que será comunicado aos visitantes, ou seja, aquilo que será considerado como os “atrativos” do roteiro?

Neste Caderno, apresentamos aspectos que podem ajudar nessa reflexão por parte da comunidade e dos atores que irão atuar nesses processos junto às comunidades, afinal como enfatizado no capítulo anterior, o protagonismo das comunidades não anula a participação qualificada de outros atores (gestores do ICMBio e de outros órgãos do governo, pesquisadores, operadoras de turismo, representantes de ONG, voluntários, entre outros), que podem contribuir muito.

Assim, para pensarmos nos aspectos que podem pautar a definição dos atrativos, vamos partir do relato de uma moradora da Comunidade da Tapera, na APA de Petrópolis.

“A comunidade deseja que a sociedade veja assim no nosso território - a natureza bem bonita, bem preservada. Nossa história de um povo tradicional, quilombola, que geralmente não é muito falado nas escolas. Então, de toda a luta, de toda a resistência. A gen-

te deseja falar das plantas medicinais, dos costumes do nosso povo, que nossos antepassados deixaram pra gente, sobre alguns tipos de banhos espirituais, essas coisas.” (Eva Maria Cassiano, moradora da comunidade Quilombo da Tapera, APA de Petrópolis)

No relato, Eva evidencia aquilo que a comunidade da Tapera deseja que a sociedade conheça sobre a realidade daquele quilombo: a cultura e a história de luta e resistência de uma comunidade quilombola e, ao mesmo tempo, como esta preserva a natureza e a mantém “bem bonita”. A fala da moradora sintetiza aquilo que pode ser considerado pela comunidade como a **missão ou a vocação daquela atividade turística** e esse é um dos pontos chave para nortear a comunidade na decisão sobre quais patrimônios, ou referências culturais, devem ser selecionados e comunicados aos visitantes; isso também irá balizar as formas de comunicar esses patrimônios aos visitantes no processo de montagem dos roteiros.

Feita essa reflexão e pactuados os atrativos que a comunidade acredita serem interessantes para a proposta de TBC, recomenda-se verificar quais podem ser visitados durante o ano inteiro e quais são aqueles disponíveis apenas numa certa época do ano, como: os festejos que têm data certa, as praias de rio da Amazônia que só surgem no verão, a coleta de de-

A reflexão e a definição, por parte da comunidade, da missão da iniciativa de TBC no contexto local e da contribuição dessa experiência para a sociedade é um dos passos mais relevantes no planejamento coletivo do trabalho. Isso irá orientar a seleção dos elementos naturais, histórico-culturais e afetivos que as comunidades desejam partilhar com os visitantes. A definição da missão da atividade turística contribui, assim, para que a montagem dos roteiros esteja pautada em uma reflexão sobre aquilo que a comunidade acredita ser o essencial para ser comunicado, vivenciado e discutido com os visitantes. Isso potencializa a função social e educativa dos projetos de TBC.

terminados frutos ou sementes que só caem no período das chuvas, etc. É importante também que a comunidade reflita se há algo que não deseja mostrar e comunicar aos visitantes, como, por exemplo, alguma prática ou ritual considerado sagrado ao grupo.

Com a primeira lista de recursos pronta e sabendo as opções fixas e sazonais, é hora de

costurar as peças e alinhavar o roteiro de visitação da comunidade, isto é, o “itinerário caracterizado por um ou mais elementos que lhe conferem identidade, definido e estruturado para fins de planejamento, gestão, promoção e comercialização turística” (MTur, 2007).

Pensar estratégicamente a sequência das atividades para montar o roteiro exige considerar a duração ideal de cada momento, o tempo de exposição ao sol, a diversidade de temas, a quantidade de práticas a serem experimentadas num mesmo dia, entre outras questões que devem ser debatidas na elaboração da proposta. Em roteiros de mais de um dia é preciso avaliar a disponibilidade de alojamento no local. Também é importante levar em con-



Jovens dançando carimbó na RESEX Marinha de Soure/PA

sideração o perfil e a experiência do visitante, qual o tempo médio que ele dispõe para fazer a visita e quanto tempo ele gostaria de ficar executando cada atividade. Por fim, para poder ajustar a programação antes de oferecer aos visitantes e ter certeza se é viável, é preciso ir a campo e testar o roteiro.

Na experimentação dos roteiros é recomendável envolver outros atores, e não apenas os moradores locais, que já estão habituados com a realidade do lugar. Pode ser interessante que o teste do roteiro seja feito por familiares e amigos que moram em lugares próximos, pequenos grupos de moradores de outra região, agências e/ou operadoras de turismo parceiras, ou até mesmo grupo de estudantes. Na experiência do PARNA da Chapada Diamantina, o teste do roteiro foi feito com as agências de turismo que atuam na região, mas que têm um perfil sensível ao TBC.

2.4. Os processos formativos em experiências de Turismo de Base Comunitária

O incentivo a pesquisas relacionadas ao conhecimento do patrimônio cultural das UC, bem como o estabelecimento de programas de formação e educação continuada, voltados para os povos e comunidades, servidores

Dica para os atores que vão atuar junto às comunidades: é legal nas oficinas atentar ao perfil do público e à realidade do lugar para propor os exercícios de forma atraente e condizente com o contexto local. Por exemplo, se é uma comunidade ribeirinha e você pretende utilizar a dinâmica da Linha do Tempo para entender os acontecimentos mais marcantes do turismo até o momento, desenhe no cartaz esse caminho em formato de rio, sendo a canoa o elemento que percorre os "fatos", que poderão ser simbolizados por peixes ou árvores às margens do curso d'água. Em comunidades onde o turismo já existe - com ou sem a participação ou protagonismo das comunidades - é importante refletir sobre a realidade dessa prática no território, no sentido de buscar a inserção desses atores e/ou a qualificação desses processos.

do ICMBio, parceiros e demais atores envolvidos com o TBC, são também aspectos chave na qualificação das experiências.

O investimento no componente capacitação foi um dos pontos fortes do projeto de TBC

da APA de Guapi-Mirim, que, através de parcerias com profissionais, ONGs e professores dos cursos de turismo de universidades próximas à UC, alcançou em pouco tempo objetivos ligados aos processos formativos e de assessoria especializada na área, promovendo capacitações teóricas e práticas (gratuitas em geral) para os envolvidos no TBC.

A FLONA do Tapajós também apostou nas parcerias com diversas organizações, como a Empresa de Assistência Técnica e Rural do Estado do Pará (EMATER-PARÁ), a Federação das Organizações e Comunidades Tradicionais da Floresta Nacional do Tapajós (FCFT) e a Cooperativa Mista da Floresta Nacional do Tapajós (COOMFLONA), visando levar assistência técnica e capacitação às famílias que trabalham com turismo. Além disso, efetivou parceria com a Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA), com o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA) e com o Projeto Saúde e Alegria (PSA) para apoio às comunidades Acaratinga e Jaguarari. Ainda é importante mencionar as capacitações em interpretação ambiental realizadas entre 2016 e 2017 pela Coordenação Geral de Uso Público e Negócios do ICMBio, que contribuíram no processo de compartilhamento e valorização dos saberes tradicionais.

A RESEX Marinha do Delta do Parnaíba, por sua vez, obteve uma rica experiência no processo de formação em TBC, através do acesso

Capacitações em interpretação ambiental são um diferencial importante e o ICMBio já tem experiências nesse sentido, em UC de diferentes regiões do Brasil.

a uma política pública de educação: o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC) Bolsa Verde/Extrativismo, cujo objetivo é "apoiar o desenvolvimento sustentável por meio do fortalecimento da cadeia produtiva do extrativismo e a elevação de escolaridade e o combate ao analfabetismo"⁵. Nessa UC, foram oferecidas, no ano de 2018, 75 vagas para o curso de Condutor de Turismo em UC, atendendo as cinco comunidades da RESEX. Inclusive, o projeto de TBC da RESEX Marinha do Delta do Parnaíba, apoiado por meio da *Chamada de Propostas para Fortalecimento de Iniciativas de TBC*, foi desenvolvido de maneira associada aos cursos do PRONATEC.



⁵ Disponível em: <http://www.mma.gov.br/informma/item/10484-pronatec-bolsa-verde-%E2%80%93-extrativismo.html>. Acesso: 10 de nov. 2018.

Os cursos foram executados em parceria com a Secretaria de Educação do Piauí (SEDUC/PI) que, junto com a equipe da RESEX Marinha do Delta do Parnaíba, identificou as disciplinas, elaborou as ementas e as competências a serem desenvolvidas. As lideranças da UC foram chamadas, por sua vez, para definir como se daria o processo seletivo dos coordenadores pedagógicos (três pessoas das comunidades) e dos alunos. Com isso acordado, os educadores foram selecionados, levando em consideração o conhecimento técnico, a experiência com educação popular e, especialmente, a afinidade e compromisso com o fazer educativo do projeto de TBC. O curso foi dividido em dois módulos: no primeiro foram trabalhadas as dimensões do indivíduo e da comunidade, com destaque às disciplinas Desenvolvimento Pessoal e Interpessoal, Ética e Cidadania, Projeto de Vida e Empreendedorismo; no segundo módulo foram trabalhados os temas Empreendedorismo Coletivo, Condução, Turismo Sustentável e Roteirização Turística.

"O curso está sendo uma oportunidade única de desenvolvimento, trouxe para minha vida muito conhecimento. O aprendizado que estou tendo com o curso do PRONATEC está me fazendo melhorar como pessoa e acreditar que nós podemos sim melhorar a comunidade onde vivemos. As aulas acontecem de forma dinâ-

mica, totalmente diferenciada do padrão. O que eu mais gosto do curso é a metodologia utilizada por todos os professores, o conteúdo passado de uma forma simples e clara, bem de acordo com nossa realidade." (Fátima Aires, moradora da RESEX Marinha do Delta do Parnaíba).

Como parte desse processo de formação na RESEX Marinha do Delta do Parnaíba, também foram realizadas duas vivências de intercâmbio: uma em Barra Grande, no Piauí, famosa pelas suas requintadas pousadas; e outra numa experiência de turismo embarcado convencional no Delta, integrante do roteiro "Rota das Emoções"⁶. Esse tipo de experiência é bastante interessante, já que permite aos estudantes reconhecerem os princípios do TBC a partir da vivência a experiências de turismo convencional ou de massa: **sem dúvida algo que desencadeia um processo de questionamento e reflexão.**



⁶ A "Rota das Emoções" é uma proposta de roteiro integrado, apoiado pelo MTur, para conhecer três estados nordestinos pelo litoral, levando os visitantes à diferentes UC do Maranhão, Piauí e Ceará. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/ultimas-noticias/8019-rota-das-emo%C3%A7%C3%83es-tr%C3%AAs-destinos-em-um-roteiro-plural-no-nordeste.html>. Acesso: 28 de jan. 2019.

"Mais do que uma simples viagem para conhecer outra experiência, o intercâmbio promove a identificação de que os elementos presentes na cultura da comunidade, como artesanato, telhados de palha de carnaúba e construções de barro são os elementos de agregação de valor e de charme em pousadas de altíssimo padrão. E estes elementos, que são culturalmente das populações tradicionais, foram apropriados por terceiros. Investigar os comunitários a ver o mundo com outros olhos, a perceber que sua identidade tem sido utilizada por pessoas de "fora" para dar valor estético às suas instalações, conhecer organizações comunitárias que oferecem condução de turismo de forma cooperada e conhecer os desafios do ordenamento do território altamente alvo de especulação imobiliária e de crescimento desordenado são alguns dos elementos trabalhados nas disciplinas de roteirização e turismo sustentável e que foram vivenciadas nestes intercâmbios". (Tatiana Rehder, chefe da RESEX Marinha do Delta do Parnaíba)

Os **intercâmbios de conhecimento** são baseados no conceito de educação experencial, no qual o indivíduo é convidado a experimentar, a viver algo; para então, a partir

do estímulo prático, sentir necessidade de aprofundar a reflexão e ampliar o olhar sobre determinado tema.

Quando possível, é importante que as comunidades possam fazer tanto visitas técnicas para experiências de turismo que se contrapõem aos princípios e valores do TBC (iniciativas de turismo de massa, por exemplo), quanto intercâmbios em outras comunidades que são referências no trabalho com o tema.

Para as comunidades que estão começando, conhecer outras iniciativas de TBC é interessante, inclusive, para que possam compreender o real sentido de trabalhar com essa atividade e as responsabilidades que ela implica. Além, claro, de ser uma oportunidade para reverem sua própria proposta de roteiro antes de iniciarem a operação da iniciativa. A comunidade de Anã, na RESEX Tapajós-Arapiuns, é um desses lugares incríveis que recebe com frequência comunitários de outras áreas para compartilhar seus aprendizados e resultados da atuação com o TBC.

O intercâmbio também foi uma aposta dos moradores do Quilombo da Tapera, na APA

Guias comunitários e gestores realizam o mapeamento da trilha do Piquiá, localizada na comunidade do Jamarauá, na FLONA do Tapajós



Nos processos de capacitação é recomendável que as comunidades procurem parceiros que estejam alinhados com os princípios do TBC. Capacitações “convencionais” em turismo podem estar desalinhadas com os anseios da comunidade e podem negligenciar, ou mesmo estar em desacordo, com as principais riquezas e potencialidades do TBC.

de Petrópolis, que optaram por visitar o Quilombo do Campinho, na APA de Cairuçu. A metodologia *peer to peer* - que em inglês significa “de igual para igual”, também conhecida como aprendizagem por pares - foi utilizada no encontro e permitiu reunir habilidades e conhecimentos complementares das duas comunidades. A ideia desse tipo de prática é que um aprende e ensina tanto quanto o outro. Ou seja, um princípio do TBC que pode ser aplicado em diversas ocasiões entre comunitários, parceiros e turistas.

É muito importante que as comunidades estejam sempre avaliando o seu aprendizado com o TBC e tenham um retorno sobre o que os visitantes (turistas e comunitários em atividades de intercâmbio) acharam e aprenderam com a visita. As percepções dos visitantes são relevantes para que as comunida-



des se atentem para aqueles pontos que ainda precisam melhorar ou se capacitar. Além disso, uma visita de qualidade e bem avaliada aumenta as chances de os visitantes retornarem e recomendarem aos seus amigos e familiares, tanto pessoalmente como nas redes sociais, contribuindo para ampliar a divulgação da experiência. Igualmente importante, é os comunitários terem formas de monitorar os impactos (positivos e negativos) da atividade turística para os seus modos de vida e território.

2.5. Monitoramento das experiências

“Para melhorar a experiência do visitante, é necessário primeiro ajustar o relacionamento humano, melhorar o refinamento da relação entre a equipe de turismo para trabalhar de forma mais harmônica e, assim, transmitir ao visitante”. (Maria Odila Godinho, da Turiarte, liderança comunitária da RESEX Tapajós-Arapiuns)

Ferramentas para captar a satisfação dos visitantes e das comunidades locais ainda são pouco implementadas nos projetos de TBC e na gestão do uso público em geral nas UC. Igualmente frágeis são os instrumentos utilizados para avaliar os impactos ambientais, socioculturais e econômicos do TBC. A maioria

das experiências contempladas neste material ainda não possui um protocolo de monitoramento específico para essa atividade ou uma uniformidade na coleta de informações para que seja possível uma análise mais qualificada sobre a visitação. Apesar disso, passos relevantes têm sido dados e vale mencionarmos alguns exemplos.

A “Casa do Pescador”, hospedagem na comunidade de Pesqueiro, na RESEX Marinha de Soure, coleta dados no cadastro de hóspedes, utilizando como base o Sistema Nacional de Registro de Hóspedes (SNRHos)⁷ do MTur, que traz a Ficha Nacional de registro de Hóspedes - FNRH, facilitando a sistematização das informações de hospedagem e do perfil do visitante. O restaurante “Brisa do Céu”, localizado na comunidade Céu, na mesma UC, registra essas informações no seu Caderno de Visitantes, mantendo certo controle sobre os dados da visitação.

Na RESEX Marinha do Pirajubaé, o entendimento sobre a necessidade de conhecer e sistematizar a percepção do visitante foi construído



⁷ O SNRHos é o sistema criado pelo MTur para informatizar a Ficha Nacional de Registro de Hóspedes (FNRH), facilitando o envio pelos meios de hospedagem das informações exigidas pela Lei 11.771/2008 e Decreto 7.381/2010. Disponível em: <http://www.hospedagem.turismo.gov.br/>. Acesso: 10 de nov. 2018.

através de parceria com a Universidade Federal de Santa Catarina, que desenvolveu o Questionário sobre Perfil, Motivações e Satisfação dos Visitantes, aplicado ao final dos passeios.

O questionário permite coletar informações sobre como os visitantes ficaram sabendo da experiência da RESEX Marinha do Pirajubaé, o que os motivou a conhecê-la e se ficaram satisfeitos ao término do passeio. A qualidade da experiência do visitante é identificada, sobretudo, levando em consideração se gostaram da interação que tiveram com a comunidade e com os atributos naturais e culturais do território, assim como se ficaram satisfeitos com os serviços prestados.

Por meio da análise do questionário, é possível para a comunidade da RESEX Marinha do Pirajubaé conhecer, ainda, o perfil das pessoas que normalmente procuram pela experiência (faixa etária, sexo, local de origem, grau de escolaridade, etc). Isso ajuda a identificar as formas e os meios de comunicação mais apropriados para divulgar a experiência a esse tipo de público, aplicando-se também àqueles casos em que a comunidade deseja atrair determinado perfil de visitante que ainda não costuma receber. As pesquisas também auxiliam a identificar as infraestruturas e os serviços mais adequados ao público que majoritariamente recebe.

Por outro lado, sabemos que tão importante quanto conhecer a satisfação dos visitantes

é avaliar a qualidade da experiência para as comunidades locais. Ou seja, é importante que os moradores tenham os espaços e/ou os instrumentos próprios para refletirem se estão satisfeitos com a atividade, bem como se a iniciativa de TBC tem sido uma oportunidade de aprendizado e conhecimento para eles mesmos. Essas reflexões ajudam, também, na identificação dos impactos negativos da atividade. Lembrando: quanto mais cedo identificarmos os impactos negativos para os ambientes, modos de vida e cultura das comunidades, mais fácil será de revertê-los.

No PARNA do Pico da Neblina está sendo construída uma estratégia de monitoramento dos impactos positivos e negativos da visitação, abrangendo aspectos socioculturais e ambientais. A UC planeja a implantação de programa de monitoramento participativo

Dica: na hora de elaborar questionários sobre perfil, motivações e satisfação dos visitantes, é interessante deixar um campo para que os visitantes relatem os principais aprendizados que tiveram na visita. Assim, a comunidade poderá saber se está conseguindo transmitir ao público aquilo que considera ser a vocação da iniciativa de TBC naquele território.



PRISCILA FRANCO STEIER

Intercâmbio da APA de Petrópolis/RJ na APA de Cairuçu/RJ: roda de conversa no restaurante comunitário do Quilombo do Campinho

dos impactos sociais e ambientais da atividade turística com envolvimento de representantes indígenas. Nas expedições técnicas realizadas até o momento, houve capacitação dos Yanomami para monitoramento com uso de smartphones e do aplicativo Open Data Kit. Essa é uma forma para aprimorar constantemente o plano de visitação Yapiro.

Dentre os diversos aspectos relacionados ao monitoramento de impactos do TBC, aqueles ligados ao viés econômico da atividade desempenham, igualmente, um papel chave na demonstração da importância desse modelo de gestão do turismo. A partir do monitoramento dos aspectos econômicos, podemos quantificar a distribuição dos recursos financeiros e o incremento na renda dos moradores locais. Por isso, é indicado incluir nos estudos de avaliação questões sobre o total de gastos dos

visitantes na região, a população envolvida no TBC, valores arrecadados, o envolvimento de outros atores, como agências, etc.

Além disso, é importante elaborar um diagnóstico para traçar o marco zero do TBC na comunidade ou UC, considerando aspectos econômicos, sociais e culturais. Assim, na medida em que o projeto avança, é possível comparar e mensurar as transformações do TBC no território e ao longo dos anos.

O monitoramento da atividade, tanto nos seus aspectos gerenciais, sociais e ambientais deve ser pensado desde o início e de forma participativa, possibilitando a gestão transparente e seu aprimoramento ao longo do tempo.

Retomando as principais reflexões do capítulo: As potencialidades

O conhecimento da história e das referências culturais

- Oportunidade para as comunidades, especialmente aos jovens, engajarem-se no conhecimento da sua história e da sua memória coletiva.
- Para os visitantes, uma experiência muito mais rica, pois as dimensões naturais, históricas e culturais do território são comunicadas de forma integrada.

A identificação e a seleção dos patrimônios a serem comunicados

- Os inventários são etapas importantes para as comunidades partilharem conhecimentos sobre o território, a história e os patrimônios locais.
- A identificação da vocação da experiência de TBC ajuda a comunidade a refletir sobre quais aspectos da sua realidade desejam comunicar com a sociedade.

O encontro entre diferentes culturas

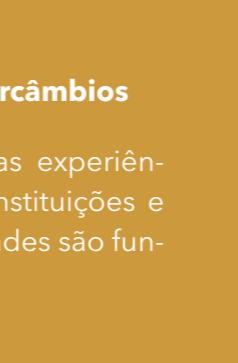
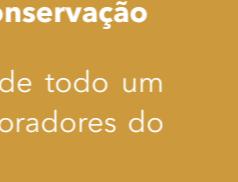
- Permite ampliar horizontes e visões de mundo: uma oportunidade para reconhecer e valorizar a diversidade cultural.

A valorização das Unidades de Conservação

- A valorização do território – e de todo um patrimônio – por visitantes e moradores do interior e entorno das UC.

Os processos formativos e os intercâmbios

- Potencializam a qualificação das experiências. As parcerias com outras instituições e os intercâmbios entre comunidades são fundamentais nesse processo.



Os Desafios



As culturas serem valorizadas em sua dinâmica própria e as comunidades não devem se sentir coagidas a adotar um estereótipo que não fala delas.

As comunidades estarem preparadas para se contrapor a uma visão equivocada que alguns visitantes possam ter delas: aquela visão de comunidades isoladas no tempo e na história e sem influências externas.

A pactuação de regras dentro da comunidade para informar aos visitantes sobre comportamentos que os moradores não desejam ou aceitam em seu território.

Monitorar, de forma participativa, a qualidade da experiência para visitantes e comunidades locais, bem como os impactos positivos e negativos da atividade nas UC e no modo de vida das comunidades, transformando os resultados da avaliação em melhorias no TBC.

3. Gestão da Unidade de Conservação



Integração de saberes na
RESEX Tapajós-Arapiuns/PA

As experiências relatadas nesse caderno nos mostram que o TBC pode contribuir para a efetividade e equidade de gestão das áreas protegidas, para o cumprimento dos objetivos de criação da UC, entre outros. Neste capítulo vamos relatar como o TBC pode favorecer a transformação de conflitos socioambientais em oportunidades para a conservação da biodiversidade e promoção da qualidade de vida das comunidades tradicionais. Iremos apresentar aspectos das iniciativas de TBC que contribuíram para ampliar a participação social na gestão da UC, em contribuição às iniciativas protagonizadas pelas

comunidades locais. Vamos refletir como as iniciativas de TBC possibilitaram a articulação e a construção de alianças com a sociedade, visando o diálogo permanente, o planejamento colaborativo e integrado de políticas públicas no território, além da construção de soluções para os desafios que se impõem na gestão das experiências de TBC.

As discussões que apresentamos nesse capítulo dialogam, sobretudo, com os seguintes princípios do TBC: **conservação da biodiversidade, bem comum, atividade complementar, educação e continuidade**.



Ave no manguezal da RESEX Marinha do Delta do Parnaíba/PI-MA

3.1. Contribuições do Turismo de Base Comunitária aos objetivos de criação e gestão das Unidades de Conservação

"Eu só via o manguezal como um monte de lama e água, onde eu tinha que ir catar caranguejo. Hoje eu enxergo beleza, vida, e o lugar que eu quero conservar e mostrar a importância para as pessoas". (Alaildo Malaia, da APA de Guapi-Mirim, atual presidente da Cooperativa Manguezal Fluminense)

No TBC, as comunidades são proprietárias e/ou gestoras das iniciativas ligadas ao turis-

mo em seus territórios. As instâncias de governança das iniciativas devem garantir uma ampla participação dos moradores das comunidades e mecanismos de tomada de decisão coletivos. Os órgãos gestores das UC devem atuar no reconhecimento, valorização e apoio ao protagonismo e organização das comunidades locais para atuar no TBC. O ICMBio deve oportunizar, nesse sentido, o desenvolvimento das iniciativas de TBC como uma forma de valorização e conservação da natureza, em cumprimento aos objetivos de criação das UC e de acordo com os instrumentos de gestão em vigor.

Em geral, o Plano de Manejo⁸ indica as potencialidades das UC para a visitação, seja ela com fins recreativos, científicos, educacionais,

comerciais ou de desenvolvimento pessoal. No entanto, nem sempre este instrumento declara as possibilidades específicas para o TBC. É fundamental que o Plano de Manejo identifique e aponte o potencial de turismo comunitário durante sua elaboração, como forma de contribuir efetivamente para que as iniciativas de TBC possam ser priorizadas e implementadas nas UC. A menção do potencial de turismo a ser protagonizado pelas comunidades locais no Plano de Manejo contribui ainda para que a UC estabeleça estratégias para o ordenamento do TBC, além de buscar formas de captação de recursos, e parcerias para o desenvolvimento da atividade.

A partir da Instrução Normativa ICMBio nº 07/2017, que rege a elaboração dos Planos de Manejo nas UC federais, os planos específicos passam a compor cadernos temáticos vinculados ao Plano de Manejo, podendo ser elaborados após a conclusão deste. Os planos específicos – que são documentos técnicos de planejamento ou de caráter normativo – contemplam estratégias, ações ou conjunto



⁸ Plano de Manejo, segundo a Lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), é um documento técnico mediante o qual se estabelece o zoneamento e as normas que devem presidir o uso da área e o manejo dos recursos naturais, inclusive a implantação das estruturas físicas necessárias à sua gestão.



Guias comunitários realizam o levantamento das espécies florestais na trilha da vovó Samaúma, localizada na comunidade do Maguari, na FLONA do Tapajós

de normas que orientam a gestão e o manejo de áreas temáticas específicas da UC (Brasil 2017). São exemplos de planos específicos: os planos de proteção, de pesquisa e de uso sustentável de recursos naturais, bem como aqueles de interpretação ambiental e de uso público, que são fundamentais no ordenamento e qualificação das atividades de visi-

tação. O TBC pode, nesse sentido, compor o Plano de Uso Público das UC.

Vejamos como algumas das UC retratadas neste caderno, abordaram o TBC em seus Planos de Manejo.

No Plano de Manejo da FLONA do Tapajós, publicado em 2019, mas elaborado tendo como base uma metodologia anterior à prevista na Instrução Normativa ICMBio nº 07/2017, o TBC aparece como um dos objetivos estratégicos do Programa de Uso Público da UC, inclusive como uma forma de valorização das tradicionalidades locais.

No Plano de Manejo da RESEX Tapajós-Arapuãs há um Subprograma de Turismo, onde são citados o TBC e o interesse de criação do Plano de Uso Público da UC (atualmente em elaboração). No Acordo de Gestão, há previsão de se incentivar o TBC na RESEX.

No Acordo de Gestão e no Plano de Manejo da RESEX Marinha da Baía do Iguape, em fase de conclusão, está prevista a prática do TBC pelas comunidades da UC. Assim como na RESEX de Cassurubá, onde o Plano de Manejo em vias de ser publicado tem previsto o TBC como forma de desenvolvimento das comunidades.

Uma excelente forma de aproximar a sociedade e construir uma estratégia para o desenvolvimento do TBC, alinhado com os ob-

jetivos de gestão da UC e com os diferentes interesses existentes no território, é envolver o Conselho Gestor na sua concepção e planejamento, já que estes colegiados trazem a representação da sociedade civil, de organizações governamentais e de representantes das comunidades locais. No caso da APA de Cairuçu, o TBC vem sendo reconhecido no âmbito da Câmara Temática de Comunidades e Po-



Roteiro de São Gonçalo e Ilha da Pelada Grande, APA de Cairuçu/RJ

vos Tradicionais, do Conselho Gestor da UC. Integra o Plano de Ação do Conselho desde 2015 e é elencado como uma das cinco maiores prioridades do novo Plano de Manejo da UC, considerando o protagonismo exercido pelas comunidades tradicionais. Em dezembro de 2018, o Conselho Gestor da APA de Cairuçu definiu o seguinte conceito para TBC, a partir do conceito proposto pelo ICMBio:

Na APA de Cairuçu, o Turismo de Base Comunitária é protagonizado e reconhecido pela comunidade, promovendo sua permanência no território e a conservação da sociobiodiversidade. Gera benefícios coletivos, promove a vivência intercultural, a qualidade de vida, a valorização da história, da cultura e do modo de vida das comunidades. Prioriza a produção sustentável e agroecológica, o comércio justo, a economia solidária e a organização comunitária. É o turismo diferenciado para um território especial.

A apropriação do TBC e o envolvimento das diversas representações da sociedade que compõe o Conselho Gestor da APA de Cairuçu contribuem na conquista ampla dos direitos das comunidades tradicionais. Paraty é um destino conhecido internacionalmente e caracterizado pelo intenso turismo de massa na alta temporada e pelo turismo de alta classe. Assim, o TBC surge como uma alternativa a essa forma de visitação que, em geral, é danosa para as comunidades tradicionais do território.

Nos últimos 10 anos, o turismo na região do Delta do Parnaíba cresceu exponencialmente após o estímulo dado pela divulgação da “Rota das Emoções”, que une e promove os destinos do PARNA Lençóis Maranhenses, da APA e da RESEX Marinha do Delta do Parna-

íba e do PARNA Jericoacoara. A atividade turística ocorre em toda a extensão do Delta e a maior parte dos atrativos encontra-se dentro do território da RESEX. A participação das comunidades neste roteiro ainda é incipiente, porém os impactos do fluxo dos turistas nas comunidades são crescentes. A região recebe cerca de 100.000 visitantes/ano e há o interesse da comunidade em ordenar e se beneficiar do turismo como forma de valorização do patrimônio regional, seja num viés de conservação da biodiversidade e afirmação da cultura local, seja no que diz respeito ao aproveitamento econômico e sustentável do território e seus recursos. Nesse sentido, para além da iniciativa de TBC, o ordenamento do turismo está intrinsecamente articulado ao projeto TBC/PNUD (BRA 08/023), o que fortaleceu e impulsionou o protagonismo das comunidades no ordenamento de outras atividades na RESEX.

Assim, entende-se que implementar o TBC contribui para o alcance dos objetivos das UC na conservação da biodiversidade, na valorização das populações tradicionais, na gestão territorial, entre outros aspectos. O TBC é uma das formas possíveis para o desenvolvimento do uso público nas UC, considerando que às vezes numa mesma UC existem contextos variados que podem permitir diferentes formas de gestão da visitação em uma área e o TBC em outra.

O TBC é uma ferramenta de alta efetividade que, ao garantir inclusão social e econômica das comunidades locais, contribui para a diminuição da pressão sobre o uso direto dos recursos naturais protegidos pela UC. É, ainda, um instrumento capaz de oportunizar a visitação em locais e condições onde não existe viabilidade econômica para delegação de serviços, por exemplo.

Para a promoção do TBC, o ICMBio pode exercer papel relevante, como a divulgação das iniciativas no site do Instituto ou o incentivo à elaboração de matérias e filmagens em mídia externa. Para tanto, é importante observar a Instrução Normativa ICMBio nº4, de 13 de maio de 2016, que trata do uso de imagens em UC federais (BRASIL, 2016). No entanto, o essencial nesse processo é verificar, antes de tudo, o interesse das comunidades em divulgar o TBC para um público mais amplo, bem como os melhores meios e canais para essa divulgação. É bom ficar atento, pois em alguns contextos, uma divulgação na grande mídia pode atrair um número de visitantes maior do que aquele que a comunidade quer e é capaz de receber. Assim, recomenda-se que comunidades e ICMBio avaliem os possíveis impactos positivos e negativos de ações desse tipo.

Como a legislação e as políticas públicas orientam a gestão das áreas protegidas sobrepostas ou com interface territorial?

O Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas - PNAP, instituído pelo Decreto nº 5.758/2006 (Brasil, 2006), prevê como um de seus princípios a “articulação das ações de gestão das áreas protegidas, das terras indígenas e terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos”.

Estabelece em uma de suas diretrizes “o envolvimento e a qualificação dos diferentes atores sociais no processo de tomada de decisão para a criação e para a gestão das áreas protegidas, garantindo o respeito ao conhecimento e direitos dos povos indígenas, comunidades quilombolas e locais”.

Terras Indígenas e Unidades de Conservação

A Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas - PNGATI, instituída pelo Decreto nº 7.747/2012 (Brasil, 2012a), prevê:

- a participação indígena nos conselhos gestores das unidades de

conservação localizadas em áreas contíguas às terras indígenas; e

- a elaboração e implementação, com a participação dos povos indígenas e da FUNAI, de planos conjuntos de administração das áreas de sobreposição das terras indígenas com unidades de conservação.

Territórios Quilombolas e Unidades de Conservação:

O Decreto nº 4887/2003, estabelece:

Quando as terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos estiverem **sobrepostas às unidades de conservação constituídas**, os órgãos envolvidos tomarão as medidas cabíveis visando garantir a sustentabilidade destas comunidades, conciliando o interesse do Estado (BRASIL, 2003).

Outros Territórios Tradicionais em categorias de Unidades de Conservação que não admitem populações tradicionais como residentes e/ou usuárias dos recursos naturais

A Lei do SNUC (BRASIL, 2000) e a Instrução Normativa do ICMBio nº 26/2012 (Brasil, 2012b) preveem:

- a garantia de meios de subsistência alternativos às populações tradicionais cuja

subsistência dependa da utilização de recursos naturais existentes no interior dessas áreas;

- que se assegure às populações tradicionais porventura residentes nessas áreas as condições e os meios necessários para a satisfação de suas necessidades materiais, sociais e culturais;
- o estabelecimento de normas e ações específicas destinadas a compatibilizar a presença das populações tradicionais residentes com os objetivos da unidade, sem prejuízo dos modos de vida, das fontes de subsistência e dos locais de moradia destas populações, assegurando-se a sua participação na elaboração das referidas normas e ações.
- o termo de compromisso deve abordar regras internas construídas, definidas e pactuadas com o grupo social envolvido, quanto às atividades praticadas, o manejo dos recursos naturais, o uso e ocupação da área, devendo, ainda, buscar a implantação de alternativas produtivas para os beneficiários, de maneira a reduzir os impactos ambientais negativos sobre a unidade de conservação com manutenção ou melhoria da qualidade de vida do grupo social envolvido.

Quadro elaborado por Carlos Felipe de Andrade Abirachae.

3.2. Sobreposições e interfaces territoriais com outras Áreas Protegidas

Diversos são os casos no Brasil e no mundo de sobreposição de uma UC federal com outras áreas protegidas, como os Territórios Quilombolas, as Terras Indígenas, Territórios Tradicionais e mesmo com outras UC, além de assentamentos rurais. Essa dupla (ou múltipla) afetação de um mesmo território ocasiona, por vezes, conflitos de interesses e tensionamento nas relações de poder.

O TBC, por ser uma agenda positiva e coletiva, configura-se como um potencial aliado na mediação e transformação desses conflitos em oportunidades de cooperação em prol da conservação da sociobiodiversidade e da melhoria da qualidade de vida das comunidades tradicionais. Nesse sentido, o TBC contribui para a compatibilização de direitos constitucionais, além dos objetivos definidos na legislação e nas políticas públicas que regem as situações de sobreposições ou com interfaces territoriais.

3.2.1. Terras Indígenas

Na FLONA do Tapajós, as iniciativas de TBC têm interface com a TI Bragança-Marituba (et-

nia Munduruku), totalmente sobreposta à área da UC. Há também forte relação com a RESEX Tapajós-Arapiuns, inclusive as equipes gestoras das duas UC trabalham de forma integrada em vários temas. Existe ainda a interface com a APA Aramanai e com a APA Alter de Chão, ambas UC municipais, mas não há um planejamento integrado entre os dois órgãos gestores. A agenda do TBC tem contribuído para criar um espaço de diálogo entre a gestão da UC com os indígenas e, consequentemente, tem contribuído para a diminuição dos conflitos socioambientais nessas áreas.

Dentre os casos de sobreposição com TI, a experiência do PARNA do Pico da Neblina se destaca. A UC foi criada em 05 de junho de 1979, possui uma área de 2.252.616,84 hectares e é entremeada e sobreposta a um complexo mosaico de áreas protegidas. Apresenta 71,6% de sua área total sobreposta a quatro TI: Médio Rio Negro II, Balaio, Yanomami e Cué-Cué/Marabitanas). São 46 comunidades situadas nessas TI que abrigam elevada sociobiodiversidade. As etnias presentes nessas comunidades são: Yanomami, Tukano, Tuyuka, Dessano, Baniwa, Koripaco, Carapanã, Baré, Tariano, Piratapuya, Yepamasã, Kobéwa e Werekena. A UC ainda se sobrepõe à Reserva Biológica (REBIO) Estadual Morro dos Seis Lagos e está justaposta, em seu limite leste, à FLO-NA do Amazonas. Numa abordagem amazônica mais ampla, a região é considerada uma

das 63 grandes áreas protegidas no mundo, estando as UC e TI brasileiras somadas ao conjunto de áreas na Venezuela – Parques Nacionais Serrania de La Neblina (1.360.000 ha), Parima Tapirapecó (3.420.000 ha) e Canaima (3.000.000 ha), totalizando cerca de 320.000 km² de áreas protegidas.

O PARNA do Pico da Neblina foi criado dentro de uma estratégia de ocupação da fronteira norte, desconsiderando a existência de grupos indígenas em seu interior. O modelo de gestão adotado à época provocou sanções às atividades tradicionalmente praticadas pela população indígena, como caça, pesca, extração de cipó, entre outros usos tradicionais. As tensões se acirraram quando o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), na década de 1990, decidiu estimular o turismo na UC sem protagonismo dos indígenas, até que, em 2002, denúncias sobre conflitos entre turistas e o povo Yanomami, feitas ao Ministério Público Federal (MPF), resultaram no fechamento da UC para o turismo. Complementarmente, o movimento indígena conseguiu a demarcação de quatro terras em regime de sobreposição ao PARNA, a última delas reconhecida em 2012. Após a criação do ICMBio, em 2007, paulatinamente procurou-se adotar uma estratégia de gestão para esta UC que buscasse compatibilizar os direitos territoriais indígenas, com a conservação da biodiversidade

protegida pelo PARNA, tendo como pressuposto o caráter participativo e co-adaptativo nesse processo.

O desejo do povo Yanomami de assumir o protagonismo frente ao turismo direcionado ao Pico da Neblina foi colocado como demanda ao ICMBio em assembleia da Associação Yanomami do Rio Cauaburis e Afluentes (AYRCA) em 2013, ocasionando aproximação dos atores e com apaziguamento de conflitos históricos, que vinham permeando gestões do IBAMA e do ICMBio. Em 2014, foi criada a Câmara Temática do Ecoturismo, vinculada ao Conselho Gestor do PARNA do Pico da Neblina, dando início ao planejamento, com a realização de oficinas de capacitação e esclarecimentos importantes, que durou quatro anos e foi muito relevante para a elaboração e aprovação interinstitucional do Plano Yaripo de Visitação e o ordenamento da atividade na UC.

"Existem ainda muitas dificuldades de gestão a serem sanadas, conflitos ainda ocorrem, há escassez de recursos para realização do planejamento do PARNA. Todavia, há perseverança nas ações almejando a superação dos obstáculos, buscando sempre melhorias na gestão e na relação institucional, com parcerias com as populações indígenas. Sendo assim, continuamos focando na missão do



Diversidade cultural presente no momento da posse do Conselho Gestor do Parque Nacional do Pico da Neblina/AM



Parque Natural Municipal Montanhas de Teresópolis. A agenda do TBC abriu caminho para que o Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Rio de Janeiro (ITERJ) recorresse à APA de Petrópolis para apoio técnico ao longo do processo de titulação. A ação do projeto de TBC tem por si só aumentado a visibilidade da comunidade junto a órgãos públicos e atores

sociais interessados nas temáticas da cultura e dos direitos das populações quilombolas.

Já na APA de Guapi-Mirim, há apenas um território quilombola em processo de reconhecimento. No entanto, existe uma animosidade entre alguns comunitários dessa área e a gestão local do ICMBio por conta das ações de fiscalização. Nesse sentido, como nas atividades atuais de capacitação em TBC houve participantes dessas comunidades e foi possível o estreitamento da interlocução entre os atores envolvidos, pode-se dizer que o projeto tem ajudado a promover uma colaboração mais construtiva, com resultados positivos para a gestão da unidade de conservação.

O TBC na APA de Cairuçu envolve diretamente Territórios Quilombolas e Terras Indí-



ACERVO RESEX MARINHA DA BAÍA DO IGUAPE



Grupo de marisqueiras da RESEX Marinha da Baía do Iguape/BA saindo para o trabalho

3.2.2. Territórios Quilombolas

Na APA de Petrópolis, a experiência de TBC ocorre diretamente em território reconhecido quilombola, em processo de titulação. Além disso, parte dos marcos geológicos e potenciais recursos turísticos do roteiro estão inseridos no PARNA Serra dos Órgãos e parte no

genas, cujos instrumentos de planejamento e gestão definidos com autonomia pelas comunidades guardam relação com o Plano de Manejo na perspectiva da governança compartilhada do território.

Na RESEX Marinha da Baía do Iguape, o projeto de TBC se desenvolve entre a RESEX e o Quilombo da Salamina Putumujú, colaborando para a resolução de problemas como a extração irregular de madeira, o controle do lixo e da poluição na comunidade, bem como para a valorização cultural e geração de renda.

3.2.3. Assentamentos rurais e UC de diferentes categorias e/ou esferas de gestão

No PARNA da Chapada Diamantina, o projeto aprovado no âmbito da Chamada de Propostas para Fortalecimento de Iniciativas de TBC ocorre nas comunidades dos assentamentos rurais geridos pelo INCRA, localizados no entorno dessa UC e do Parque Natural Municipal de Andaraí, que é contíguo à UC federal. Vale destacar a relevância dessa interação entre ICMBio e INCRA para o desenvolvimento do TBC, que consiste numa ação transversal e

pode atender aos objetivos dos dois tipos de áreas (assentamentos e UC).

O Parque Natural Municipal foi criado em 2017 e se espera que o projeto de TBC contribua também para a integração do ICMBio com a Prefeitura Municipal de Andaraí, na Bahia, de forma que a implantação da UC Municipal ocorra em sintonia com as normas do Parnaíba e anseios das comunidades locais. Existe um conflito latente na região que se refere aos locais de acesso do Parque Municipal. Este en-

contra-se no município de Andaraí, mas pode ser acessado também por Itaetê, no mesmo Estado. Guias de turismo de Itaetê têm o receio de serem impedidos de acessar o Parque Municipal, uma vez que guias de Andaraí desejam que apenas o acesso por Andaraí seja formalizado. Como o projeto está em fase de implantação, ainda não há indicadores de redução do conflito. No entanto, há uma perspectiva positiva, pois o projeto está promovendo a interação entre as secretarias de turismo de Andaraí e Itaetê, que compreendem que a implantação

do Parque Municipal deve envolver os dois municípios. Além disso, tem sido bastante significativo na interlocução e aproximação com as comunidades dos assentamentos rurais, protagonistas do TBC na região.

3.3. A integração do Turismo de base Comunitária com políticas públicas

Políticas públicas relacionadas à saúde, saneamento, educação, assistência técnica, cultura e infraestrutura devem atender as necessidades básicas das comunidades tradicionais e rurais. Essas políticas estão relacionadas à qualidade de vida e à inclusão produtiva das famílias.

Quando a comunidade decide pelo desenvolvimento do TBC, a ausência de alguns serviços e de políticas públicas básicas podem ser fatores bastante complicadores, em alguns casos até mesmo impeditivos para o desenvolvimento adequado da atividade. É o que ocorre quando não há acesso à água potável e energia, por exemplo. Episódio semelhante acontece quando a estrada ou os caminhos



Telecentro na FLONA do Tapajós/PA

que levam à comunidade estão em péssimas condições de trânsito ou, ainda, quando a comunidade sente que precisa de algum apoio técnico e de formação para atuar com o TBC e não identifica programas ou instituições que realizam essas capacitações.

No capítulo Qualificação da Experiência abordamos como a identificação das necessidades de capacitação em TBC, na RESEX Marinha do Delta do Parnaíba, fomentou uma articulação para levar o PRONATEC às comunidades daquela UC. Esse é um caso típico de como uma atividade produtiva pode estimular as comunidades, gestores governamentais

Dna. Maurina França, presidente da Associação de Mães do Assentamento Rosely Nunes, entorno do Parque Nacional da Chapada Diamantina/BA



e parceiros externos a buscarem soluções em conjunto para suprir uma necessidade local.

Levar determinada política pública às UC demanda uma série de articulações, que são feitas junto aos órgãos e entidades da administração pública responsáveis por cada política ou, ainda, junto a organizações da iniciativa privada sem fins lucrativos, que prestam serviços de caráter público. Importante destacar que cada política tem o seu arranjo. Algumas delas necessitam de articulações em um nível mais local, nos próprios municípios das UC, outras demandam uma articulação junto aos Estados ou, ainda, em nível nacional.

O TBC, assim como outras atividades produtivas, pode ser um indutor no processo de articulação junto aos órgãos responsáveis pelas políticas públicas, contribuindo para que determinadas políticas cheguem com mais facilidade ao território dessas populações e favorecendo a permanência dessas famílias nas UC. O TBC evidencia, tanto à comunidade, quanto aos gestores do ICMBio e parceiros públicos e privados envolvidos com a atividade, as demandas de políticas públicas latentes. Lembrando que as parcerias estabelecidas, comuns nos projetos e iniciativas de TBC, podem ter um papel muito importante na articulação de políticas e de serviços às comunidades.

Conhecer as necessidades dos territórios, identificar quais as políticas públicas que estão disponíveis e que são adaptadas às especificidades das comunidades tradicionais e rurais, bem como entender quais órgãos e entidades procurar para viabilizar aquela política almejada, são passos essenciais. Outro aspecto fundamental, e que deve ser estimulado, é a participação de representantes comunitários nas reuniões dos Conselhos Municipais que tratam de políticas públicas específicas, como o Conselho Municipal de Saúde.

O TBC, como atividade integrada aos demais ofícios e modos de vida das comunidades, é favorecido por políticas públicas que não necessariamente estejam atreladas ao TBC, mas que tenham como mote a promoção da saúde, educação, infraestrutura e valorização da cultura e identidade dos povos tradicionais. O inverso também ocorre: o TBC pode trazer políticas, programas e projetos que beneficiem as atividades comunitárias em geral.

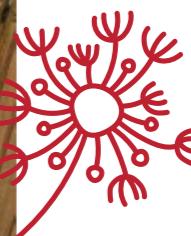
Outra contribuição fundamental do TBC, e que não podemos esquecer, é quando a atividade consegue desencadear um processo de protagonismo social e de fortalecimento da organização comunitária. Uma organização

comunitária articulada e fortalecida é, como sabemos, um dos pontos principais para a conquista e implementação de diversos programas, projetos e políticas.



Habitação na Floresta Nacional do Tapajós/PA

4. Comercialização



Artesãs da comunidade
do Jamaraqua, FLONA
do Tapajós/PA

Canais e parcerias para oferta e divulgação dos roteiros

A comercialização dos roteiros de TBC é um dos desafios de consolidação desse modelo de gestão do turismo no Brasil. Na maioria dos projetos, o acesso ao mercado é reduzido ou não acontece. Portanto, ao planejarmos as ações de implementação do TBC é imprescindível nos atentarmos para essa questão.

Quando o assunto é comercialização, é importante termos em mente que o TBC possui princípios que o diferem do turismo convencional ou de massa. O propósito do TBC não é atrair um número elevado de visitantes para

a maximização de lucros, tampouco atrair visitantes meramente interessados em consumir signos culturais. Assim, na hora da comercialização, se a comunidade optar pela articulação com agências e operadoras de turismo, é importante que procurem por empresas que já tenham um histórico ou abertura/interesse em promover produtos que levem em consideração as especificidades do TBC, e que tenham como valor a transparência e a prática de preços justos junto às comunidades.

As realidades das nossas UC são muito distintas, o que confere desafios diferentes em termos de comercialização. Existem aquelas UC que são próximas a centros urbanos e com acesso facilitado a estradas e aeroportos. Em

alguns desses territórios, já pode existir, inclusive, um turismo de massa bem consolidado. Nessas UC, que são o caso típico das marinhas, o desafio maior em termos de comercialização é divulgar e emplacar um produto turístico diferente daquele que é habitualmente procurado na região. Por sua vez, em muitas outras UC, a dificuldade de acesso se torna o principal obstáculo para a comercialização.

A elaboração de estudos econômico-financeiros, que permitam avaliar os custos e os benefícios da atividade de TBC na economia familiar e comunitária, é bastante interessante, sobretudo àquelas UC que possuem difícil acesso e com previsão de maiores custos para implementação de atividades turísticas. A elaboração de um estudo de mercado que traga informações sobre a procura turística, ou seja, sobre o interesse e a disponibilidade financeira de potenciais visitantes para os roteiros de TBC também é etapa fundamental.



Inauguração da pousada comunitária de Piquiatuba, FLONA do Tapajós/PA

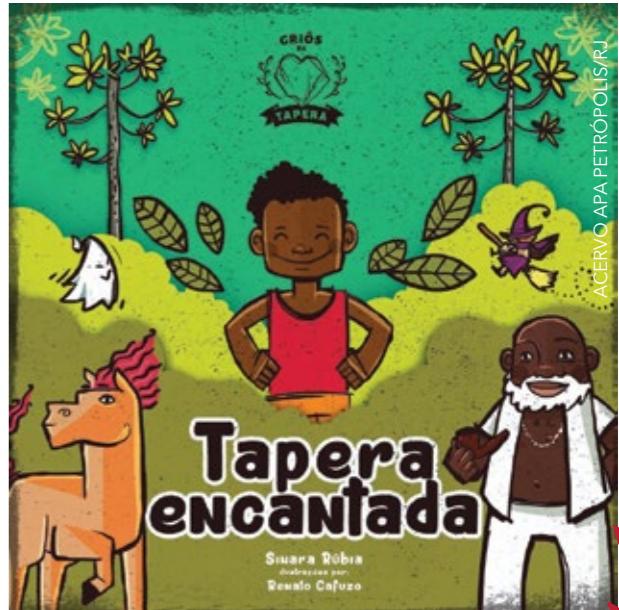


zação: são aqueles territórios localizados em regiões distantes em relação aos principais mercados emissores do Brasil e com pouca infraestrutura de transporte e de serviços públicos em geral, acarretando altos custos de operação (passagens aéreas, aluguel de embarcações, combustível, viabilização de infraestruturas básicas de apoio à visitação, etc.) e, em geral, tornando-se destinos acessíveis aos turistas de maior poder aquisitivo.

Independentemente da realidade da UC, é necessário assumir um papel ativo na articulação entre os diferentes elos da cadeia de valor do turismo, bem como na melhoria do acesso às informações sobre o destino. A APA de Petró-

polis, por exemplo, previu a elaboração de três produtos de comunicação: um vídeo sistematizando a experiência de TBC, uma marca (branding) da comunidade e um livro elaborado a partir das histórias e memórias da comunidade da Tapera. O livro, elaborado como uma das atividades do projeto de TBC da UC, e como um instrumento para o registro e valorização das histórias e memórias locais, também será usado para comunicar aspectos que os visitantes podem vivenciar naquela experiência. A difusão desse material pode, assim, contribuir para a comercialização dos roteiros.

Na RESEX Marinha do Pirajubaé, apesar da UC estar situada na área central de Florianópolis, município onde o turismo é uma das principais atividades econômicas, existe ainda a necessidade dos moradores se apropriarem do TBC como uma realidade possível na sua localidade. Neste sentido, a divulgação se dá em dois níveis: 1) internamente, com a finalidade de mostrar as ações já existentes e suas potencialidades, promovendo eventos como micro feiras locais, com exposição de fotografias, banners, roteiros turísticos, artesanato, culinária e materiais diversos sobre o TBC na UC; e 2) externamente, a partir da difusão de vídeos e imagens sobre o turismo na RESEX nas redes sociais (Youtube e Facebook), bem como através da divulgação feita por entidades parceiras e pelo público em geral e da participação em eventos técnicos e científicos



Livro *A Tapera Encantada*: registro e valorização das histórias e memórias da comunidade da Tapera, na APA de Petrópolis/RJ

que são realizados periodicamente na cidade junto às Universidades.

Sobre a forma de oferta dos roteiros ao público-alvo, destacamos duas opções principais:

a. Venda direta: nesse cenário, a iniciativa de TBC é responsável por oferecer e efetivar as vendas diretamente aos turistas, principalmente via Associação ou Cooperativa, sem contar com a intermediação de outros atores no processo de comercialização das viagens. Assim, atua diretamente no canal de negociação com os visitantes, divulgando os roteiros, esclarecendo dúvidas, fazendo



Eco Pousada Rural no Assentamento Baixão, entorno do PARNA da Chapada Diamantina, Itaetê/BA

as inscrições, recebendo pagamento, emitindo recibo/nota fiscal, etc. Lembrando que as Cooperativas podem se cadastrar no MTur como agências de viagens, pagar salário (pró-labore) aos cooperados que se dedicam ao trabalho na própria organização e emitir nota fiscal, etc.; enquanto as Associações são sem fins lucrativos.

b. Venda indireta: a modalidade de venda indireta pressupõe que a iniciativa contará

com o suporte de outros canais de comercialização de produtos turísticos, como as agências de viagem e turismo, para ampliar o raio de acesso aos visitantes e tornar os produtos cada vez mais conhecidos. É relevante notar que podem haver divergências entre as políticas de comercialização praticadas pelas empresas e os anseios das comunidades, o que exige uma boa comunicação. Por isso, é recomendável es-

clarecer todos os detalhes entre os envolvidos, como: se há a possibilidade de vender para pequenos ou grandes grupos, se as visitas serão programadas ou atenderão apenas a partir de demanda, etc.

Vale ressaltar que um tipo de venda não exclui o outro. Portanto, ao optar por fazer venda indireta, por exemplo, não significa dizer que a venda direta deverá ser anulada. As duas modalidades são complementares e podem ser simultaneamente praticadas.



No PARNA da Chapada Diamantina, por exemplo, os atores envolvidos no TBC consideram as parcerias com a iniciativa privada e com os poderes públicos municipais elementos chave para a comercialização e a promoção dos produtos turísticos.

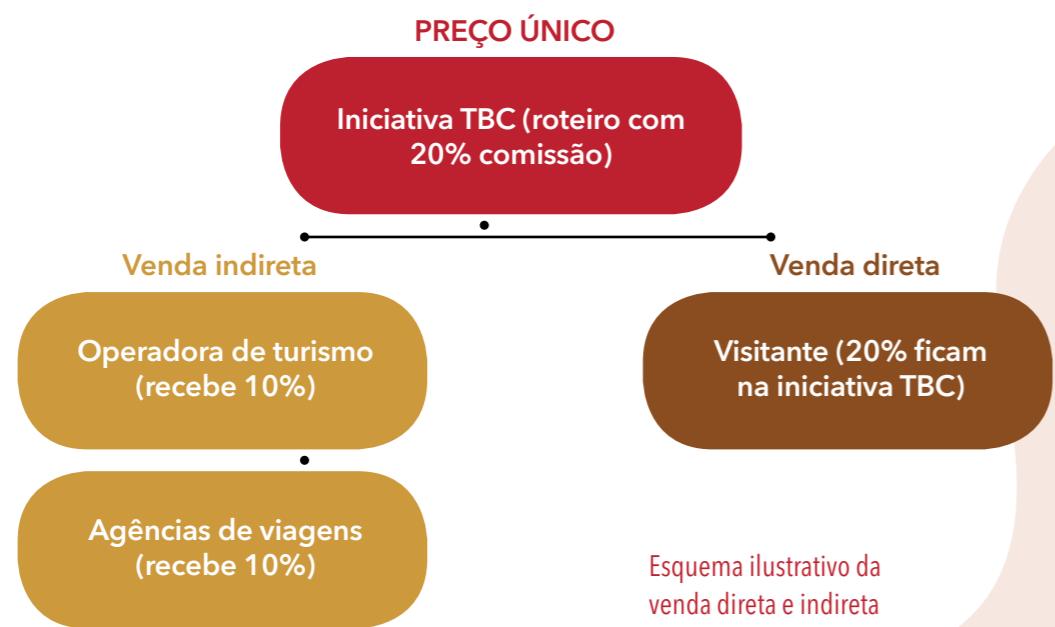
Notemos: é interessante praticar um preço único para as modalidades de venda direta e indireta. Pois, em geral, os grupos de turistas são heterogêneos, formados por pessoas que se inscreveram na viagem diretamente e também por participantes que recorreram a uma agência de viagens. Desse modo, não é interessante que, ao conversarem no passeio, os turistas descubram que pagaram preços distintos pelo

mesmo produto. Então, na elaboração dos orçamentos dos roteiros, indica-se considerar uma porcentagem de comissão aos parceiros comerciais que deverá ser somada ao valor total dos roteiros comercializados (uma sugestão é 20%, para comissionar operadoras e agências) e, caso realize a venda direta, essa porcentagem poderá ser somada ao lucro já estimado da iniciativa proponente; não acarretando em diferentes valores finais de venda. No entanto,

a comunidade pode optar, por exemplo, por conceder preços diferentes para estudantes de escolas públicas, para pessoas residentes no mesmo município, entre outros grupos que julgar pertinente. **O importante, assim, é existir uma política de preços clara e transparente.**

Para divulgação dos produtos, eventos e serviços das comunidades, os principais canais utilizados atualmente são: as mídias sociais (Facebook, Instagram, Whatsapp, blogs); os websites especializados (www.wikiparques.org, www.tripadvisor.com.br); e a própria página do ICMBio e das UC, como a da FLONA do Tapajós (www.icmbio.gov.br/flonatapajos/guia-do-visitante).

Na APA de Guapi-Mirim, além dos perfis nas redes sociais e páginas na internet, a Cooperativa Manguezal Fluminense utiliza a estratégia de distribuição de panfletos impressos em eventos. Há também uma agência de turismo



da região que tem como foco o TBC e que contrata profissionais locais eventualmente, além de possuir material impresso e website.

No caso da Rede Nhandereko, na APA de Caiuruçu, a divulgação é exercida principalmente por meio do website www.redenhandereko.org e de interlocutores comunitários, além da previsão de lançamento de uma Central de Comercialização da Rede⁹, cujo objetivo é facilitar o acesso de turistas e agências de viagem aos produtos dessa região e promover roteiros integrados entre comunidades.

A participação de moradores em eventos regionais e nacionais realizados em espaços pú-

blicos, como praças, centros culturais, escolas, universidades e *shoppings* – onde fazem roda de conversa, contação de história, venda de artesanato, etc., também contribui para as comunidades ganharem mais projeção junto à sociedade, sendo uma oportunidade para



Conduzindo visitantes pelos manguezais da APA de Guapi-Mirim/RJ: condutores de embarcação habilitados pela Capitania dos Portos e credenciados pela Unidade de Conservação

atrair pessoas interessadas em conhecer as experiências de TBC dessas localidades.

Organizar viagens de familiarização (*fam-tour*) para operadoras especializadas, com o intuito de incentivá-las a promover os roteiros, é uma ferramenta poderosa de comunicação e aproximação com o mercado; assim como organizar viagens para a imprensa especializada (*presstrip*), com objetivo de ge-

Integrar as iniciativas de TBC de comunidades localizadas num mesmo território, ou em territórios próximos, é uma prática muito interessante e que pode ser avaliada pelas comunidades. Promove uma complementação entre as experiências e evita a competição.

⁹ A Central de Comercialização será um ponto de venda conjunta dos produtos das comunidades, com foco principal no TBC, a ser administrada pela Rede Nhandereko. O formato jurídico da central ainda está sendo discutido.

rar material de divulgação dos roteiros de TBC e destinos.

Os esforços de divulgação feitos pelas agências de viagens e ONGs parceiras das comunidades, além de órgãos públicos – como MTur, Instituto Brasileiro de Turismo (EMBRATUR), Secretarias Municipais e Estaduais de Turismo, SEBRAE e Serviço Social do Comércio (SESC) – são aliados importantes para somar aos projetos. Outro elemento precioso na promoção dos produtos, que é responsável por muitas decisões de compra na área de turismo, é o chamado “boca-a-boca”, ou seja, informações transmitidas a amigos e parentes. Em um trabalho que buscou definir o perfil do visitante da Ilha dos Lençóis, na RESEX de Cururupu, no Maranhão, cerca de 41% do contingente de pessoas entrevistadas, decidiu conhecer a comunidade influenciada pela indicação de amigos e parentes (ALVITE et al., 2015). Sansolo e Bursztyn (2009), durante um mapeamento das experiências de TBC, destacam que a comercialização se dá muitas vezes de forma independente e conta com o “boca a boca” como principal estratégia de comunicação das iniciativas. Por isso, é extremamente importante manter um trabalho responsável e de qualidade desde o início das operações, para que os visitantes possam indicar a viagem e contribuir com o sucesso do marketing desenvolvido.

É bom ficar atento:

- À possibilidade de disputa por menor preço entre os comunitários que prestam determinado serviço, podendo levar à quebra de acordos estabelecidos pelo grupo e ao enfraquecimento do trabalho como um todo.
- Às necessidades de adequações legais para a implementação de algumas atividades de TBC, tais como: autorizações da Marinha do Brasil para pescadores artesanais poderem levar visitantes em suas embarcações e o atendimento às normas sanitárias para a preparação de alimentos.
- À importância de as comunidades estarem instrumentalizadas para dialogarem com as agências e operadoras de turismo; e, no caso da venda indireta, optar por aquelas empresas que possuem um histórico e/ou um propósito de trabalho sério e respeitoso junto às comunidades.
- Ao pouco desenvolvimento de capacidades empreendedoras locais, visando o permanente aprimoramento dos serviços prestados aos visitantes, sendo essa uma demanda latente de capacitação contínua.



LEONARDO MILANO



5. Considerações finais

Neste Caderno trouxemos parte dos aprendizados de 13 UC com experiências de TBC, sendo que nove dessas iniciativas foram apoiadas por meio da Chamada de Propostas para Fortalecimento de Iniciativas de Turismo de Base Comunitária. As experiências trazidas neste Caderno, que se encontram em diferentes estágios de implementação, dialogam com os princípios e diretrizes do TBC e tem algo de significativo a ensinar, pois as estratégias de implementação do TBC se constroem sobretudo na prática, no aprender fazendo. Por isso consideramos que este material pode ser uma referência àquelas UC e comunidades que já trabalham ou desejam trabalhar com o TBC.

O TBC pode ser considerado hoje uma agenda expressiva no âmbito das UC federais. Este material é, assim, parte de um rol de ações estratégicas e articuladas, através das quais o ICMBio espera fomentar o TBC. A criação de dois GT entre os anos de 2013 e 2016; a elaboração do material Turismo de Base Comunitária em Unidades de Conservação Federais;

princípios e diretrizes; o apoio ao desenvolvimento de nove projetos de TBC, através da Chamada de Propostas para Fortalecimento de Iniciativas de Turismo de Base Comunitária e, mais recentemente, a realização da Oficina de Avaliação de Projetos de TBC são ações que, casadas com este Caderno, esperam fortalecer a agenda no âmbito do ICMBio.

Quando o assunto é TBC, uma série de abordagens são possíveis, assim foi necessário estabelecer recortes no tratamento dos temas aqui dispostos. Como tentamos demonstrar ao longo do Caderno, a nossa busca foi por destacar a importância dos princípios e diretrizes que norteiam a atividade, bem como o potencial do TBC para: a) fortalecer o protagonismo e a organização social das comunidades do interior e entorno das UC federais; b) complementar a renda dessas famílias, que muitas vezes se encontram em situação de vulnerabilidade econômica e social; c) integrar as comunidades à gestão da UC, transformando conflitos socioambientais históri-

cos em oportunidades para a conservação; d) valorizar e salvaguardar o patrimônio cultural dos povos locais, através de ações de divulgação desses bens e referências culturais junto à sociedade, mas também a partir de processos que levem as próprias comunidades a valorizarem a sua história e cultura; e) destacar os desafios e evidenciar aspectos que as comunidades devem ficar atentas na hora da comercialização dos roteiros de TBC.

Acreditamos que o TBC pode ser uma possibilidade efetiva de trabalhar a visitação pública nas UC, com ganhos à conservação das áreas naturais protegidas, às comunidades e aos visitantes. No entanto, e como tentamos trazer ao longo do documento, muitos desafios permeiam a atividade, por isso a importância de fomentar capacitações em temas relevantes às diferentes realidades locais, assim como estabelecer e fortalecer o diálogo com os diferentes atores com experiência no tema. Este Caderno se propôs a trazer um pouco desses diversos olhares, já que contou com a contribuição de gestores do ICMBio, de comunidades locais, de pesquisadores e de operadoras de turismo. Assim, esperamos que a leitura possa ter despertado novas ideias e reflexões, no sentido de caminharmos para a efetividade dessa agenda.



LEONARDO MILANO





6. Referências bibliográficas e sugestões de leitura

ALVITE, C.M.C; VIDAL, M.D.; BORREANI, O.H.P; BORBA, E.C.M. Perfil da visitação na Ilha dos Lençóis, comunidade de pescadores tradicionais, Reserva Extrativista de Cururupu (MA). **Revista Brasileira de Ecoturismo**, São Paulo, v. 7, n. 4, nov2014-jan. 2015, pp. 656-680.

AYRCA & AMYK. **Plano de Visitação Ecoturismo Yaripo**, 2017. Disponível em: <<http://www.icmbio.gov.br/portal/unidadesdeconservacao/biomas-brasileiros/amazonia/unidades-de-conservacao-amazonia/1985-parna-do-pico-da-neblina>>. Acesso em: 10 mai. 2019.

BRASIL. **Constituição** (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado, 1988. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/atividade/const/con1988/CON1988_05.10.1988/CON1988.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2019.

_____. Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003. Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/d4887.htm>. Acesso em: Acesso em: 07 de abr. 2019.

_____. Decreto nº 5.051, 2004. Promulga a Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho - OIT sobre Povos Indígenas e Tribais. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5051.htm>. Acesso em: 10 jun. 2019.

_____. Decreto nº 5.758, de 13 de abril de 2006. Institui o Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas - PNAP, seus princípios, diretrizes, objetivos e estratégias, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 17 abr. 2006. Seção 1, p.1. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2006/decreto-5758-13-abril-2006-541743-publicacaooriginal-47793-pe.html>>. Acesso em: 07 de abr. 2019.

_____. Decreto nº 6.040, de 07 de fevereiro de 2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 08 fev. 2007. Seção 1, p.316. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm>. Acesso em: 23 abr. 2015.

_____. Decreto nº 7.747, de 5 de junho de 2012a. Institui a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas - PNGATI, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/decreto/d7747.htm>. Acesso em: 07 de abr. 2019.

_____. Instrução Normativa ICMBio nº 26, de 4 de julho de 2012b. Estabelece diretrizes e regulamenta os procedimentos para a elaboração, implementação e monitoramento de termos de compromisso entre o Instituto Chico Mendes e populações tradicionais residentes em unidades de conservação onde a sua presença não seja admitida ou esteja em desacordo com os instrumentos de gestão. Disponível em: <http://www.lex.com.br/legis_23497845_INSTRUCAO_NORMATIVA_N_26_DE_4_DE_JULHO_DE_2012>. Acesso em: 08 jul. 2019.

_____. Instrução Normativa FUNAI nº 3, de 11 de junho de 2015. Brasília - DF, 2015. Disponível em: <<http://www.funai.gov.br/arquivos/conteudo/ascom/2015/doc/jun-06/IN%2003%202015.pdf>>. Acesso em: 10 jun.2019.

_____. Instrução Normativa ICMBio nº 4, de 13 de maio de 2016. Altera a Instrução Normativa nº 19, de 16 de setembro de 2011, que regulamenta o uso de imagens de unidades de conservação federais, dos bens ambientais nestas incluídos e do seu patrimônio, bem como a elaboração de produtos, subprodutos e serviços obtidos ou desenvolvidos a partir dos recursos naturais, biológicos, cênicos, culturais ou da exploração da imagem de unidade de conservação, independentemente de fim comercial. Disponível em: <http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/portarias/Instrucao_Normativa_04_de_13mai2016.pdf>. Acesso em: 4 jun. 2019.

_____. Instrução Normativa ICMBio nº 07, de 21 de dezembro de 2017. Estabelece diretrizes e procedimentos para elaboração e revisão de planos de manejo de unidades de conservação da natureza federais. Disponível em: <http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/portarias/intrucao_normativa_07_2017.pdf>. Acesso em: 4 jun. 2019.

_____. Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000. Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III, e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 19 jul. 2000. Seção 1, p.1. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9985.htm>. Acesso em: 15 abr. 2019.

BURNS, R. C.; MOREIRA, J. C.; CHUPRINKO, T. L.; GREGORY, L. **Flona Tapajós:** Pesquisa Sobre Recreação e Uso Público, 2017. Relatório Final. Morgantown - WV.

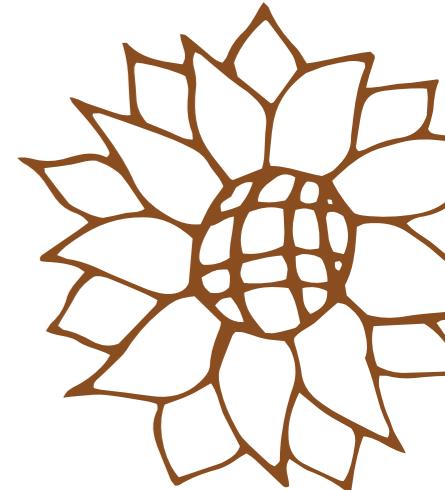
CURY, M.X. **Exposição:** concepção, montagem e avaliação. São Paulo: Annablume, 2005.

GUERRA, M.F. **Musealização de territórios e turismo de base comunitária:** reflexões sobre a comunicação e a salvaguarda do patrimônio da Reserva Extrativista do Mandira, Cananéia/SP. 2016. Dissertação (Mestrado) Universidade de São Paulo, Museu de Arqueologia e Etnologia, Programa de Pós-Graduação Interunidades em Museologia, 2016. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/103/103131/tde-20102016-102802/pt-br.php>>. Acesso em: 19 mai. 2019.

ICMBio. **Turismo de Base Comunitária em Unidades de Conservação:** Princípios e Diretrizes. Brasília - DF, 2018. Disponível em: <<http://www.icmbio.gov.br/portal/publicacoes?showall=&start=5>>. Acesso em: 12 fev. 2019.

_____. **Rol de Oportunidades de Visitação em Unidades de Conservação** - ROVUC. Brasília - DF, 2018. Disponível em: <<http://www.icmbio.gov.br/portal/ultimas-noticias/20-geral/10163-icmbio-lanca-orientacoes-de-oportunidades-em-ucs>>. Acesso em: 12 fev. 2019.

_____. **Interpretação Ambiental nas Unidades de Conservação Federais.** Brasília - DF, 2019. Disponível em: http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/comunicacao/publicacoes/publicacoes-diversas/interprecao_ambiental_nas_unidades_de Conservacao_federais.pdf. Acesso em: 25 jun. 2019.



IPHAN (INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL). **Os sambas, as rodas, os bumbas, os meus e os bois:** princípios, ações e resultados da política de salvaguarda do patrimônio cultural imaterial no Brasil. 2. ed. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/Departamento do Patrimônio Imaterial, 2010. 120 p. Disponível em:<http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/PatImaDiv_OsSambasAsRodasOsBumbas_2Edicao_m.pdf>. Acesso em: 18 mai. 2019.

MTur. **Programa de Regionalização do Turismo** - Roteiros do Brasil: módulo operacional 7. Brasília - DF, 2007.

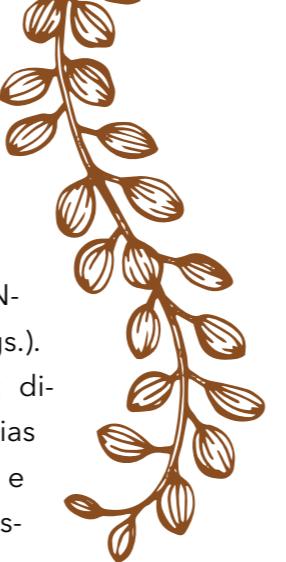
ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável** (ODS). Edição em 25 de setembro de 2015. Disponível em: <https://nacoesunidas.org>. Acesso em: 27 dez. 2016.

ROCHA, E.P.G. **O que é etnocentrismo?** 5. Ed. São Paulo: Editora Brasiliense s.a, 1988. 39 p. Disponível em: <<http://www.febac.edu.br/site/images/biblioteca/livros/O%20que%20e%20Etnocentrismo%20-%20Everardo%20P%20Guimaraes%20Rocha.pdf>>. Acesso em: 18 mai. 2019.

SANSOLO, D.G; BURSZTYN, I. Turismo de base comunitária: potencialidade no espaço rural brasileiro. In: BARTOLO, R; SANSOLO, D.G.; BURSZTYN, I. (Orgs.). **Turismo de base comunitária:** diversidade de olhares e experiências brasileiras. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, p; 142-161, 2009. Disponível em: <<http://www.turismo.gov.br/publicacoes/item/44-turismo-de-base-comunitaria.html>>. Acesso em: 10 fev. 2019.

SANT'ANNA, M. A face imaterial do patrimônio cultural: os novos instrumentos de reconhecimento e valorização. In: ABREU, R.; CHAGAS, M. (Org.). **Memória e patrimônio:** ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009. Disponível em: <http://www.regina-abreu.com/site/images/attachments/coletaneas/06-memoria-e-patrimonio_ensaios-contemporaneos.pdf>. Acesso em: 18 mai. 2019.

VASCONCELLOS. et al. (Coord.). Os impactos educativos da relação museus e turismo. In: BRUNO, M.C.O. (Coord.). O ICOM-Brasil e o pensamento museológico brasileiro: documentos selecionados. São Paulo: Pinacoteca do Estado/ ICOM Brasil, 2010. v.1.



Recomendações de leitura

IRVING, M. de A. Reinventando a reflexão sobre turismo de base comunitária: inovar é possível? In: BARTHOLO, R.; SANSOLO, D. G.; BURSZTYN, I. (Eds.). Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009, p.108-121.

IRVING, M. de A.; SANCHO, A.; BURSZTYN, I. Revisitando significados em sustentabilidade no planejamento turístico. Caderno Virtual de Turismo, vol. 5, n. 4, 2005.

IRVING, M. de A.; CALABRE, L.; BARTHOLO, R.; LIMA, M. A. G.; MORAES, E. A.; EGREJAS, M.; LIMA, D. (orgs). Turismo, natureza e cultura. Interdisciplinaridade e políticas públicas. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barboza, 2016.

IRVING, M. de A.; AZEVEDO, J.; LIMA, M. A. G. de. Turismo: ressignificando sustentabilidade. Rio de Janeiro: Folio Digital: Letra e Imagem, 2018.

MATTOS, F. F.; IRVING, M. de A. Delta do Paráíba nos rumos do ecoturismo: um olhar a partir da comunidade local. Caderno Virtual de Turismo, vol. 3, n. 4, 2003, p. 23-35.

MENDONÇA, T.; IRVING, M. A. Turismo de base comunitária: a participação como prática no desenvolvimento de projetos turístico no Brasil - Prainha do Canto Verde, Beberibe (CE). Caderno Virtual de Turismo, vol. 4, n. 4, 2004, p.12-22.

MORAES, E. A. de. Siga os atores e as suas próprias ações: nos rastros das controvérsias sociotécnicas do Turismo de Base Comunitária na Rede Cearense de Turismo Comunitário TUCUM - Ceará - Brasil. Tese de Doutorado. Programa em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2019.

MORAES, E. A. de; IRVING, M. de A. Ecoturismo: encontros e desencontros na Reserva Extrativista do Cazumbá-Iracema (AC). Revista Brasileira de Ecoturismo, vol. 6, n. 3, 2013.

MORAES, E. A. de; IRVING, M. de A. Turismo de Base Comunitária: entre utopias e caminhos possíveis no contexto brasileiro. In: IRVING, M. de A.; AZEVEDO, J.; LIMA, M. A. G. de. Turismo: ressignificando sustentabilidade. Rio de Janeiro: Folio Digital: Letra e Imagem, 2018, p.317-345.

MORAES, E. A. de; IRVING, M. de A.; MENDONÇA, T. C. M. Turismo de Base Comunitária na América Latina: uma estratégia em rede. Revista de Turismo Visão e Ação, v. 20, nº 2, 249-265, 2018.

Websites consultados:

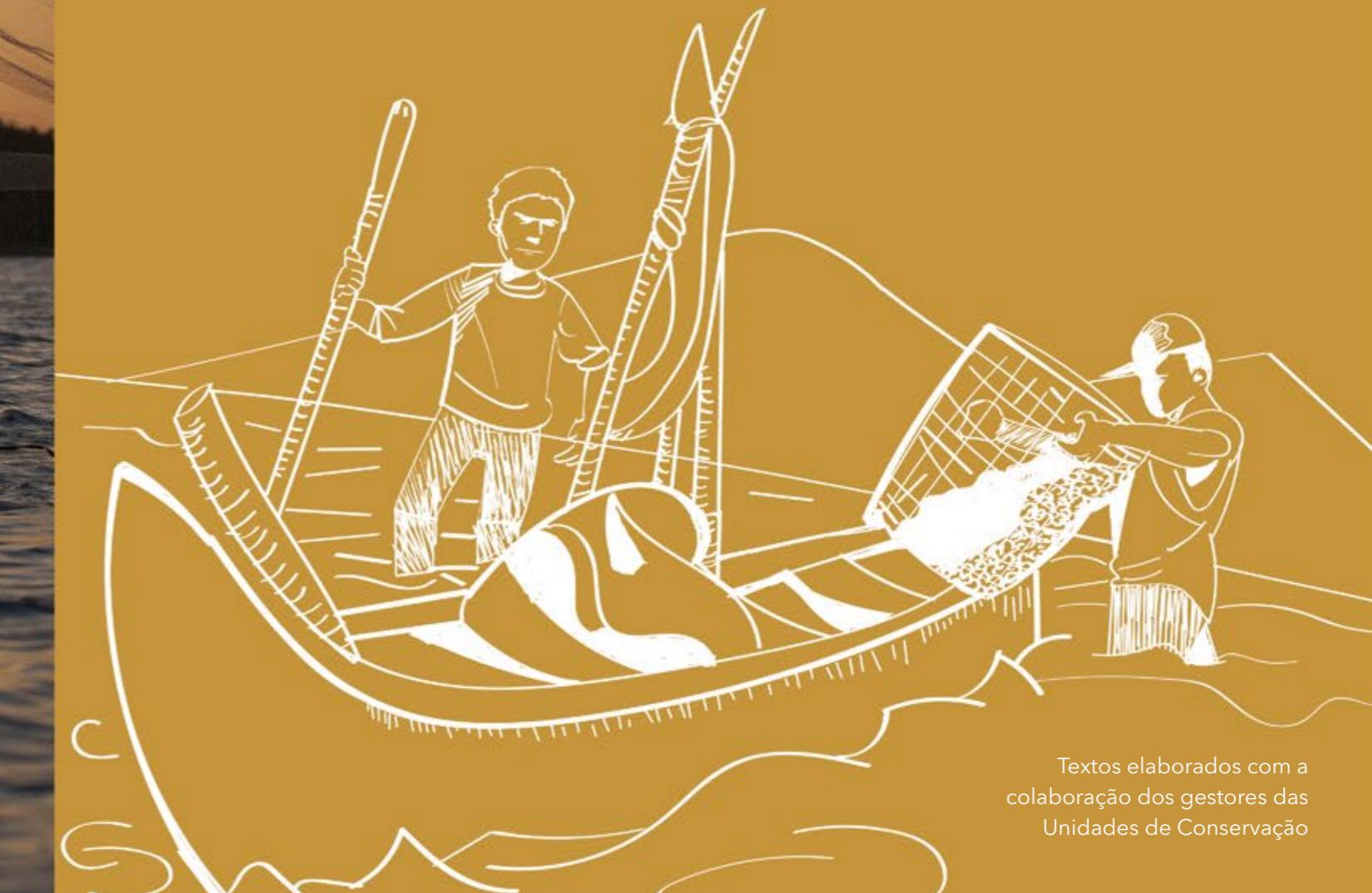
- www.acolhida.com.br
- www.coletivomuda.tur.br
- www.ecobrasil.eco.br
- www.fundacaocasagrande.org.br
- www.garupa.org.br
- www.graosdeluzegrio.org.br
- www.hospedagem.turismo.gov.br
- www.icmbio.gov.br/flonatapajos/guia-do-visitante
- www.ivt.coppe.ufrj.br/caderno/
- www.mma.gov.br
- www.mosaicospv.com.br
- www.peabiru.org.br
- www.projetobagagem.org
- www.raizesds.com.br
- www.redenhandereko.org/nhandereko
- www.roteirotucorin.com
- www.saudeealegria.org.br
- www.serrasdetapuruarquara.org
- www.socioambiental.org
- <https://viajarverde.com.br/rede-tucum-colaboracao-e-resistencia/>
- www.turiarteamazonia.wordpress.com
- www.turismo.gov.br
- www.turismoporummundomelhor.blogspot.com
- www.turisol.wixsite.com/redeturisol/sobre
- www.uakarilodge.com.br/pt-br
- www.wikiparques.org





ENCARTE 2

*Unidades de Conservação:
descubra o que conhecer*



Textos elaborados com a
colaboração dos gestores das
Unidades de Conservação

Área de Proteção Ambiental de Cairuçu



A APA de Cairuçu, criada em 27 de dezembro de 1983, está localizada no município de Paraty, Rio de Janeiro, e seu território é composto por uma área continental e 63 ilhas, que totalizam 34.690,72 ha. Tem como objetivo proteger o ambiente natural e as comunidades tradicionais cujos territórios são abrangidos pela UC. Para isso, a gestão da UC é participativa, contando com uma equipe multidisciplinar e com o conselho gestor atuante, do qual fazem parte diferentes lideranças comunitárias, organizações locais, órgãos públicos e universidades públicas.

Visitar Paraty e a APA de Cairuçu pode ser uma experiência inesquecível, tanto pela abundância de seus atrativos naturais, quanto pela riqueza cultural da região. Para quem deseja contato com a natureza, há diversas praias, ilhas, cachoeiras e trilhas que podem ser facilmente acessadas, tanto por terra quanto por mar. A maioria desses atrativos situa-se dentro dos territórios das populações tradicionais. Aos que se interessam em conhecer a diversidade cultural local, as populações tradicionais caiçaras, quilombolas e indígenas que vivem dentro da APA de Cairuçu oferecem roteiros de TBC com foco no seu modo de vida e nas festas religiosas e populares de Paraty que se mantém desde a época da colonização.

O TBC acontece, principalmente, nas comunidades caiçaras de Trindade, Sono, Pouso da Cajaíba, Praia Grande da Cajaíba, Ilha do Araújo e Ilha da Pelada Grande; na Terra Indígena (TI) Parati Mirim; e no Território Quilombola do Campinho da Independência, uma referência nesse modelo de gestão do turismo no país. As principais atividades desenvolvidas

são: roda de conversa, visita às roças e aos pontos de pesca artesanal, passeios de barco, produção de canoas e remos, trilhas (curta, média e longa duração), praias e cachoeiras, produção de artesanatos e gastronomia caiçara, Guarani e quilombola. Há também comunidades caiçaras que trabalham o turismo e têm grande potencial para desenvolver o TBC, como o Saco do Mamanguá, Ponta Negra e Martins de Sá, entre outras.

A cidade de Paraty está localizada praticamente no meio do caminho entre as capitais Rio de Janeiro (240 km) e São Paulo (270 km). O acesso até Paraty acontece, principalmente, por avião, seguido de trajeto rodoviário a partir dessas duas cidades, que dispõem de dois aeroportos cada uma, onde são operados regularmente diversos voos comerciais nacionais e internacionais.

Contato

ICMBio (APA de Cairuçu):
www.icmbio.gov.br/cairucu/
apa.cairucu@icmbio.gov.br

Rede Nhandereko:
www.redenhandereko.org/nhandereko
redenhandereko@gmail.com

Ilha do Araújo:
Telefone: (24) 99841-8752



Legendas e atividades



Comunidade caiçara Trindade

- Roda de conversa
- Visita à Escola do Mar da Praia de Fora
- Visita à praça Dão na Zona de Uso Coletivo
- Visita aos pontos de pesca artesanal
- Oficina de confecção de rede
- Visita à piscina natural (PARNA da Serra de Bocaina)
- Gastronomia caiçara

Comunidade caiçara Ilha do Araújo

- Roda de conversa
- Gastronomia caiçara
- Produção e venda de artesanatos
- Praias
- Trilhas de curta duração
- Hospedagem

Comunidade caiçara Ilha da Pelada Grande

- Roda de conversa
- Gastronomia caiçara
- Passeio de barco
- Venda de artesanatos
- Trilhas de curta duração

Comunidade caiçara Pouso da Cajaíba

- Roda de conversa
- Visita às roças e aos pontos de pesca artesanal
- Visita às áreas de extrativismo florestal
- Visita à produção de canoas e remos
- Gastronomia caiçara
- Produção e venda de artesanatos
- Praias
- Cachoeiras
- Trilhas de curta, média e longa duração
- Hospedagem

Comunidade caiçara Praia Grande da Cajaíba

- Roda de conversa
- Visita às roças e aos pontos de pesca artesanal
- Visita às áreas de extrativismo e sistema agroflorestal
- Gastronomia caiçara
- Produção e venda de artesanatos
- Observação de pássaros
- Praias
- Cachoeiras
- Trilhas de curta, média e longa duração
- Hospedagem

Terra Indígena Parati Mirim

- Roda de conversa com lideranças indígenas
- Visita ao ambiente do entorno da Casa de Reza Guarani
- Visita às roças
- Gastronomia Guarani
- Produção e venda de artesanatos
- Cachoeiras
- Trilhas de curta duração
- Hospedagem

Território Quilombola do Campinho da Independência

- Roda de conversa com griôs
- Visita às roças, agroflorestas e extrativismo
- Visita ao viveiro de mudas
- Gastronomia quilombola
- Jongo, samba, capoeira
- Produção e venda de artesanatos
- Oficina de cestaria
- Banho de rio
- Trilhas de curta, média e longa duração
- Hospedagem

Território Quilombola do Campinho da Independência

- Roda de conversa com lideranças comunitárias e mestres griôs
- Visita às roças e aos pontos de pesca artesanal
- Oficinas de confecção de rede de pesca artesanal
- Visita às áreas de extrativismo florestal
- Visita à produção de canoas e remos
- Visita ao tacho de tinta de rede de pesca caiçara
- Visita ao saneamento ecológico da escola comunitária
- Visita à Rádio Caiçara
- Fotos e filmes da comunidade nas décadas de 70 e 80
- Gastronomia caiçara
- Produção e venda de artesanatos na casa comunitária / Oficinas de bordados com mulheres caiçaras
- Praias
- Cachoeiras
- Trilhas de curta, média e longa duração
- Hospedagem

Área de Proteção Ambiental de Guapi-Mirim



FOTOS ACERVO APA DE GUAPI-MIRIM /ESEC DA GUANABARA



A APA de Guapi-Mirim foi criada em 1984, como resultado de um movimento ambientalista da sociedade civil organizada e da comunidade científica. Tem como principal objetivo proteger os remanescentes de manguezais situados no recôncavo da Baía de Guanabara e assegurar a permanência e sobrevivência de populações humanas que possuem uma relação estreita com o ambiente, vivendo dos seus recursos naturais e mantendo ainda características tradicionais no convívio com a natureza.

Está localizada no recôncavo leste da Baía de Guanabara, abrangendo parte dos municípios de Magé, Guapimirim, Itaboraí e São Gonçalo, no Rio de Janeiro. Os serviços de turismo de base comunitária na região são prestados pela Cooperativa Manguezal Fluminense, criada em 2008, e pela Cooperativa Manguezais da Guanabara, criada em 2019. Os roteiros são organizados e comercializados pela Rede de TBC Nós da Guanabara - www.redenosdaguanabara.org.br

Os principais recursos turísticos trabalhados na APA de Guapi-Mirim pelas comunidades são: passeios de barco, visita a currais de pesca, manguezais e praias, observação de aves, observação de golfinhos na Baía de Guanabara, canoagem, visita a casa de farinha e a áreas de sistemas agroflorestais, visita a comunidade quilombola do Feital, hospedagem em casas de moradores, produção e venda de artesanato e culinária tradicional.

A APA de Guapi-Mirim está situada bem próximo à cidade do Rio de Janeiro, de onde é possível partir em transporte terrestre ou aquático. Os principais acessos à APA de Guapi-Mirim são: 1) rodovia BR-116 (Rio-Bahia), via Teresópolis, até a entrada para a cidade de Magé, seguindo então pela Rodovia BR-493 (Estrada do Contorno da Baía de Guanabara); 2) rodovia BR-101, via Niterói, até o trevo de Manilha, que dá acesso à BR 493; e 3) a área também pode ser acessada por via marítima, através da Baía de Guanabara.

Contato

ICMBio (APA de Guapi-Mirim):

www.icmbio.gov.br/apaguapimirim/
apa.guapimirim@icmbio.gov.br
Facebook: [@apa.guapimirim](https://www.facebook.com/apa.guapimirim)





Legendas e atividades

APA de Guapi-Mirim Natural

- Focagem de jacarés no rio Guapi-Macacu
- Observação de golfinhos, na Baía de Guanabara
- Observação de pesca e despensa
- Observação de aves
- Manguezais da Baía de Guanabara
- Caiaque pelos rios da Baía de Guanabara

Mauá - Magé

- Capela Nossa Senhora dos Remédios
- Estação Guia de Pacobaíba
- Porto Mauá (ruínas)
- Parque Natural Municipal de Barão de Mauá



Suruí e Conceição de Suruí - Magé

- Praia do Remanso
- Vivência agroecológica
- Igreja de São Nicolau
- Centro de Ensino Integrado Agroecológico Barão de Langsdorff (Colégio Agrícola)
- Casa de farinha tradicional
- Estação ferroviária

Parque Iriri e Nova Marília - Magé

- Vivência agroecológica
- Igreja Sant'Ana do Iriri
- Hospedagem domiciliar

Piedade e Quilombo do feital

- Oficina de cestaria com fibras naturais
- Praia da Piedade
- Observação de aves
- Baía de Guanabara em caiaques oceânicos
- Igreja Nossa Senhora da Piedade
- Poço Bento do Santuário
- Hospedagem domiciliar

Vale das Pedrinhas e Parque Nossa Sra d'Ajuda - Guapimirim

- Sede da APA de Guapi-Mirim / ESEC da Guanabara
- Capela de Nossa Senhora D'Ajuda
- Hospedagem domiciliar

Itambi - Itaborái

- Visita a currais de pesca
- Mel do manguezal
- Igreja São Barnabé
- Hospedagem domiciliar

Guaxindiba - São Gonçalo

- Vivência agroecológica
- Hospedagem domiciliar

Ilha de Paquetá - Rio de Janeiro

- Praias
- Parque Darke de Mattos
- Casa de José Bonifácio
- Casa de Artes Paquetá
- Pedra da Moreninha
- Ponte da Saudade
- Cemitério de Paquetá
- Cemitério dos Pássaros
- Aluguel de bicicletas
- Caiaque, pedalinho e canoa
- Carrinho elétrico



ANA GABRIELA FONTOURA

Área de Proteção Ambiental de Petrópolis

A APA de Petrópolis encontra-se dentro da área de distribuição da chamada Floresta ou Mata Atlântica e visa garantir a preservação desse ecossistema, o uso sustentado dos recursos naturais, a conservação do conjunto paisagístico-cultural e promover a melhoria da qualidade de vida humana na região.

Está localizada na porção centro-oeste do Estado do Rio de Janeiro e abrange em sua maior parte áreas urbanas e rurais dos municípios de Petrópolis, Duque de Caxias, Magé e Guapimirim.

O TBC está sendo proposto pela comunidade Quilombo da Tapera na APA Petrópolis pela comunidade Quilombo da Tapera, no Vale da Boa Esperança, no distrito de Itaipava, com destaque às atividades relacionadas

à história e à cultura local, como: roda de conversa, trilha griô, visita às hortas e canteiros de plantas medicinais, oficina sobre banhos espirituais, oficina de culinária quilombola e de artesanato, mutirões solidários (agrofloresta, construção em barro, limpeza de trilhas, ações culturais) e montanhismo (subida à pedra do Cantagalo).

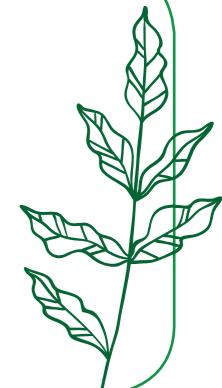
Itaipava é o distrito de Petrópolis onde está a sede da APA de Petrópolis e o ponto de partida para a comunidade Quilombo da Tapera. O acesso até Itaipava ocorre por via terrestre. A partir da cidade do Rio de Janeiro, que conta com dois aeroportos com diversos voos comerciais nacionais e internacionais, são 1h40 de viagem, com 120 km de distância. O caminho é pela BR-040 no sentido à Juiz de Fora, Minas Gerais.

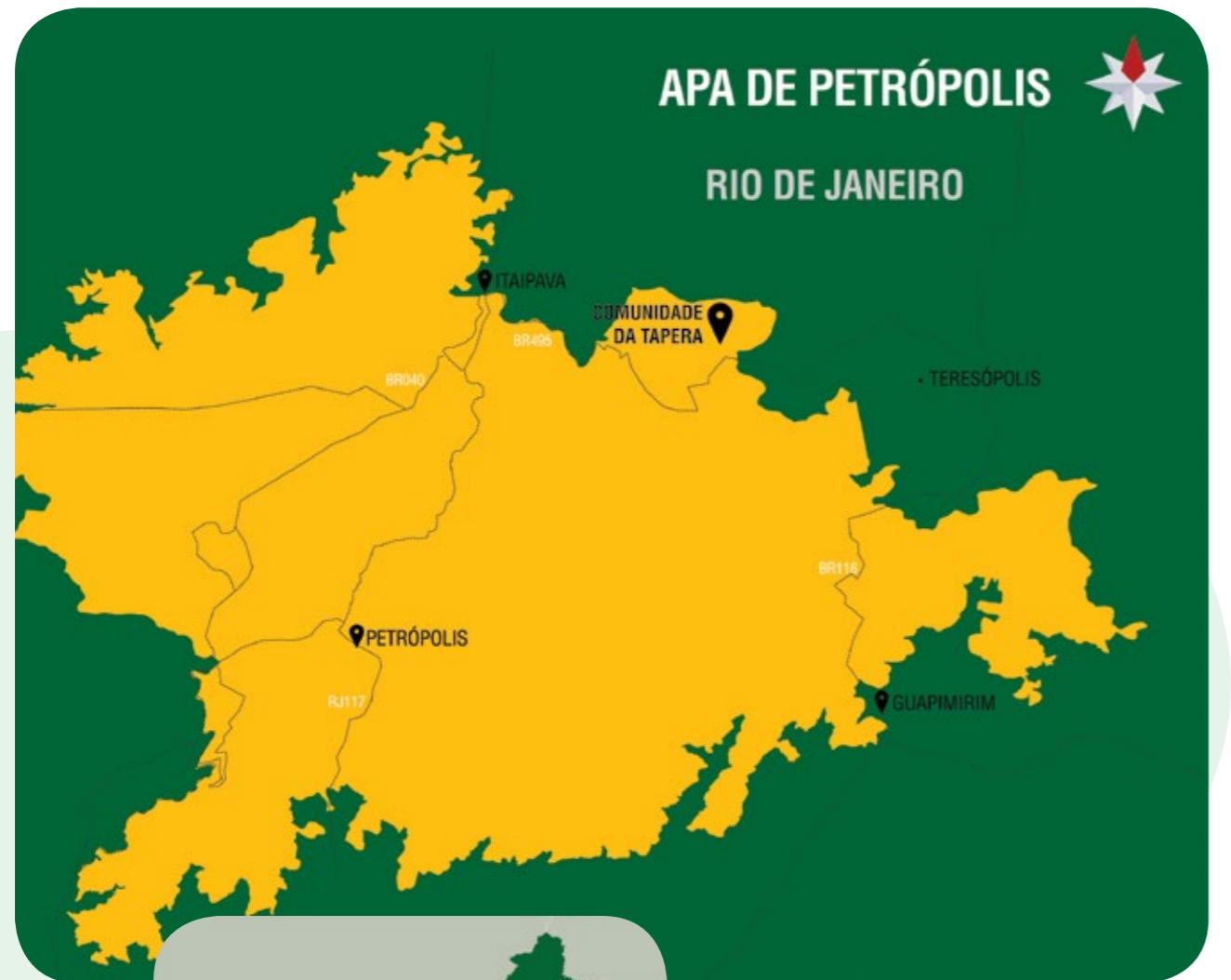
Contato

ICMBio (APA de Petrópolis):

www.icmbio.gov.br/portal/unidadesdeconservacao/biomas-brasileiros/mata-atlantica/unidades-de-conservacao-mata-atlantica/2178-apa-de-petropolis
apa.petropolis@icmbio.gov.br e apa.petropolis@gmail.com

Facebook: @apapetropolisicmbio





APA DE PETRÓPOLIS

RIO DE JANEIRO



Legendas e atividades

Comunidade Quilombo da Tapera

- Roda de conversa
- Trilha Griô
- Trilha interpretativa
- Montanhismo (subida à Pedra do Cantagalo)
- Visita às hortas e canteiros de plantas medicinais
- Mutirões solidários (agrofloresta, construção em barro, limpeza de trilhas, ações culturais)
- Recreação infantil (cantigas de roda)
- Roda de pagode e pandeirada
- Oficina sobre banhos espirituais
- Pé de Camélia
Pé de Espinheira Santa
- Pedra do Baianinho
Pedra do Imbuí
Pedra do Cantagalo
Pedra do Carneiro
Pedra do Campo Alegre
- Oficina de construção em barro
- Oficina de artesanato
- Igreja de N. Sra. das Graças, padroeira da comunidade
- Oficina de culinária quilombola





floresta Nacional do Tapajós



Contato

**ICMBio (FLONA do Tapajós):
(93) 3522-0564:**

[www.icmbio.gov.br/flonatapajos/
guia-do-visitante](http://www.icmbio.gov.br/flonatapajos/guia-do-visitante)
flonatapajos.pa@icmbio.gov.br
Facebook: @flonatapajos
Instagram: @flona_tapajos

ANA GABRIELA FONTOURA

A FLONA do Tapajós, criada em 1974, possui área de 527.319 ha, abrangendo os municípios de Aveiro, Belterra, Placas e Rurópolis, no Oeste do Estado do Pará. O objetivo da UC é o uso múltiplo sustentável dos recursos florestais e a pesquisa científica, com ênfase em métodos para exploração sustentável de florestas nativas (Lei. 9.985/2000).

A UC possibilitou o acesso e promoção do uso sustentável dos recursos naturais pelos moradores da Unidade. O manejo florestal madeireiro comunitário, realizado em uma área especialmente reservada para esse fim, é uma importante referência de uso sustentável da floresta. Além do manejo florestal, destacam-se diversas iniciativas de uso sustentável com envolvimento comunitário, tais como: extração do látex, extração de óleos de andiroba e copaíba, produção do couro ecológico a partir do látex, biojóias, móveis artesanais, comercialização de frutas in natura, produção de polpas e licores, produção de farinha de mandioca, produção de mel, criação de peixes e TBC.

A FLONA do Tapajós apresenta mais de 160 quilômetros de praias e uma grande diversidade de paisagens: rios, lagos, alagados, terra firme, morros, planaltos, floresta, campos, açaizais, etc. As belas praias do rio Tapajós, as trilhas, as grandes árvores como a Sumaúma Vovó, a presença de população tradicional e indígena oferece aos visitantes a oportunidade de interagir com a natureza e com a cultura local. Os principais locais de visitação são: Terra Rica, comunidade de São Domingos, comunidade do Maguari, comunidade do Jamaraquá, comunidade do Acaratinga,

comunidade do Jaguarari, comunidade de Pi-quietuba e aldeias Bragança e Marituba.

A cidade de Santarém é o principal centro urbano que interliga aos meios de acesso à FLONA do Tapajós. Por via aérea, Santarém conta com o Aeroporto Internacional Maestro Wilson Fonseca, com voos diários direto de/para Itaituba, Altamira e Belém, no Pará, Manaus, no Amazonas, e Brasília, no Distrito Federal, com percursos que podem variar entre 30 a 180 minutos. É possível chegar a Santarém também por via fluvial, com embarcações saindo principalmente de Manaus (30h de viagem), Macapá (36h), Itaituba (8h), Altamira (26h) e Belém (60h de viagem).

A partir de Santarém, que fica a 50 km da FLONA do Tapajós, é possível acessar a UC da seguinte forma: 1) através da Rodovia BR-163 nas bases localizadas nos quilômetros 67, 72, 92 (comunidade de São Jorge), 117 e 211 e base de São Domingos (a partir da estrada do Aramanai). É possível ir de transporte coletivo ou alugar um veículo; 2) pelo rio Tapajós, saindo do porto de Santarém ou da vila de Alter do Chão.

A FLONA do Tapajós pode ser visitada durante o ano todo. Porém, o verão, de julho a dezembro, é um período muito propício para a visitação, pois a ocorrência de chuvas é rara e as praias surgem no rio Tapajós como um grande atrativo. O horário de funcionamento e atendimento nas bases de entrada na UC inicia às 08h e encerra às 18h. No entanto, é possível adentrar a UC no período da noite, desde que combinado previamente com a comunidade e/ou com o órgão gestor.



Legendas e atividades

Jamaraquá

- Trilha do Piquiá
- Trilha Intermediária
- Encontro do igarapé do Jamaraquá com o rio Tapajós
- Casa de farinha
- Focagem de jacaré (atividade noturna)
- Cortes de seringa
- Loja de artesanato no centro da comunidade
- Mergulho no igarapé
- Observação de peixes ornamentais
- Trilha da murarema + igapó
- Passeio de canoa no igapó e rio Tapajós
- Pernoite na floresta
- Procissão de São Benedito (31 de outubro)

Jaguarari

- Trilha do módulo do PPBio (turismo científico)
- Praias
- Lago do Mato Grosso
- Observação de flora (árvores grandes)
- Observação de fauna
- Cerâmicas indígenas
- Travessia de canoa para a ponta da praia do Jaguarari
- Casa de farinha
- Vizualização de Terra Preta
- História local
- Festividade de São Pedro (29 de junho)
- Procissão de Santa Ana (26 de julho)
- Festival da Chaperema (2º sábado de fevereiro)



Piquiatuba

- Trilha da caverna Boca do Jacaré
- Passeio no igapó e no Lago do Caraipal
- Igarapés (rio Água Viva, Ipuri e Bararuá)
- Barreira do boto Orlando
- Praia
- Cachoeira do Chururu
- Olho d'água
- Biqueira queda d'água
- Observação de flora (árvores grandes)
- Observação de fauna
- Casa de farinha
- Cerâmicas
- Estrutura de pedras (na caverna)
- Procissão de Santa Terezinha (03 de outubro)
- Encontros religiosos (Assembléia de Deus)
- História local
- Festival do Açaí (novembro)

São Domingos

- Trilha Selva do Curupira
- Praias
- Passeio de canoa no rio Tapajós
- Pernoite na trilha Selva do Curupira
- Pescaria com o comunitário
- Piracaia
- Igarapé da Vista Nova
- Observação de flora
- Observação de fauna
- Festa de N. Sra. da Conceição
- Contadores de histórias

Terra Rica

- Trilha interpretativa da Terra Rica
- Vista do rio e da floresta
- Trilha que liga a área às comunidades Maguari e Jamaraquá
- Observação de fauna
- Seringal
- História do local

Maguari

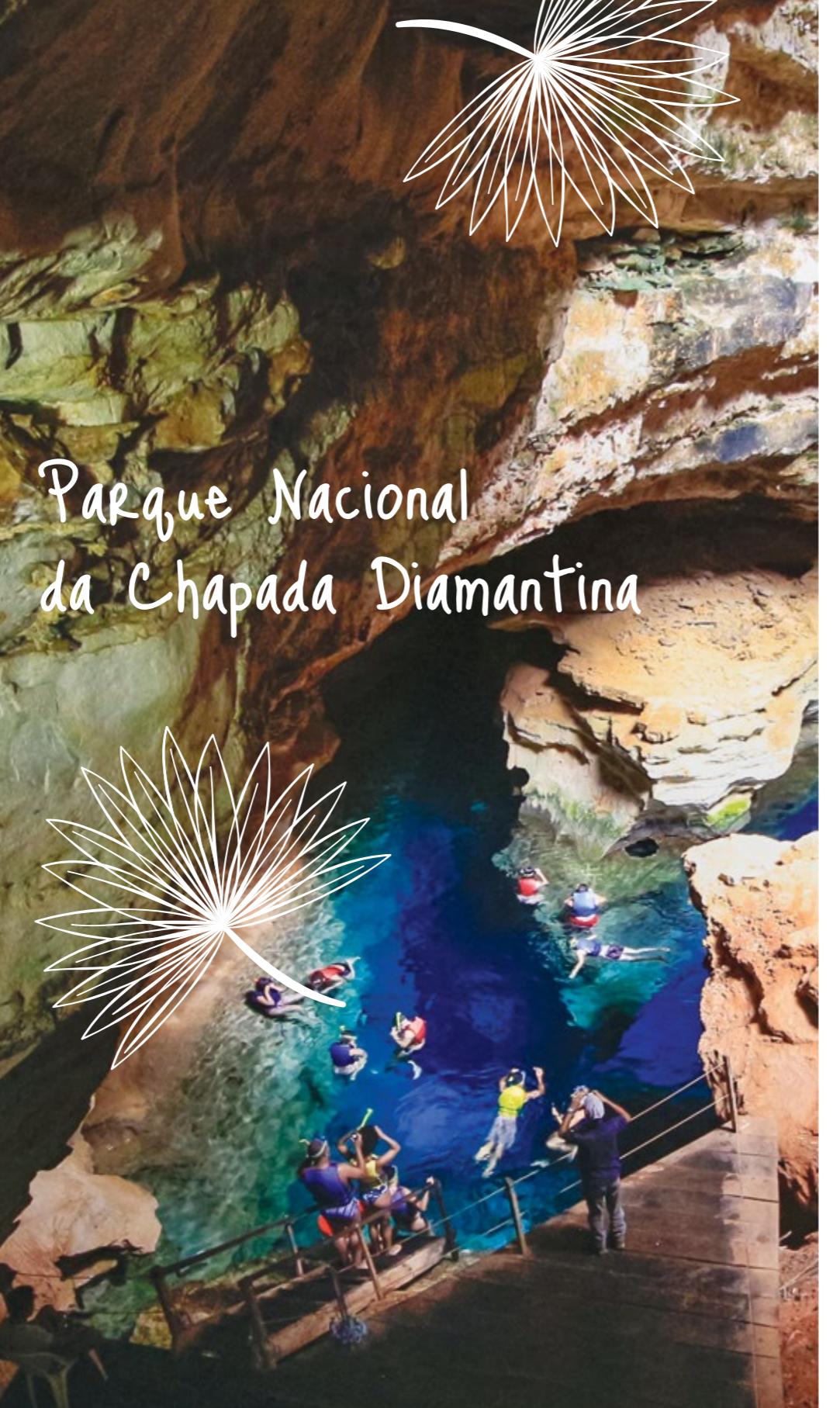
- Trilha da vovó Samaúma
- Praias
- Ponta do Maguari
- Casa de farinha
- Árvores centenárias (Samaúma vovó)
- Vizualização de Terra Preta
- Plantas medicinais
- Serra do Gato
- Seringueiras
- Mirante para ver o pôr do sol
- Pernoite na floresta
- Procissão de N. Sra. do Perpétuo Socorro
- História do local

Acaratinga

- Trilha do módulo do PPBio (turismo científico)
- Praias
- Reserva Jamaratinga
- Lago Caranatuba
- Passeio de canoa
- História local
- Festividade de Santa Luzia



Parque Nacional da Chapada Diamantina



O PARNA da Chapada Diamantina possui 152.000 ha e protege uma parcela da Serra do Sincorá, que é a parte norte da Serra do Espinhaço, cadeia montanhosa que se estende de Minas Gerais à Bahia. Possui grande diversidade ecológica e ambiental em seu território, abrangendo, por exemplo, três biomas brasileiros: Mata Atlântica, Cerrado e Caatinga. A UC está inserida nas Reservas da Biosfera da Caatinga e da Mata Atlântica.

O PARNA da Chapada Diamantina é uma excelente opção para a realização de caminhadas, mountain bike, banhos de rio, escalada e canoagem. São quase 300 km de trilhas que percorrem campos rupestres, cerrado e mata atlântica em meio a paisagens de tirar o fôlego; 33 cachoeiras; 2 cavernas; 10 locais de escalada; 16 sítios históricos e o Marimbus, área alagada conhecida como Pantanal da Diamantina.

A iniciativa de TBC, denominada "Em Cantos da Chapada Diamantina", ocorre nas comunidades Rosely Nunes, Colônia/Europa e Baixão, localizadas nos assentamentos rurais geridos pelo INCRA no entorno da UC, no município

de Itaetê, com ênfase nos seguintes patrimônios naturais e culturais: cachoeiras, caminhadas, casas de farinha, culinária regional (caldo de aipim, cocada de licuri, cortado de palma, galinha caipira, geleias, etc.) e artesanato (almofadas, cesta, chapéu, colcha de retalho, esteira, tapete de pano, entre outros).

O PARNA da Chapada Diamantina pode ser acessado pelos municípios baianos de Andaraí, Ibicoara, Itaetê, Lençóis, Mucugê e Palmeiras. O aeroporto mais próximo localiza-se em Lençóis e a sede administrativa da UC fica na cidade de Palmeiras. As comunidades que atuam com TBC estão no município de Itaetê. Este município pode ser acessado a partir de Salvador pela rodovia BA-245 sentido Marcionílio Souza até a cidade de Itaetê. Pra quem vem de Brasília ou já está na Chapada Diamantina, os melhores acessos ocorrem a partir das cidades de Andaraí ou Mucugê, pela rodovia BA-142 até chegar à rodovia BA-245. É recomendável a utilização de veículos para chegar até as comunidades, pois o transporte intermunicipal na região é limitado, sendo realizado apenas em alguns trechos por vans particulares.

Contato

ICMBio (PARNA da Chapada Diamantina):

www.icmbio.gov.br/portal/visitacao1/unidades-abertas-a-visitacao/9396-parque-nacional-da-chapada-da-diamantina
parnadiamantina@icmbio.gov.br e parnadiamantina@gmail.com
Facebook: @parnachapadadiamantina.icmbio





PARNA DA CHAPADA DIAMANTINA



Legendas e atividades

Comunidade Baixão

- Roda de conversa, visita às roças
- Trilha (roças, cachoeira Encantada, cânion)
- Banho de rio (rio Una, cânion da Encantada)
- Pintura rupestre
- Casa de farinha artesanal
- Gastronomia sertaneja (cortado de palma, galinha caipira, maxixe, cortado de mamão)
- Produtos à base de mandioca (avoador, chimango, bolacha de goma, sequilho)
- Artesanato (fuxico e tricô/crochê)
- Hospedagem comunitária (Ecopousada Rural do Baixão)



TULIO SARAIVA

Comunidade Rosely Nunes

- Roda de conversa
- Gastronomia sertaneja (caldo de aipim, cocada de licuri, cortado de palma, galinha caipira, godó de banana)
- Casa de farinha comunitária
- Cachoeira (invernada)
- Banho de rio (rio Una)
- Trilha (cachoeira invernada)
- Caverna (Poço Encantado, Lapa do Bode)
- Artesanato (casa de chapéu, colcha de retalho, flores de pano, fuxico)

Comunidades Europa e Colônia

- Roda de conversa
- Quintais produtivos
- Brigada voluntária de combate a incêndios
- Casa de Jarê (expressão do candomblé)
- Gastronomia sertaneja (cortado de mamão, cortado de palma, feijão tropeiro, galinha caipira, cuscuz de massa puba)
- Cachoeiras (roncadeira, herculano, bom jardim)
- Banho de rio (rio Una)
- Trilhas (roncadeira, herculano, bom jardim)
- Fábrica artesanal de rapadura
- Artesanato (almofadas, balaio de pão, borboleta, cesta, chapéu, colcha de retalho, esteira, pato, tapete de pano)
- Hospedagem



KÁTIA TORRES



FLÁVIO BOCARDE



FLÁVIO BOCARDE

O PARNA do Pico da Neblina foi criado em 1979, possui uma área de 2.252.616,84 ha e é entremeado e sobreposto a um complexo mosaico de áreas protegidas. Apresenta 71,6% de sua área total sobreposta a quatro Terras Indígenas: Médio Rio Negro II, Balaio, Yanomami e Cué-Cué/Marabitanas. A UC ainda se sobrepõe à Reserva Biológica (REBIO) Estadual Morro dos Seis Lagos e está justaposta em seu limite leste a FLONA do Amazonas. Numa abordagem amazônica mais ampla, a região onde está localizado o PARNA é considerada uma das 63 grandes áreas protegidas no mundo, estando as UC e TI brasileiras somadas ao conjunto de áreas na Venezuela - Parques Nacionais Serrania de La Neblina (1.360.000 ha), Parima Tapirapecó (3.420.000 ha) e Canaima (3.000.000 ha), totalizando cerca de 320.000 km² de áreas protegidas.

"Yaripo, como é chamado o Pico da Neblina pelos Yanomami, desperta enorme interesse mundo afora dos praticantes do turismo de aventura, modalidade montanhismo. Os turistas são atraídos pelo Yaripo por ser o ponto mais alto do Brasil e estar localizado numa das regiões mais preservadas e belas da Amazônia. Rodeado por serras, tem aos seus pés um manto de floresta densa e, nas proximidades do cume, nascem plantas raras somente ali encontradas,

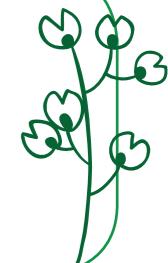
tudo em meio a rios de águas pretas que contrastam com praias de areia branquíssima. Outro atrativo, menos conhecido mas igualmente instigante, é que o Yaripo está na TI Yanomami, com várias comunidades ao seu redor, e é considerado um lugar sagrado para este povo." (Plano de Visitação Ecoturismo Yaripo, 2017).

O acesso ao PARNA do Pico da Neblina acontece pela cidade de São Gabriel da Cachoeira (AM), localizada a 850 km de Manaus (AM), na região do Alto Rio Negro. Existem voos regulares duas vezes por semana de Manaus para São Gabriel da Cachoeira (2h de voo direto), além de embarcações de linha regular que fazem o trajeto com duração mínima de 26h (em lancha rápida, tipo "expresso") ou em até 3 dias (em barco regional). A partir de São Gabriel da Cachoeira são 88 km pela estrada de chão (não asfaltada) até o porto da Frente-Sul no igarapé Yá-Mirim, onde os visitantes devem chegar por conta própria, contratando os serviços de transporte terrestre diretamente com os motoristas em São Gabriel. A responsabilidade dos Yanomami com a expedição tem início a partir deste ponto, quando os turistas são embarcados nas canoas dos Yanomami e levados rumo ao Yaripo. Deste ponto em diante e até a volta a este mesmo ponto o roteiro inclui transporte, hospedagem, alimentação e serviço de guia.

Contato

ICMBio (PARNA do Pico da Neblina):

www.icmbio.gov.br/portal/unidadesdeconservacao/biomas-brasileiros/amazonia/unidades-de-conservacao-amazonia/1985-parna-do-pico-da-neblina
parnapicodaneblina@icmbio.gov.br





Legendas e atividades

Parque do Pico da Neblina

- Caminhada
- Trilha de montanha
- Vista panorâmica da base do cume do Yaripo
- Acampamento
- Contação de histórias sobre o Yaripo
- Culinária Yanomami
- Artesanato das mulheres da associação Kumirayoma
- Viagem de barco (tipo "voadeira")
- Viagem de carro 4x4 de São Gabriel da Cachoeira até o porto Frente-Sul, no igarapé Yá-Mirim



FOTOS FLÁVIO BOCARDE



Parque Nacional Marinho dos Abrolhos e Reserva Extrativista de Cassurubá



ENRICO MARCOVALDI



LILIA TANDAYA

HERBERTO VELTEM

O PARNA Marinho dos Abrolhos foi o primeiro Parque Nacional Marinho do Brasil e possui uma série de experiências em visitação. A UC, que é em sua totalidade marinha, tem como sede administrativa, e ponto de partida para os passeios, a cidade de Caravelas, extremo sul da Bahia, tendo relação também com outros municípios que compõe a zona turística da Costa das Baleias.

Caravelas e os demais municípios apresentam em comum a riqueza de recursos naturais. No PARNA Marinho dos Abrolhos, o contato com a natureza se torna uma experiência deslumbrante, já que está localizado numa das regiões de maior biodiversidade marinha do oceano atlântico sul. Além disso, a região congrega importantes atributos culturais e históricos, com destaque à presença de Territórios Quilombolas, Terras Indígenas e Reservas Extrativistas, como a RESEX de Cassurubá,

composta por comunidades tradicionais que veem no turismo uma oportunidade de valorização da cultura local e de conservação dos manguezais.

As atividades de TBC acontecem em Barra de Caravelas, Ponta de Areia, Caravelas e Cassurubá. Os principais atrativos são: trilhas, rodas de conversa com moradores locais, visita ao manguezal em canoas e pequenas embarcações, banho de rio, passeios de barco, entre outros.

O acesso até Caravelas ocorre, principalmente, por avião, seguido de trajeto rodoviário. O aeroporto de Teixeira de Freitas (BA) é o mais próximo (cerca de 80 km da cidade), onde são operados voos comerciais regularmente partindo de Confins (MG). A cidade de Porto Seguro (BA) está 261 km distante e conta com voos comerciais nacionais e internacionais de diversos aeroportos brasileiros.

Contato

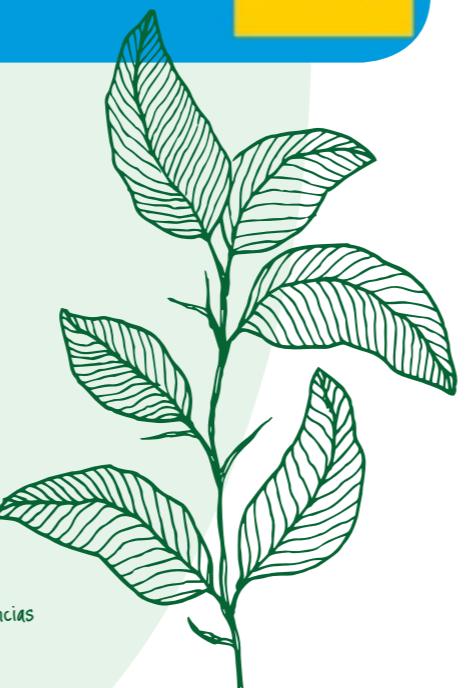
ICMBio (PARNA Marinho dos Abrolhos):

www.icmbio.gov.br/parnaabrolhos/
Facebook: @parquenacionalabrolhos

ICMBio (RESEX de Cassurubá):

www.icmbio.gov.br/portal/unidadesdeconservacao/biomas-brasileiros/marinho/unidades-de-conservacao-marinho/2284-resex-cassuruba
Facebook: @resexcassuruba





Legendas e atividades

Barra de Caravelas

-  Observação de confecção de redes de pesca
-  Almoço no Tio Berlindo
-  Igreja Nossa Senhora Imaculada da Conceição
-  FLIC - Filarmônica Lira Imaculada Conceição
-  Cavalgada na praia
-  Roda de conversa embaixo da árvore
-  Visita ao manguezal (passeio e coleta de caranguejo)
-  Visita a produtor artesanal de derivados do côco
-  Canoagem
-  Visita com piquenique ao Pontal (barco a remo ou motor)
-  Aula de capoeira
-  Yoga ao nascer do sol

Caravelas

-  Horta medicinal
-  Pier municipal (contemplação de manguezal pôr do sol)
-  Caminhada pela rua do porto
-  Rua 7 (cinema antigo, delegacia, etc.)
-  Igreja Matriz Santo Antônio
-  Rua Barão do Rio Branco
-  Praça Dr. Emilio Ymbassai
-  Igreja de Santa Efigênia
-  Cacimba
-  Movimento Arte Manha
-  Restaurantes e bares

Ponta da Areia

-  Gastronomia local (doce de groselha/pastéis de frutos do mar)
-  Centro de visitantes do PARNA Marinho de Abrolhos
-  Praça BaeMinas
-  Casarões históricos
-  Ponte do mangue
-  Igreja Nossa Senhora de Lurdes
-  Praça da Gameleira
-  Beijú do Dodo
-  Canoagem (travessia do canal)



Reserva Extrativista Marinha do Delta do Parnaíba



CHICO RASTA

ALESSANDRO CARBONE

CHICO RASTA

A criação da RESEX Marinha do Delta do Parnaíba e da APA do Delta do Parnaíba é um reconhecimento da importância da área deltaica do rio Parnaíba, que banha os estados do Maranhão e do Piauí e, ao se aproximar do mar, abraça mais de 75 ilhas, formando o único delta em mar aberto das Américas, um santuário de reprodução e alimentação de peixes, caranguejos, mariscos, lagostas e camarões. Os manguezais, as praias e os estuários deste território garantem essas funções de reprodução e alimentação de rica e variada vida marinha, desempenhando papel fundamental no equilíbrio ecológico da região.

Essa riqueza ambiental contribui para que, aproximadamente, 10.000 famílias possam viver da pesca artesanal até os dias de hoje, utilizando ainda suas técnicas tradicionais, o que justificou a criação da RESEX Marinha do Delta do Parnaíba, no interior da APA, por meio do Decreto presidencial s/n de 26/11/2000. Mais de 2.800 famílias vivem nas ilhas localizadas dentro dos limites da RESEX, que tem como objetivo proteger os meio de vida e a cultura destas populações, assegurar o uso sustentável e a conservação deste complexo patrimônio biológico, genético e de ecossistemas (manguezais, restingas, caatinga litorânea, carnaubais, dunas, praias e lagoas) - que abrigam uma fauna diversificada, incluindo algumas espécies ameaçadas de extinção: peixe-boi marinho, tartarugas marinhas, mero, cavalo marinho e aves costeiras migratórias e residentes.

Além da pesca e coleta do caranguejo, os moradores das comunidades praticam outras atividades tradicionais, como a coleta de mariscos, o extrativismo da carnaúba e de frutos nativos, a agricultura familiar e o artesanato.

Também desenvolvem o TBC, no qual são oferecidos: passeios de quadriciclo pelas comunidades, carnaubais, praias e dunas; passeios de canoa pelos igarapés para avistamento da fauna (revoadas de guarás, aves migratórias, guariba, macaco-prego, tamanduaís, jacarés); acompanhar e passeios para vivenciar a coleta do caranguejo; turismo de pesca esportiva, acompanhado pelos pescadores das comunidades; passeios a cavalo; entre outros. Uma experiência imperdível é degustar a farta gastronomia local: caranguejo, ostra, camarão, robalo, pescada amarela, tainha, mariscos, etc.

O acesso mais fácil é através do município de Ilha Grande de Santa Isabel, no Piauí, a partir do porto dos Tatus, de onde se chega à comunidade mais próxima, Canárias, num deslocamento de aproximadamente 25 minutos em lancha rápida. Apesar de mais distantes, os demais municípios limítrofes também dão acesso embarcado à UC. Os aeroportos disponíveis na região ficam em Parnaíba e Teresina, no Piauí, e em Jericoacoara, no Ceará, sendo o de Parnaíba e o de Jericoacoara os mais próximos.

Contato

ICMBio (RESEX Marinha do Delta do Parnaíba):

[www.icmbio.gov.br/portal/
unidadesdeconservacao/biomas-
brasileiros/marinho/unidades-de-
conservacao-marinho/2289-resex-
delta-do-parnaiba](http://www.icmbio.gov.br/portal/unidadesdeconservacao/biomas-brasileiros/marinho/unidades-de-conservacao-marinho/2289-resex-delta-do-parnaiba)

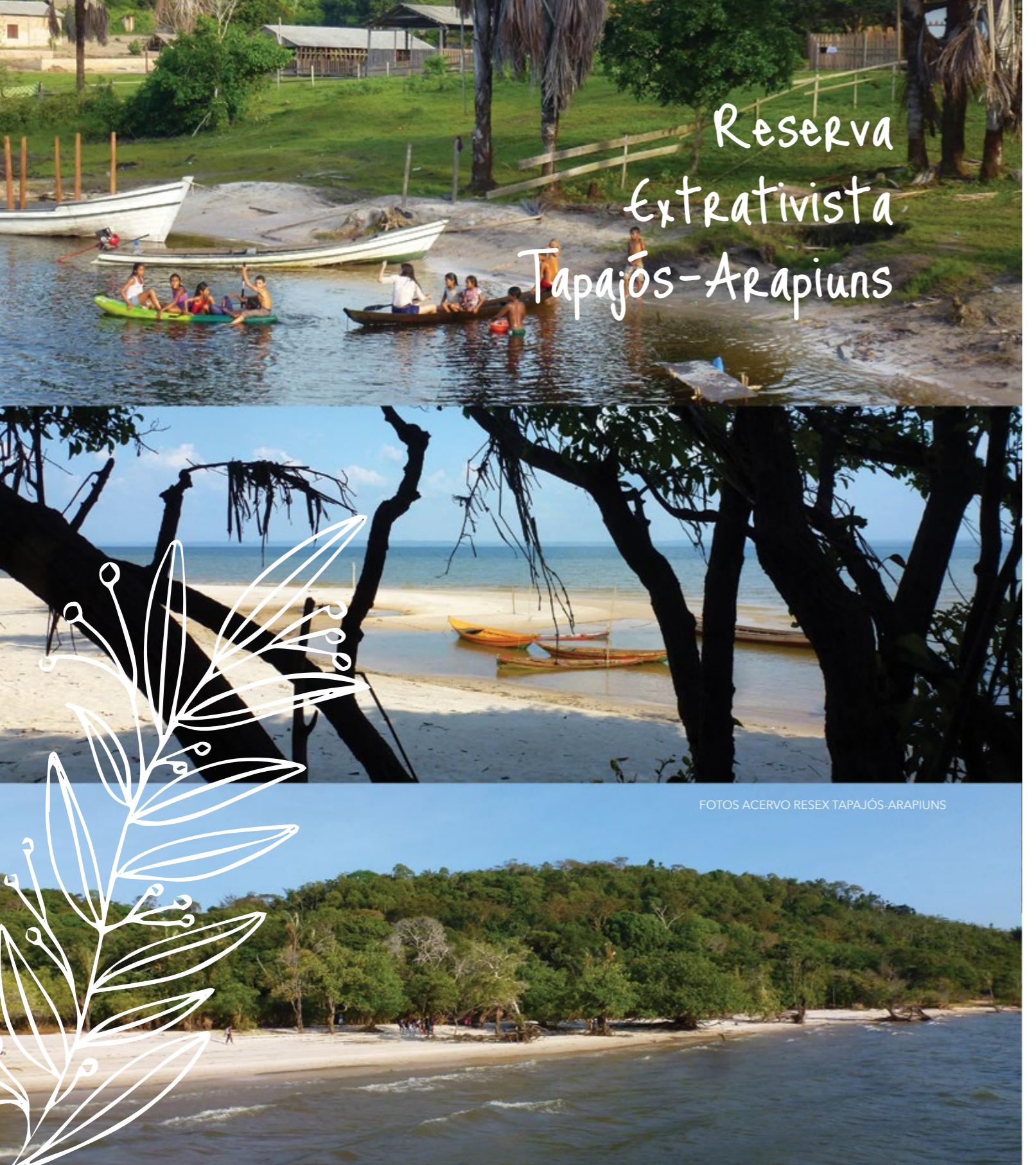
Facebook: @resexdeltadoparnaiba



Legendas e atividades

- Passeio de quadriciclo
- Passeio de canoa
- Avistamento de fauna
- Praia
- Lagoa
- Banho na lama
- Coleta de murici e a retirada da palha da carnaúba
- Revoada de guarás
- Vivenciar a coleta do caranguejo
- Avistamento de golfinhos-cinza na Prainha
- Turismo de pesca esportiva acompanhado pelos pescadores da comunidade
- Aula de como fazer o "uru" (artefato de pesca artesanal local)
- Passeio a cavalo
- Dunas
- Artesanias em Canárias
- Almoço em restaurante familiar
- Pousada familiar





FOTOS ACERVO RESEX TAPAJÓS-ARAPIUNS

A RESEX Tapajós-Arapiuns, localizada nos municípios de Santarém e Aveiro (PA), foi criada em 1998, possui uma área de 647.610 ha e é utilizada por populações tradicionais cuja subsistência baseia-se no extrativismo e, complementarmente, na agricultura de pequena escala e na criação de animais de pequeno porte. Tem como objetivos básicos proteger os meios de vida e a cultura dessas populações e assegurar o uso sustentável dos recursos naturais.

A comunidade de Anã é a protagonista do TBC na RESEX Tapajós-Arapiuns, que apresenta um histórico muito interessante de organização comunitária desde o início do processo de criação da UC. A Turiarte, Cooperativa de Turismo e Artesanato da Floresta, da qual Anã faz parte, é uma referência nacional na gestão do TBC, possuindo ampla experiência em realização de roteiros para grupos de visitantes brasileiros e estrangeiros com motivações diversas, como: viagens educativas, científicas, motivacionais, de lazer e de intercâmbio de conhecimentos.

Na comunidade de Anã, são oferecidos os seguintes serviços e passeios: hospedaria comunitária (em redes), cultura alimentar amazônica, visita ao projeto de produção de ração para peixes, passeio de canoa até a área de criação de peixes em tanque-rede flutuante no lago da comunidade, visita ao projeto de manejo de abelhas nativas sem ferrão (meliponicultura), banho de rio e roda de conversa com lideranças comunitárias.

Santarém (PA) é o principal centro urbano que dá acesso à RESEX Tapajós-Arapiuns. Por via aérea, Santarém conta com o Aeroporto Internacional Maestro Wilson Fonseca, com voos diários direto de/para Itaituba (PA), Altamira (PA), Manaus (AM), Belém (PA) e Brasília (DF), com percursos que variam entre 30 e 180 minutos. É possível chegar a Santarém também por via fluvial, com embarcações saindo principalmente de Manaus (30h de viagem), Macapá (36h), Itaituba (8h), Altamira (26h) e Belém (60h de viagem). A partir de Santarém ou da vila de Alter do Chão, o acesso à RESEX Tapajós-Arapiuns é fluvial, com duração média de 3h de navegação.

Contato

ICMBio (RESEX Tapajós-Arapiuns):

www.icmbio.gov.br/portal/unidadesdeconservacao/biomas-brasileiros/amazonia/unidades-de-conservacao-amazonia/2045-resex-tapajos-arapiuns
Facebook: @ResexTA

Turiarte - Cooperativa de Turismo e Artesanato da Floresta

turiarteteamamazonia.wordpress.com/
turiarteteamamazonia@gmail.com
Facebook: @turiarteteamamazonia





Legendas e atividades

Barra de Caravelas

- Hospedaria comunitária
- Cultura alimentar amazônica
- Passeio de canoa
- Visita ao projeto de criação de peixes em tanque-rede no lago da comunidade
- Visita ao projeto de produção de mel por abelhas nativas sem ferrão
- Banho de rio
- Roda de conversa com lideranças comunitárias



FOTOS ADERVO RESEX TAPAJÓS-ARAPIUNS



Reserva Extrativista Tapajós-Arapiuns



A RESEX Marinha da Baía do Iguape está localizada nos municípios de Maragojipe e Cachoeira, na Bahia, e abrange uma área de 8.117,53 ha, envolvendo dois ambientes: manguezais e águas internas brasileiras. A principal atividade econômica é a pesca e a mariscagem de crustáceos, destacando o camarão, os peixes e moluscos compostos de ostras e sururu. Além disso, outras atividades relacionadas à agricultura, artesanato e, mais recentemente, piscicultura vem sendo desenvolvidas pelos extrativistas.

O TBC acontece na comunidade quilombola da Salamina Putumuju, onde é possível conhecer patrimônios histórico-culturais e naturais, como: a cultura quilombola; a história fantástica de resistência e luta pelo quilombo e pela RESEX Marinha da Baía do Iguape; os costumes e o modo de vida local; o Forte da Salamina, uma das primeiras instalações militares do

Brasil; a Casa do Engenho; cachoeiras e cascatas; trilhas pela floresta, sendo mais de dez opções de trajetos na comunidade com duração e distâncias variadas; passeios de barco e canoa pelo manguezal; pesca esportiva; e visitas às áreas de produção e extrativismo.

O potencial cultural soma-se à beleza cênica dos manguezais e das florestas, cachoeiras e praias que o rio Paraguaçu oferece ao longo da Baía do Iguape. Os patrimônios da UC são importantes recursos para o TBC, visando à geração de renda, valorização da cultura quilombola e sensibilização/promoção da conservação da UC.

A sede da RESEX Marinha da Baía do Iguape está localizada em Maragojipe, no Recôncavo Baiano, distante 141 km da capital Salvador, via BR-324 e BR-420. A comunidade quilombola da Salamina Putumuju situa-se na foz do rio Paraguaçu, em Maragojipe.

Contato

ICMBio (RESEX Marinha da Baía do Iguape):

www.icmbio.gov.br/portal/unidadesdeconservacao/biomas-brasileiros/marinho/unidades-de-conservacao-marinho/2229-resex-baia-de-iguape





Legendas e atividades

Comunidade Quilombola da Salamina Putumuju

-  Cultura e história quilombola
-  Forte da Salamina
-  Cachoeiras e cascatas
-  Trilhas pela floresta
-  Passeios pelo manguezal e estuário da RESEX Marinha Baía do Iguape
-  Pesca esportiva
-  Visitas às áreas de produção e extrativismo
-  Casa do Engenho
-  Pedra da Onça: um monumento natural

ACERVO RESEX MARINHA DA BAÍA DO IGUAPE





A RESEX Marinha do Pirajubaé foi criada em 1992 e se trata da primeira reserva extrativista marinha no Brasil. A UC está situada no município de Florianópolis, Santa Catarina, e abrange uma área de 1.444 ha, compreendendo áreas de manguezal e de baía. A criação da RESEX Marinha do Pirajubaé foi resultado de um esforço coletivo envolvendo pescadores locais, CNPT/IBAMA e pesquisadores, a fim de ordenar a pesca do principal recurso explorado naquela época na área, o molusco conhecido popularmente como berbigão (*Anomalocardia brasiliensis*).

O projeto de TBC se baseia na oferta de um roteiro denominado "Rota das Tipitingas", no qual os visitantes tem chance de: fazer um passeio aquático (de barco a motor) pela Baía Sul de Florianópolis, distante 5 km do centro da capital, saindo de um rancho de pescadores; visitar uma pequena ilha próxima da costa, de caráter histórico para a cidade, a Ilha das

Vinhas; realizar caminhada pelo manguezal e pelos bancos de areia (um cordão arenoso com bela vista para a cidade e seu entorno); degustar comidas típicas (peixe fresco frito e pirão de peixe); conhecer as experiências relacionadas à pesca tradicional (tarrafada, a pesca com jereré (puçá), artefato para pescar siri, extração do berbigão com um gancho, etc.); e apoiar o trabalho simbólico de recolhimento de resíduos sólidos na Ilha das Vinhas e praia no manguezal.

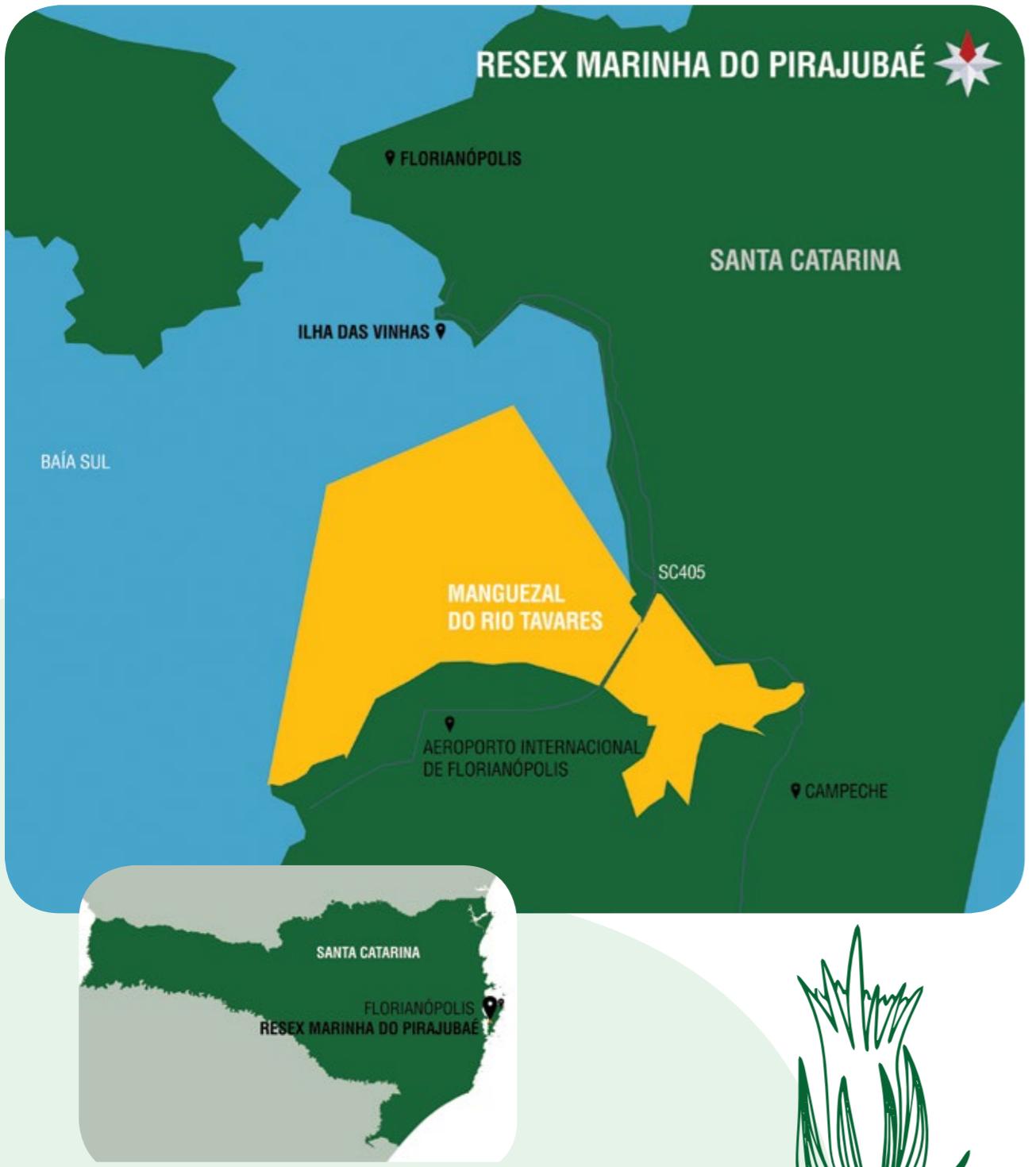
O acesso à RESEX Marinha do Pirajubaé acontece pela Via Expressa Sul, rodovia que liga o centro de Florianópolis ao sul da Ilha. A capital conta com o aeroporto conta com o Aeroporto Internacional Hercílio Luz, onde são operados regularmente diversos voos comerciais. A cidade também pode ser acessada por diversas rodovias federais. Os passeios partem dos trapiches de pescadores no bairro da Costeira do Pirajubaé.

Contato

ICMBio (RESEX Marinha do Pirajubaé):

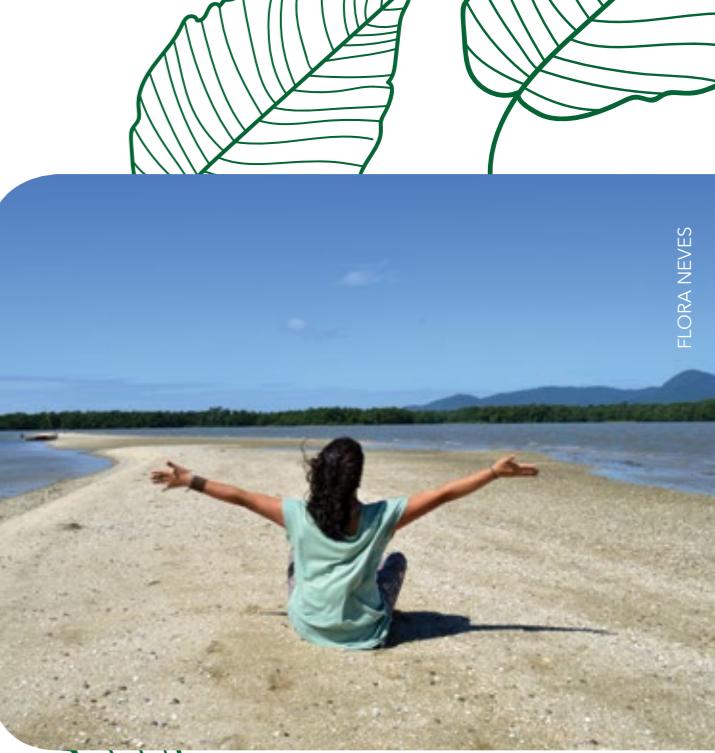
www.icmbio.gov.br/portal/unidadesdeconservacao/biomas-brasileiros/marinho/unidades-de-conservacao-marinho/2294-resex-pirajubae
resex.pirajubae@icmbio.gov.br
Facebook: @Resex.Pirajubae





Legendas e atividades

- Passeio de barco a motor pela Baía Sul de Florianópolis
- Visita histórica à Ilha das Vinhas
- Caminhada pelo manguezal e em bancos de areia
- Degustação de comida típica
- Experiências: tarrafada, pesca de siri e coleta de berbigão
- Trabalho simbólico de recolhimento de resíduos sólidos na Ilha das Vinhas e em praia no manguezal



FLORA NEVES



ANDREI LANGELOH ROOS



Reserva Extrativista Marinha de Soure



FOTOS ALESSANDRO CARBONE



A RESEX Marinha de Soure, criada em 2001, é composta por uma área de 27.463,58 ha e formada por duas partes: a primeira denominada de Manguezal de Soure e a segunda conhecida como Manguezal do Rio do Saco. A UC compatibiliza o desenvolvimento comunitário e a conservação ambiental, uma vez que o uso dos recursos naturais de modo sustentável constitui uma base para o bem estar das comunidades locais, com a participação delas no processo de gestão ambiental e de valorização cultural.

As atividades de TBC na RESEX Marinha de Soure são variadas e podem ser vivenciadas em três comunidades: Pesqueiro, Céu e Caju-una. Na comunidade de Pesqueiro, as principais atrações são: passeio de canoa pelo igarapé do Volta; pescaria artesanal; extração do turu (molusco); montaria em búfalo na praia; passeio pelo igarapé seguido de passeio de carroça ou caminhada à pé por trilhas; passeio de bicicleta da Praia de Pesqueiro até Barra Velha; travessia para a comunidade do Céu

em canoa pelo igarapé Tucupi e hospedagem domiciliar. Na comunidade do Céu, há o restaurante comunitário, a hospedagem em chalé rústico (para até cinco pessoas), o passeio em carroça de búfalo na praia e a coleta de caranguejo no manguezal. Na comunidade Caju-una, o foco da visitação é no restaurante na praia e no passeio ao igarapé.

O acesso ocorre, principalmente, a partir de Belém (PA), onde há o Aeroporto Internacional Val de Cans - Júlio Cezar Ribeiro, com operação regular de voos comerciais nacionais e internacionais (incluindo voos diretos nos trechos Miami/Belém e Lisboa/Belém). Da capital paraense, deve-se seguir por via fluvial até Soure. Há barcos saindo diariamente às 6h e às 8h do Terminal Hidroviário de Belém (ao lado da Estação das Docas, uma das principais atrações turísticas da cidade); e retornando de Soure, às 14h30 e às 15h30. A duração mínima da viagem é de 2h em lancha rápida (tipo catamarã) ou até 4h em barcos regionais e balsas.

Contato

ICMBio (RESEX Marinha de Soure):

www.icmbio.gov.br/portal/unidadesdeconservacao/biomas-brasileiros/marinho/unidades-de-conservacao-marinho/2296-resex-marinha-de-soure
resexsoure.icmbio@gmail.com
Facebook: @resexmarinhadesoure





Legendas e atividades

Comunidade Vila do Céu

- Restaurante comunitário
- Hospedagem em chalé rústico
- Passeio em carroça de búfalo na praia
- Coleta de caranguejo no manguezal

Comunidade Caju-Una

- Praia
- Restaurante na praia
- Passeio no igarapé

Comunidade de Pesqueiro

- Passeio de canoa pelo igarapé do Volta
- Pescaria artesanal
- Extração do turu
- Montaria em búfalo na praia
- Passeio pelo igarapé, seguido de passeio de carroça ou caminhada por trilhas
- Passeio de bicicleta da praia de Pesqueiro à praia Barra Velha
- Travessia para a comunidade Vila do Céu, em canoa pelo igarapé Tucupi
- Hospedagem domiciliar



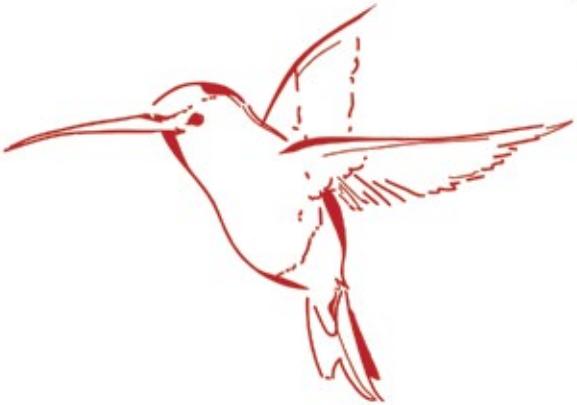
FOTOS ACERVO RESEX MARINHA DE SOURE



LEONARDO MILANO



LEONARDO MILANO



Realização:



MINISTÉRIO DO
MEIO AMBIENTE



Apoio financeiro:

